

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

**A ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO USO DA TERRA
NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA, MG**

EXZOLVILDRES QUEIROZ NETO

CAMPINAS
DEZEMBRO DE 2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

**A ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO USO DA TERRA
NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA, MG**

Tese de Doutorado submetida à banca
examinadora para a obtenção do título de Doutor
em Engenharia Agrícola, na área de concentração
em Planejamento e Desenvolvimento Rural
Sustentável

EXZOLVILDRES QUEIROZ NETO

Orientadora: Profa. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

CAMPINAS
DEZEMBRO DE 2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - BAE -
UNICAMP

Q32o Queiroz Neto, Exzolvildres
A organização sócio-espacial do uso da terra no
município de Oliveira, MG / Exzolvildres Queiroz Neto.
--Campinas, SP: [s.n.], 2011.

Orientador: Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco.
Tese de Doutorado - Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

1. Rural development - Social aspects. 2. Rural
development. 3. Agricultura familiar. I. Bergamasco,
Sonia Maria Pessoa Pereira. II. Universidade Estadual
de Campinas. Faculdade de Engenharia Agrícola. III.
Título.

Título em Inglês: The socio-spatial organization of land use in the
municipality of Oliveira, MG

Palavras-chave em Inglês: Rural development - Social aspects, Rural
development, Family farming

Área de concentração: Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável

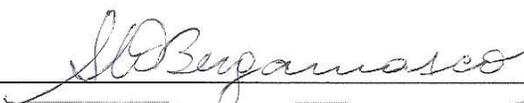
Titulação: Doutorado em Engenharia Agrícola

Banca examinadora: Maristela Simões do Carmo, Gilson Batista de Oliveira,
Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo, Carlos Roberto
Espíndola

Data da defesa: 07-12-2011

Programa de Pós Graduação: Engenharia Agrícola

Este exemplar corresponde à redação final da **Tese de Doutorado** defendida por **Exzolvildres Queiroz Neto**, aprovada pela Comissão Julgadora em 07 de dezembro de 2011, na Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas.



Profa. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco – Presidente e Orientadora
Feagri/Unicamp



Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira - Membro Titular
UNILA



Prof. Dr. Carlos Roberto Espíndola - Membro Titular
IG/Unicamp



Dra. Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo - Membro Titular
Feagri/Unicamp



Profa. Dra. Maristela Simões do Carmo - Membro Titular
Feagri/Unicamp

DEDICATÓRIA

Para o meu amado filho Vítor (pipipi) e minha esposa Madeleine companheiros de muitas mudanças

AGRADECIMENTOS

Agradecer é redimir e admitir a incompletude humana. É fazer da palavra um ato de reconhecimento do momento que vivenciado se torna compartilhado. Agradecer é o fim e o início de expectativas.

Agradeço ao meu filho Vítor por sua disposição, mesmo que sem alternativas, para mudar, romper a inércia. A minha esposa Madeleine agradeço, fundamentalmente, pelo companherismo ao abraçar o dever.

O papel de uma orientação é, principalmente, estimular a construção de uma obra oferecendo as bases e compartilhando com o orientando a edificação epistemológica do trabalho. Logo, agradeço à Professora Orientadora Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco por vislumbrar no projeto de pesquisa, apresentado na seleção de doutorado, a perspectiva de uma tese.

Agradeço a Tânia Moterani (Secretaria Municipal de Assistência Social – Oliveira, MG) por suas referências. Rendo agradecimentos aos entrevistados cujas contribuições são o cerne da pesquisa.

Ao CNPq agradeço pela concessão da bolsa de doutorado que permitiu, por determinado período, a execução do projeto de pesquisa.

As egrégias UNICAMP e FEAGRI rendo agradecimentos pelos processos e viabilidades institucionais extensivo a direção, coordenação da CPG, professores, professoras e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola.

Aos membros da banca examinadora agradeço as pertinentes contribuições, sugestões e avaliação do trabalho.

Agradeço especialmente a Marta e ao Alexandre da secretaria da pós-graduação e a Maria do Socorro da secretaria da graduação.

Aos colegas da turma de 2008 agradeço a convivência e a amizade, especialmente, do Rafael .

Agradeço a Deus citando São Paulo: *Combati o bom combate, completei a jornada, mantive a fé.*

RESUMO

O espaço é um recurso único e sua disponibilidade ocorre por um processo de vivência e nenhuma atividade humana se pode realizar sem a sua apropriação permanente ou temporária. O espaço rural constitui-se em uma forma-conteúdo complexa objeto de uso herdado do passado, portanto, de forma durável que reúne visões de mundo, elementos simbólicos, materiais e imateriais, natureza, força de trabalho, consumidores, saberes, cultura, normas, contradições, conflitos, contrastes, lógicas, instituições, atores sociais, entre outros, em configurações espaciais diferenciadas, ora fragmentadas, complementares, dinâmicas, adensadas, dispersas, difusas. O trabalho analisa o espaço rural do município de Oliveira em Minas Gerais para além da descrição e da dimensão da racionalidade setorial econômica e procura explicar a organização sócio-espacial da terra em uma perspectiva da complexidade e de articulação das múltiplas variáveis do espaço rural. Neste sentido, procura responder o problema de pesquisa de como famílias de agricultores no espaço rural do município de Oliveira, MG estruturam a organização sócio-espacial da terra, a relação com o ambiente, as ações frente as política públicas, as influências urbanas e a economia. Esta análise compreendeu a dinâmica espacial em seus múltiplos referenciais e escalas. Os objetivos se enredaram pela compreensão, análise e explicação do espaço rural a partir da organização social da terra. Empreendeu-se a análise dos diálogos, das políticas públicas, do ambiente e das ações dos atores sociais envolvidos com o espaço rural do município. Adotou-se como método de pesquisa a observação, a entrevista e a análise de fontes secundárias. O espaço rural de Oliveira, MG apresenta processos de modificações e transformações na organização social da terra que englobam desde a trama institucional, os atores sociais, a política, o Estado, o mercado e o ambiente. Por conseguinte, a organização sócio-espacial da terra é uma construção dos atores sociais no cotidiano e em um determinado contexto. Estudar o espaço rural de Oliveira foi um descortinar de reminiscências empíricas em busca do crepúsculo da fragmentação do pensamento.

Palavras-chave: Ruralidade, Desenvolvimento Rural, Espaço Rural, Agricultura Familiar

ABSTRACT

Space is a unique resource and its availability is a process of living and no human activity can take place without its appropriation permanent or temporary. The countryside is in a form-content use complex object inherited from the past, so in a way that meets sustainable worldviews, symbolic elements, material and immaterial nature, labor, consumers, knowledge, culture, norms, contradictions, conflicts, contrasts, logical, institutions, social actors, among others, in different spatial configurations, sometimes fragmented, complementary, dynamic, densely populated, scattered, diffuse. This study examines the rural municipality of Oliveira in Minas Gerais beyond description and the size of sectoral economic rationality and seeks to explain the socio-spatial organization of land in a perspective of complexity and coordination of multiple variables of the countryside. In this sense, attempts to answer the research problem of how farming families in rural areas of the municipality of Oliveira, MG structure the socio-spatial organization of the land, the relationship with the environment, the actions against the public policy, urban influences and the economy. This analysis included the spatial dynamics in its multiple references and scales. The goal is entangled by the understanding, analysis and explanation of rural social organization from the ground. Undertook the analysis of the dialogues, public policy, the environment and the actions of social actors involved in the rural areas of the city was adopted as a research method observation, interview and analysis of secondary sources. The rural de Oliveira, MG show processes of changes and transformations in the social organization of land that range from the plot institutional, social actors, politics, the state, market and environment. Therefore, the organization of socio-epacial land is a construction of social actors in everyday life and in a given context. Studying the rural de Oliveira was a disclosure of reminiscences empirical dusk in search of the fragmentation of thought.

Keywords: Rural Policy, Rural Development, Rural Space, Family Farming

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do município de Oliveira na mesorregião Centro-Oeste do estado de Minas Gerais.....	2
Figura 2: Níveis de escala do lugar (local) ao mundo (global)	10
Figura 3: Interações de múltiplas e simultâneas territorialidades.....	22
Figura 4: Planejamento racional instrumental distante da <i>práxis</i> cotidiana	51
Figura 5: Município de Oliveira - Comunidades Rurais	60
Figura 6: Dimensões da área de abrangência da pesquisa.....	61
Figura 7: Articulação dos atores e instituições para o entendimento do universo de pesquisa.....	62
Figura 8: Primeira organização dos dados de pesquisa, 2009	63
Figura 9: Articulação dos elementos pesquisados (2010)	64
Figura 10: Evolução da população urbana e rural de Oliveira (1970 – 2010).....	83
Figura 11: Distribuição territorial da população por sexo em 2010.....	86
Figura 12: Área de maior concentração de pequenas e médias propriedades	87
Figura 13: Número de estabelecimentos por condição legal de proprietário e divisão por sexo	89
Figura 14: Número de estabelecimentos por condição legal de proprietário	90
Figura 15: Distrito do Morro do Ferro - Mananciais de abastecimento e localização da Comunidade do Calafate	91
Figura 16: Voçoroca na Bacia do Córrego Calafate.....	92
Figura 17: Distrito Morro do Ferro – uso do solo e processo de voçoroca	92
Figura 18: Os diversos circuitos econômico-espaciais na composição do PBF.....	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Escalas numéricas: proporção espacial matemática.....	12
Quadro 2: Perfil dos entrevistados, funções e experiências de vida.....	67
Quadro 3: Estrutura Fundiária de Oliveira, MG: número de propriedades por área	93
Quadro 4: Demandas por prioridades da comunidades rural Quebra Cangalha.....	94
Quadro 5: Demandas por prioridades da comunidade rural Calafate.....	95
Quadro 6: Demandas por prioridades da Comunidade Rural – Engenho.....	95
Quadro 7: Demandas por prioridades da Comunidade Rural – Retiro em 2006.....	96
Quadro 8: Demandas por prioridades da Comunidade Rural – Ouro Fino	96
Quadro 9: Perfil das famílias atendidas pelo PBF em Oliveira, MG	105

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA – MARCO TEÓRICO E CONCEITUAL.....	7
2.1 O Lugar e o espaço	7
2.2 Escala: a dimensão das ações, dos processos e das formas.....	9
2.3 Ação, atores sociais, paisagem, território e desenvolvimento.....	12
2.4 Atores sociais e a articulação das variáveis na utilização dos recursos em um contexto do espaço rural	17
2.5 Espaço rural e ruralidade.....	27
2.6 O que seria a ruralidade?	37
2.7 Seria a ruralidade o contexto do território vivenciado?	39
2.8 Identidade sócio-espacial: a ruralidade como devir.....	41
2.9 Sistemas do lugar: mundo rural ou modelo agrícola?	43
2.10 Espaços híbridos: as tessituras dos múltiplos contextos entre o rural e o urbano envolvendo o Estado e o planejamento do território.....	48
2.11 Do plano diretor de oliveira: tentativa de compreender o mito do ordenamento territorial.....	54
3 MÉTODO DE PESQUISA	57
3.1 Fase I – Levantamento preliminar e pesquisa de campo.....	59
3.2 Fase II – Estudos complementares dos elementos ambientais a partir do plano diretor municipal.....	62
3.3 Fase III – Integração dos estudos.....	63
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	65
4.1 Análises dos diálogos de entrevistas.....	67
4.1.1 PM. 1.....	68
4.1.2 SM. 2.....	70

4.1.3. FS. 3.....	71
4.1.4. CS. 4.....	72
4.1.5. PC. 5.....	73
4.1.6. DC. 6.....	74
4.1.7. AF. 7.....	75
4.1.8. AF.8.....	76
4.1.9. AF.9.....	78
4.1.10. AF 10.....	78
4.1.11. HJ.....	79
4.1.12. AP.....	79
4.1.13. AS.....	80
4.1.14. AF.....	81
4.1.15. AF.....	81
4.2 Análise das informações dos Censos Demográficos (1970, 2000, 2010) e Censos Agropecuários (1996 e 2006)	82
4.3 Apresentação e análise, à luz da pesquisa de campo, das demandas das Comunidades Rurais na conferência pública da Secretaria Municipal de Assistência Social de Oliveira, MG.....	94
4.4 Agricultura familiar: entre o significado, a objetividade e a fronteira conceitual	97
4.5 Agroecologia, mas o que é isso?	100
4.6 Os circuitos do Programa Bolsa Família: entre a verticalidade das políticas públicas e as horizontalidades da vida cotidiana.....	103
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115

1 INTRODUÇÃO

O diálogo, ao permitir a confluência de várias lógicas, desvela as ações e reflexões humanas nas diversas épocas. Dos mais sublimes ao mais banais os gestos, as palavras, os contextos têm suas lógicas. É possível, através dos diálogos, compreender o espaço – o mundo (pensado como uma construção social).

Este trabalho de pesquisa é um alinhavar de diálogos com o espaço rural de Oliveira, MG. A coesão é a finalidade almejada através do método e dos meios adotados. Assim, o espaço rural pesquisado nos convida a coadunar lógicas, escalas, territórios, políticas públicas, fronteiras, natureza, ruralidades e tempos. Esta tese rende tributo à ciência como forma de problematizar a realidade, pois, a atividade científica, a pesquisa, é uma das manifestações mais elucidativas da racionalidade ao abrir novos ângulos de perspectivas da realidade, do espaço, do território, do rural. Todavia, rende tantos outros tributos aos surpreendentes arranjos cotidianos em cada contexto.

A tese analisa o espaço rural para além da descrição e da dimensão da racionalidade setorial econômica que conduz, em muitos casos, ao esmaecer da realidade. A sobrevalorização da economia é a prevenção contra o imponderável que não rende tributos ao inaudito de cada contexto, principalmente, do mundo rural. Numa perspectiva do espaço rural é necessário ir além das recorrentes abordagens econômico-setoriais ou dicotômicas (atrasado e moderno) e dos próprios limites político-administrativos que, definem o espaço rural e dos aspectos que podem caracterizá-lo como diferente do urbano.

O que instiga a pesquisar em que medida o conhecimento espacial da ruralidade, e dos diálogos, pode contribuir à interpretação da ação-reflexão dos atores sociais, instituições públicas e privadas sobre o espaço rural no município de Oliveira em Minas Gerais localizado na mesorregião Centro-Oeste do estado e, assim, pensar o Brasil.

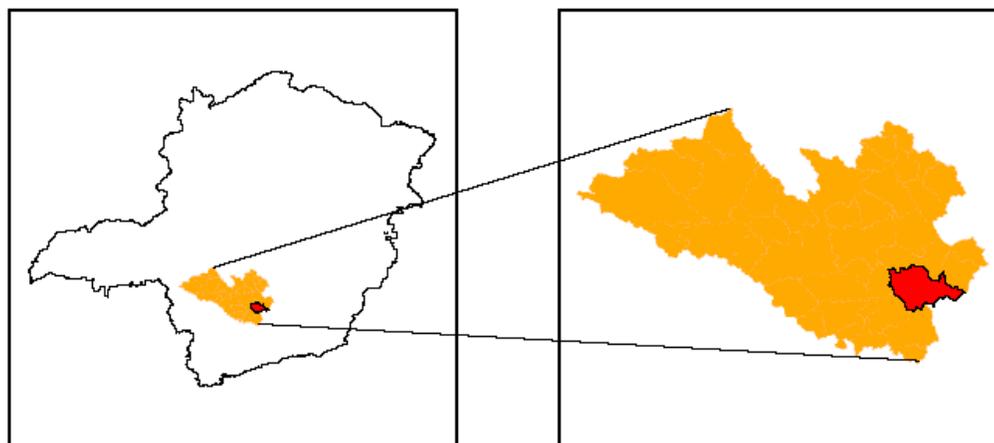
O município de Oliveira, MG (Figura 1) advém da interiorização da lógica portuguesa de ocupação e produção territorial do Brasil. Assim as ocupações, mais efetivas, estão relacionadas ao ciclo da mineração o que vai dar uma conotação de configuração territorial a partir da lógica de exploração dos recursos. Em parte a posição do município, ao longo da rodovia Fernão Dias (BR381), já demonstra os efeitos do processo das Bandeiras

paulistas adentrando o interior do território nacional.

Há notícias da existência de um sítio, uma pousada, de propriedade da senhora de nome Maria de Oliveira que acolhia os viajantes quando, passavam em direção ao Norte e ao Oeste do estado de Minas. A área tornou-se ponto preferido para pousada dos viajantes, a caminho de Goiás, em virtude da amenidade do clima e abundância de água. Deu-se início a uma povoação primeva e conhecida como Picada de Goiás, depois Nossa senhora de Oliveira, e atualmente, Oliveira. O topônimo registra duas versões: 1) originou-se da presença de oliveiras entre as árvores frutíferas existentes na região; para outros 2) refere-se à pousada de Maria de Oliveira (evidência mais válida).

Favorecida, em parte, por sua posição em relação a São Paulo e ao sertão goiano o município localiza-se na interface de referências e de articulações espaciais. Assim, a construção do espaço de Oliveira se dá sob os auspícios da lógica mineradora que, modela a própria configuração territorial de Minas Gerais. De forte influência católica em 1871 foi inaugurada a Igreja Matriz.

Figura 1: Localização do município de Oliveira na mesorregião Centro-Oeste do estado de Minas Gerais



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Plano Diretor, 2006

O DISTRITO foi criado por Decreto de 14 de julho de 1832 e o Município, pela Lei n.º 134, de 16 de março de 1839. Em 19 de setembro de 1861, a Sede foi elevada à categoria de Cidade, por força da Lei n.º 1.102. Na ocasião em que foi criado, o Município configurou-se com os distritos de Oliveira, Carmo da Mata, São Francisco de Paula, Santana do Jacaré, Santo Antônio do Amparo, Cláudio e Passa Tempo.

Atualmente o município conta, somente, com o distrito de Morro do Ferro. A comarca de Lambari foi criada em 1862. Em 1870 foi extinta, sendo restaurada pela Lei n.º 2.002, de 15 de novembro de 1873. O nome foi alterado para Comarca de Oliveira pela Lei n.º 11, de 13 de novembro de 1891. Atualmente, é de 3.^a entrância e sua jurisdição abrange, também, os termos de São Francisco de Paula e Carmópolis de Minas. A população total é de 39.466 habitantes destes são residentes do espaço urbano 35.185 e do rural 4.281 habitantes (CENSO 2010).

No Brasil, o dimensionamento do que é o rural e o urbano tem instigado discussões no âmbito de diferentes campos do saber. Entretanto, a questão parece residir, em grande medida, no desconhecimento da realidade do espaço rural, isto é, como o par dialético lugar-mundo (as escalas das variáveis) estabelece a conexão e, ao mesmo tempo, a irrupção de novas questões, problemas e soluções.

A partir da premissa que a ação da comunidade rural sobre o espaço é, concomitantemente, pessoal e coletiva, cerebral e braçal, voluntária e necessária, prazerosa e conflituosa, econômica e financeira; mas está em sintonia com a história. Admite-se, por conseguinte, que são lógicas múltiplas e simultâneas atuando na construção de um rural efêmero, duradouro, ambíguo e contraditório como a própria história (pessoal ou coletiva). Assim, é preciso superar a visão de que rural é a população dispersa no território e que a análise perpassa, fundamentalmente, os processos econômicos setoriais. Por suposto, é necessário vislumbrar o espaço rural como o território vivenciado e construído a partir do uso da terra, com ênfase na organização sócio-espacial, onde ocorrem e se estruturam processos sociais, culturais, ambientais, agrícolas e não-agrícolas, agrários, fundiários, políticos, históricos e econômicos.

O espaço rural brasileiro compreende uma diversidade de ações e reflexões, e também de ambientes, envolvendo fatores que suscitam inter-relações multiescalares das variáveis. Contudo, admite-se que, a escala local (lugar) descortina as contradições, saberes, conflitos, razões, técnicas e emoções. É mister, na pesquisa sobre o espaço rural brasileiro, descortinar o tempo e o espaço de uma reflexão sobre a ruralidade e defender a necessidade de uma abordagem de desenvolvimento do rural, em sua totalidade e não, somente, setorial nos termos da viabilidade econômica. Logo, entre tantas possibilidades, de que ruralidade tangível deve-se falar?

De fato, na contemporaneidade, ressurgem novas leituras sobre o espaço rural brasileiro. Estas reflexões se enredam ao considerar-se o uso da terra, as relações sociais em curso, a transição demográfica, a economia, os fluxos urbano-rurais, o acesso e a usabilidade das tecnologias, o debate ambiental, o processo de globalização produzindo novos significados, novas dinâmicas e os recortes territoriais em rede.

Contudo o espaço rural, sócio-espacialmente produzido, desvela páginas impressas pelo tempo. É uma impressão da técnica, da ação e reflexão que discorrem pela história como e quando os processos de trabalho ocorreram e ocorrem. São construções humanas (materiais, imateriais e simbólicas) erigidas pela dinâmica do tempo do cotidiano e suas contradições. O espaço rural brasileiro é engendrado por miríades de complexidades. As análises, portanto, devem distanciar-se do tempo do efêmero – que o rural sucumbiria frente à investida urbanizadora – e que o renascimento ou o “novo rural” se viabiliza pelo viés, prioritariamente, econômico.

Logo, quando se analisa o território brasileiro ressaltam-se as configurações: solo – clima – disponibilidade hídrica que, conferem ao Brasil condições agroambientais privilegiadas para a prática agrícola. Obviamente o atual agronegócio brasileiro é dinâmico e integrado a rede do capitalismo global. Entretanto, nos interstícios da agricultura empresarial e tecnificada, existe uma complexa diversidade de redes territoriais de uso da terra que não prescindem às influências econômicas, mas apresentam a sua complexidade. São escalas dos lugares que, coexistem a escala nacional e global do agronegócio, mormente, não atingem índices elevados de produtividade (na perspectiva econômica predominante), mas são elevadas as estratégias, as dinâmicas agrícolas (autoconsumo e troca de excedentes) e não-agrícolas ocupacionais, sociais, culturais, ambientais e mesmo econômicas consideradas a partir da multifuncionalidade e pluriatividade na geração de renda e produção nos mundos rurais da agricultura familiar.

O universo da agricultura familiar (será dimensionado o significado deste conceito no município de Oliveira-MG) apresenta tempos e demandas distintas do agronegócio calcado na renda da terra, no uso intensivo de insumos, capital e especialização. A interação das pessoas no espaço rural (atores sociais) familiar é um amálgama de técnicas, de razões e emoções. Desenvolve-se pelo Brasil, portanto, uma prerrogativa distinta, ao agronegócio, quanto às aspirações da comunidade rural em relação a terra e ao ambiente pois, o ser, o estar,

o saber, o fazer e o ter interagem em um mesmo contexto.

Acredita-se que há, no Brasil, certo equívoco: a ideia que no espaço rural a dimensão (extensão das terras e uso intensivo de insumos) é mais importante que a forma social de produção, organização e gestão da unidade produtiva e o uso da terra em um determinado contexto. Neste sentido, é plausível que a agricultura familiar apresente vantagens econômicas, culturais, políticas e ambientais. Seja na perspectiva da geração de renda, produção de alimentos e, principalmente, de qualidade de vida, tanto para a população rural, quanto urbana do País além da possibilidade de conservação do ambiente e desenvolvimento local sustentável se se puder olhar por outro ângulo. Mesmo que, ao olhar vislumbre-se um caleidoscópio do território vivenciado. O que de fato é a grande vantagem da diversidade.

Neste sentido, vislumbra-se responder à problematização de como as famílias no espaço rural de Oliveira transpõem as dificuldades tendo em vista a organização sócio-espacial da terra e a concepção da vivência do espaço. Em meio a estas considerações os objetivos deste trabalho se enredam para explicar o rural; do município de Oliveira, MG; no limiar de processos de modificações e transformações, ainda em curso, mas que é possível identificá-los e estudá-los a partir da organização sócio-espacial da terra. Para tanto, é fundamental a compreensão dos diálogos, das ações, do tempo, da natureza e do espaço. O termo terra, entendido aqui como, um elemento amálgama de processos, funções, conteúdos, formas e ações, isto é, o espaço das construções sócio-espaciais cotidianas das pessoas e das comunidades. Não se trata, por suposto, de um receptáculo ou base material para a prática agrícola, mesmo que seja em muitos casos, mas o lugar das vicissitudes e contradições da vida cotidiana. Esta análise buscará compreender a dinâmica sócio-espacial em seus múltiplos referenciais e escalas no município. O que engloba desde a organização social da terra como, também, a trama institucional dos atores sociais, políticos, o Estado e o mercado. Por conseguinte, as análises serão organizadas de forma a abranger o município, com ênfase no espaço rural, mas contemplando a interação com o urbano além dos próprios fatores naturais.

Para um entendimento didático, dos preceitos científicos da pesquisa, mas, também, ritualístico optou-se por uma organização consagrada da estrutura de tese. A partir de uma introdução, o desenvolvimento da revisão bibliográfica – marco teórico e conceitual e suas diversas seções para um melhor enredamento e sustentação teórica. A metodologia e o método da pesquisa esmiuçados para dar sentido ao todo. A análise dos resultados da pesquisa e as

considerações finais obviamente sem a pretensão de ter esgotado a temática e a problematização, mas como nuances de caminhos trilhados e proposições assertivas.

Portanto, estudar o rural de Oliveira é o descortinar de reminiscências em busca do crepúsculo da fragmentação do pensamento. O presente trabalho, como não poderia ser diferente, é um alinhavar dos diálogos, de análises do espaço e do tempo pelo método qualitativo de pesquisa. Na tentativa de enveredar-me pelo mundo acadêmico reencontrar Oliveira é vivenciar projetos pessoais e, concomitantemente, vê-los, em parte, concretizados.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA – MARCO TEÓRICO E CONCEITUAL

2.1 O Lugar e o espaço

A despeito da influência da globalização, nos diversos setores da vida em sociedade, ocorre, concomitantemente, o afloramento de questões sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais que confirmam a importância da escala dos lugares. É possível vislumbrar, nesta escala, o entendimento e a manutenção da diversidade das ações humanas e dos ambientes, da complexidade do rural brasileiro ou a compreensão de problemas em seus contextos. Logo, para um desnublamento desta complexidade os conceitos basilares devem ser admitidos e analisados para um bom entendimento da dinâmica do trabalho.

O fato é que, em muitos casos, podem ocorrer sobreposições conceituais. O trabalho balizar-se-á pelos referenciais da Geografia ao considerar a dimensão espacial da análise. Os conceitos serão decantados, no decorrer deste capítulo, para uma aproximação com o universo de pesquisa: o espaço rural do município de Oliveira – MG e as suas múltiplas variáveis e palavras pronunciadas.

Alega-se, portanto, que na escala do lugar é possível encontrar a solução para diversos problemas a partir do conhecimento, dos conflitos, das contradições e das ações sustentáveis. Daí a importância de pesquisas que visem entender o espaço rural na perspectiva, do ambiente, da organização sócio-espacial da terra, das lógicas e ações, suas estruturas, das práticas, atividades agrícolas e não-agrícolas, do planejamento e da gestão do espaço rural no município. Haja vista, a importância de agricultores e não-agricultores como agentes de preservação ambiental e de dinamização socioeconômica municipal e regional.

Neste sentido, compreender o lugar, os “sistemas do lugar”, se tornou uma perspectiva instigadora frente a, pretensa, homogeneização do comportamento e ditames de valores, mormente, econômicos. Assim, nesta perspectiva o sistema, conceitualmente neste trabalho, compreende três componentes: 1) um conjunto de elementos; 2) um conjunto de inter-relações dos elementos; 3) um conjunto de inter-relações do sistema e seu ambiente. No caso do espaço rural há o geossistema, conforme Monteiro (2001), a interface de sistemas

naturais e humanos onde a estrutura é constituída pelos elementos e as suas inter-relações se expressam por meio dos processos.

Todavia, é medular compreender o lugar cotejando-o com diversas escalas espaciais. O lugar deve ser entendido, neste trabalho, como a dimensão cotidiana do espaço uma dimensão que permite a interação social a partir do contexto o que amplia a perspectiva do lugar, também, caracterizado como local. Assim, o lugar é tido como um conceito para além da representação de localização (local) pontual ou de referência de um ponto em relação a outros. Portanto, o lugar existe em consonância ao espaço (construção social), assim, admite-se que as ações humanas, ao longo da história, constroem e reconstroem o espaço, isto é, a inter-relação das múltiplas variáveis. Para Milton Santos (2002) o espaço é a totalidade, pois, admite um amálgama de conceitos que dizem respeito às ações humanas e aos elementos naturais nas diversas escalas.

O espaço é um recurso único e sua disponibilidade ocorre por um processo de vivência e nenhuma atividade humana se pode realizar sem a sua apropriação permanente ou temporária. O espaço rural, por exemplo, constitui-se em uma forma-conteúdo complexa objeto de uso herdado do passado, portanto de forma durável, que reúne visões de mundo, elementos simbólicos, materiais e imateriais, força de trabalho, consumidores, saberes, cultura, normas, contradições, conflitos, contrastes, lógicas, instituições, natureza, atores sociais, entre outros, em configurações espaciais diferenciadas, ora fragmentadas, complementares, dinâmicas, adensadas, dispersas, difusas.

Para Milton Santos (1982, 1997 e 2002), as formas mais duráveis podem chegar mesmo a limitar e a dirigir determinadas transformações no presente, as denominadas “rugosidades espaciais” que, por sua vez, restringem dessa maneira a possibilidade de ampla transformação espacial em face da não sincronia das categorias e escalas que compõem o espaço social (forma, conteúdo, função, ação, estrutura, processo). O espaço rural brasileiro, ainda, preserva “rugosidades” de tempos recônditos verdadeiros anacronismos com as possibilidades democráticas e de autonomia da população. Todavia é necessário dimensionar a escala dos processos espaciais para que, desta forma, se encare a realidade cotidiana. Admite-se que a escala de análise privilegiada, neste trabalho, é a escala cotidiana, isto é, da *práxis*, atitudes políticas. A atitude política permeia a ação contextualizada dos atores sociais no cotidiano pois é nesta escala que se desenvolvem as múltiplas racionalidades que subvertem

formas únicas de pensar, agir, sentir, elaborar conhecimentos e estratégias.

2.2 Escala: a dimensão das ações, dos processos e das formas

Green, Schweik e Randolph (2009) consideram a escala um conceito complexo pois, trata-se de elementos quantitativos, mas com repercussões qualitativas em termos de dimensão, que expõem as qualidades das inter-relações dos elementos. Os autores têm razão uma vez que a escala deve ser entendida em uma perspectiva espacial, isto é, a dimensão da ocorrência dos eventos e a inter-relação dos diversos eventos. Em termos de pesquisa seria a dimensão da inter-relação das variáveis no e do espaço.

Preliminarmente, deve-se considerar a escala como uma dimensão espacial e temporal. A escala é fundamental, pois, o conceito de espaço produz a possibilidade de dimensionar e inter-relacionar as formas, conteúdos, funções, ações, estruturas e processos transparecendo as relações qualitativas, e não somente quantitativas, de lugar, paisagem, território, região, de nacional, internacional e global. A partir desse pressuposto pode-se falar em diversas dimensões do espaço geográfico e desenvolver a compreensão sócio-espacial de uma realidade o que denota um avanço em termos de análise socioeconômica e socioambiental. É possível, assim, inter-relacionar os processos e contemplar uma das articulações da configuração espacial, isto é, o espaço praticado pelos atores sociais.

Para uma aproximação mais vigorosa com a perspectiva espacial e o conceito de escala, aqui, neste trabalho, propõe-se a seguinte classificação ou níveis de escala (Figura 2) a partir das considerações de Souza (2004):

1) **Escala do lugar:** pode ser designada, também, como escala local (deve-se atentar para a distinções conceituais de lugar). Esta escala refere-se a recortes espaciais inter-relacionados em um contexto social e ambiental. Pode-se considerá-la, sem embargo, como uma escala empírica o que permite trabalhar com a diversidade de arranjos espaciais e a possibilidade dos atores sociais vivenciarem as relações sócio-espaciais.

2) **Escala mesolocal:** é o recorte que corresponde ao Estado local, o município.

3) **Escala regional:** corresponde a uma perspectiva de inter-relação das várias escalas

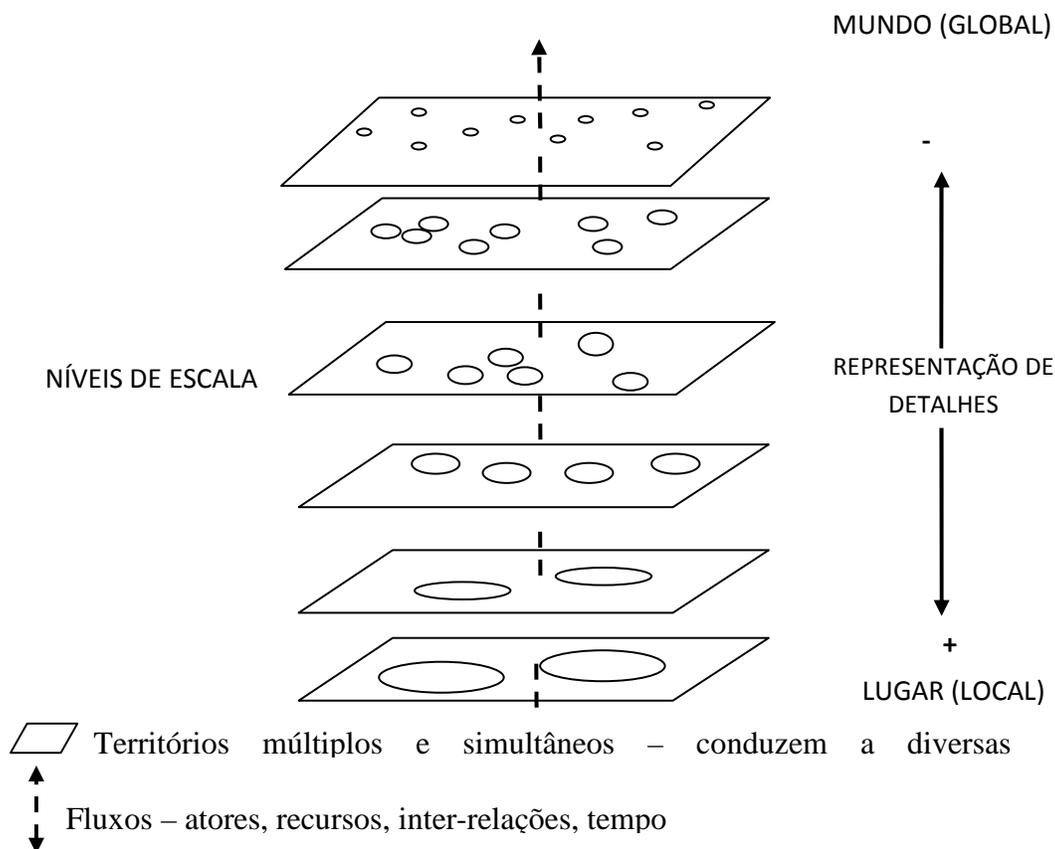
anteriores. É uma espécie de “holograma” sócio-espacial, pois permite a interação dos diversos territórios e suas dinâmicas, os fluxos. Entretanto, deve-se mencionar que, região é um conceito complexo e abrange diversas disciplinas que analisam o planejamento, a gestão e o desenvolvimento.

4) **Escala nacional:** é a escala do território nacional a partir do conceito de um Estado soberano.

5) **Escala internacional:** trata-se, por suposto, das relações entre Estados nacionais soberanos, mormente, de conotação político-diplomática envolvendo um amplo escopo de fatores.

6) **Escala global (mundo):** abrange o mundo como um todo, tanto, na perspectiva econômica, quanto ambiental.

Figura 2: Níveis de escala do lugar (local) ao mundo (global)



A atividade agrícola representa a tentativa mais generalizada de controle da natureza na escala do lugar.. Entre as atividades econômicas as do setor agropecuário são as que mais dependem dos recursos naturais, especialmente, dos solos, do clima, das águas e do relevo. As demais atividades econômicas, praticamente, não possuem mais relação direta com os elementos naturais (escala do lugar). Mesmo os recursos minerais e energéticos necessários para uma atividade industrial, ao contrário do que ocorre com a agropecuária, podem ser trazidos de áreas distantes e não dependem das condições naturais do lugar em que essa indústria se localiza. A atividade agropecuária tem impactos sociais, econômicos e ambientais: aumento da produção de alimentos, geração de renda e passivos ambientais que perdurarão por gerações, haja vista, a perda de solos e a poluição por agrotóxicos entre outros impactos.

Os efeitos do uso da terra relacionam-se diretamente com a escala em que são empreendidos e há, pelo menos, dois aspectos a considerar: 1) a intensidade e o grau de alteração provocada ao solo e à vegetação preexistentes; 2) a área em que se deu a alteração ou a recuperação do solo (DREW, 1986; CHRISTOFOLETTI, 1976 e 1999; TRICART, 1977; VITTE e GUERRA, 2004). Concomitantemente as soluções, para as questões ambientais, advêm do histórico da ocupação e uso da terra em um contexto socioeconômico e cultural. Conforme Resende (2007) há uma inter-relação solo – organismos – aspectos socioeconômicos que devem ser considerados.

Neste sentido, os elementos naturais, sociais, culturais, políticos e econômicos ocorrem por níveis de escala geográfica, isto é, as repercussões das ações e interações modificam localmente a estrutura do sistema e podem confluir para uma escala regional, nacional e até mundial (global).

Por conseguinte, tão importante como saber que as coisas mudam com o tamanho, é saber exatamente o que muda e como (CASTRO, 2006). Não se trata, somente, de uma medida de proporção dos processos, mas, também, de uma medida dos espaços de pertinência dos processos, isto é, das variáveis que se articulam no espaço e, por isso, deixam transparecer as qualidades do lugar sendo possível quantificá-las (Quadro 1).

Quadro 1: Escalas numéricas: proporção espacial matemática

NÍVEIS	ESCALAS NUMÉRICAS
Global	1: 5.000.000 a 1:10.000.000
Internacional	1: 5.000.000 a 1:10.000.000
Nacional	1: 500.000 a 1: 5.000.000
Regional	1: 50.000 a 1: 500.000
Mesolocal	1: 20.000 a 1: 50.000
Local (lugar)	1: 2.500 a 1: 20.000

Fontes: Souza (2004)

A escala pode ser dimensionada matematicamente a partir de uma proporção entre a representação espacial (mapa) e a análise das variáveis sócio-espaciais, socioambientais e a realidade representada. Destarte, vislumbra-se a possibilidade de articular complexidades, processos e ações.

2.3 Ação, atores sociais, paisagem, território e desenvolvimento

A ação, neste trabalho, deve ser entendida a partir das considerações de Giddens (1987) onde a ação não se remete, somente, as intenções, mas à capacidade do ator social em fazê-las. Por ator social entende-se não apenas os indivíduos, mas comunidades, instituições públicas e privadas, empresas, organizações e associações. Trata-se, todavia, de ações racionais, mas não de uma única racionalidade, por exemplo a instrumental econômica, mas de múltiplas racionalidades desempenhadas pelos atores sociais. Portanto, são entidades capazes de tomar decisão em determinado contexto de um território.

Isto quer dizer que não se deve categorizar algumas ações como irracionais, pois, como alega Veiga (2005, p. 47) “não podemos mesmo dizer que uma acção de um actor é irracional, mas apenas que ele poderia ter agido de outra forma se dispusesse de outras informações, outros meios e circunstâncias exteriores.” Ainda segundo o autor a parte que “não depende do ator social” ou que não está sob o seu “controle” remete ao conceito de estrutura.” Em Giddens (1987) o termo estrutura ou estrutural define-se como: uma inter-relação de regras (normas, significados) e recursos (alocação e autoridade) inseridas na

reprodução social. Para o mesmo autor as estruturas são conjuntos de regras e recursos isoláveis no espaço-tempo de cada sistema social, isto é, as práticas sociais.

Para Bakhtin (1992), todavia, o espaço das ações humanas é uma construção do diálogo e da busca de sentido em um contexto cultural. O que reflete, por suposto, nos arranjos locais das famílias de agricultores. A linguagem se desdobra em miríades de informações que devem ser contextualizadas para que o processo em rede funcione o modo como os atores e as instituições criam situações e regras e, assim, ao mesmo tempo, se inventam e, também, produzem suas realidades sociais (DOUGLAS, 1998).

Ressalta-se, portanto, a importância dos processos lingüísticos que interligam os fluxos de significados, de diálogos, aos participantes do sistema. Logo, ações descontextualizadas dos agentes públicos e privados, por exemplo, não produzem a sinergia necessária para romper a inércia do desenvolvimento ou da transformação de uma realidade o que pode ser entendida como a dimensão do desenvolvimento que se pretende.

O desenvolvimento é um conceito importante, mas ao mesmo tempo contraditório e volátil. Assim, delimita-se o termo na perspectiva da mudança, isto é, da transformação da realidade pelos atores sociais a partir de um contexto inserido nas múltiplas escalas. Por outro lado o conceito de desenvolvimento pode interpor uma noção de juízo de valor em termos de transformações, concepções desejáveis, vocações, avaliação do passado, controle do presente e injunção de uma agenda para o futuro. A análise do desenvolvimento realça, em Veiga (2005, p. 67), “[...] a articulação entre instituições e organizações (interação entre actores) ligados às práticas de desenvolvimento, como política pública [...]”. Todavia, o desenvolvimento não deve ser tomado de forma isolada, uma proposição de mudança e de transformação social, mas através de múltiplas variáveis de um território. O que remete a ter cautela com o conceito de desenvolvimento, em relação ao espaço rural, ao deparar-se com a dicotomia endógeno-exógeno. Assim, de acordo com Veiga (2005, p. 70) desde os anos de 1950, com mais intensidades até os anos de 1970, mas acredita-se no caso brasileiro até a contemporaneidade, “o diagnóstico era claro, os problemas de desenvolvimento rural (o rural praticamente reduzido ao agrícola) ou de desenvolvimento regional, reduziam-se a problemas de marginalidade entendida com frequência em termos geográficos como sinônimos de zonas periféricas ou remotas.”

Neste trabalho, procura-se alternativas de análise para além da conotação destas considerações sobre o desenvolvimento. Logo, o termo endógeno pode ser importante quando, surgem as variáveis relacionadas a cada lugar. Contudo, a intenção é afastar-se das abordagens dicotômicas do desenvolvimento uma vez que, tais condicionantes, impedem uma análise integrada e multiescalar dos eventos. Veiga (2005, p. 84) assevera que “as abordagens mais recentes contestam as posições parcelares criadas à volta dos dualismos teóricos, exógeno/endógeno, social/natural, por estas favorecerem uma polaridade artificial [...]”

Uma dimensão fundamental para entender as ações humanas é o conceito de território. Contudo, não se deve tratar o território como um ator social. O território é construído e desconstruído a partir das ações dos atores sociais o que demanda uma correlação com o tempo; a história. O território, com seus recursos (sentido amplo) deve ser entendido, fundamentalmente, como a instância das relações de poder envolvendo os atores sociais, isto é, a possibilidade de múltiplas e simultâneas funções lugares contíguos, dispersos e lugares em rede (SANTOS, 2002). Por conseguinte, a territorialidade é a manifestação das assimetrias geradas pelas relações de poder. Neste sentido, o território envolve uma noção de escala e deve ser compreendido a partir das inter-relações que ocorrem no espaço. Portanto, o território é a soma e a representação das diversas funções, conteúdos, formas, processos, estruturas e ações que se engendram no espaço, no lugar.

Portanto, compreender o lugar consiste em se ter certa familiaridade com o presente: a configuração espacial. Consiste em apreciar os limites, as possibilidades e a sua historicidade. Para Pietrafesa de Godói (1999) o sistema do lugar, na agricultura familiar é uma construção, advém da razão prática como, também, de uma intersecção entre a construção simbólica, a construção histórica e a lógica em processo. O sistema do lugar é um espaço vivido uma experiência contínua. Por conseguinte, as pessoas não são objetos neutros em suas comunidades e seus espaços (territórios, paisagens), mas produzem ação-reflexão, forma, conteúdo, processo, estrutura e função a partir da cultura e da inter-relação, tal qual um caleidoscópio. Onde o trabalho é o elemento de amálgama a partir da genealogia e a família é a dinâmica do processo e a detentora da memória social. A família faz, por sua vez, a gestão das práticas cotidianas combinando-as em um conjunto do tempo – uma historicidade de sentimentos, ações, perspectivas, contradições, conflitos, vicissitudes, estratégias, *práxis* – em um determinado espaço.

Logo a configuração espacial, que caracteriza o lugar, é estabelecida no cotidiano e o trabalho é o fator de humanização deste. Assim, ao se trabalhar os elementos do espaço natural, através da técnica e da razão prática, constrói-se o espaço habitado e, assim, produz-se laços simbólicos, materiais e imateriais. Como fator delimitador da territorialidade há simbolismos do pertencimento onde dentro: é tradição, solidariedade, socialização, reciprocidade, parentesco; e fora: é possibilidade, contingência. O território é concebido por questões de valor de uso, para além do pragmatismo legalista e economicista. Assim, há decisões por direito de uso garantido pelo trabalho, o estabelecimento e a memória. Desenvolve-se uma dialética da memória coletiva associando o instante do presente ao conjunto do tempo e do espaço como também às ressonâncias de tempos imemoriais.

Por conseguinte, o território da agricultura familiar é uma criação doméstica, tanto na perspectiva familiar, quanto em relação à conexão de escalas e os limites do território são definidos pelas áreas trabalhadas. Logo, a territorialidade é fruto dos antagonismos entre a escala do lugar e as influências externas. A demarcação dos seus domínios pode ser invisível à lógica econômica predominante, mas é concreta de simbolismos e significados materiais e imateriais, portanto, uma construção semântica do território.

Antônio Cândido (1975, p. 23-24) define que, “as sociedades se caracterizam, antes de qualquer coisa, pela natureza das necessidades de seus grupos, e os recursos de que dispõem para satisfazê-las.” Assim, o equilíbrio se estabelece, em grande parte, pela correlação entre as necessidades e sua satisfação. Neste sentido, o tempo incorpora o espaço à história dos grupos e o espaço se incorpora à sociedade pelo trabalho e a técnica. Desta feita, Antônio Cândido conclui que “[...] enquanto houver homens, a História da Natureza e a História dos Homens se condicionarão reciprocamente.” E ainda, (p.28), o lugar se transforma num “*projeto* humano nos dois sentidos da palavra: projeção do homem com as suas necessidades e planejamento em função destas”

Claval (2007) argumenta que as paisagens constituem um objeto de estudo fascinante. Nesta perspectiva, uma geografia do lugar pode falar de pessoas, comunidades, sociedades que modelaram e modelam, que habitaram e habitam atualmente o espaço – território – paisagem. Daqueles que vivenciam o lugar informa sobre os sonhos, os projetos, as vicissitudes e necessidades atuais. A paisagem, por sua vez, deve ser compreendida dentro de um território e, por isso, abrange as ações dos atores e a produção social de significados. A paisagem rural,

por exemplo, é um dos elementos que há de comum entre as diversas ruralidades, não somente as de vínculos agrícolas, as que dão conta da complexidade e, obviamente, o próprio ambiente. A ruralidade é, por assim dizer, a trama cotidiana de cada território que se manifesta no espaço rural e denota a intensidade das relações sociais e a organização sócio-espacial da terra, bem como, a economia rural a partir da paisagem.

Nessa abordagem sobre o espaço rural a economia rural deve ser compreendida como o dínamo das mudanças do modo de produção e como um entre os diversos elementos do arcabouço do desenvolvimento não desconsiderando a economia do cotidiano, dos contextos. A economia rural ao ser considerada a partir de uma cadeia produtiva capitalista envolve, por suposto, paradigmas tecnológicos-econômicos-científicos. Contudo, essa “nova função” da economia rural não demonstra a totalidade do espaço rural brasileiro principalmente, as formas de organização sócio-espacial da terra. Assim, para Kageyama (2008, p. 27) “a essência da noção de rural é territorial ou espacial, não podendo ser identificada com setor de atividade nem com mercado enquanto *lócus* de transações mercantis específicas”.

Por conseguinte, o município se transforma em uma dimensão importante para a pesquisa empírica uma vez que, permite a análise inter-relacionada das diversas variáveis. Castro (2009) chama a atenção para a importância da pesquisa na escala municipal, pois, através do município é possível analisar as diferenças territoriais e sociais do país; “[...] a disponibilidade e o uso dos espaços públicos nos municípios podem nos revelar muitos traços e características da própria sociedade brasileira e as condições por ela escolhidas no processo de organização do seu território (p. 136).” O território municipal abrangendo o espaço rural, em particular seus atores sociais e seus elementos, é dinâmico ao longo do tempo. Assim, os significados e eventos produzidos são transitórios, efêmeros e duradouros. O que incita a ir além das abstrações sobre os lugares e seus atores sociais e arenas de diálogos.

Milton Santos (2008, p.87) analisa a importância das interações entre atividades agrícolas e não-agrícolas o que ele designa de “cidade local”, pois, tais espaços desempenham um importante papel para os espaços rurais. O autor entende que “a cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades das atividades primárias e passa a servir às necessidades inadiáveis da população [...]” Ora, por que não falar de “cidades pequenas”, expressão mais recorrente? Não se trata de uma dimensão quantitativa, quanto ao tamanho da população, mas de uma dimensão dos processos de

interação das variáveis escalares qualitativas: econômicas, políticas, culturais, sociais e ambientais. Surge com a dimensão da “cidade local” a possibilidade da configuração espacial qualitativa, isto é, a permeabilidade das escalas onde as demandas podem estar no nível regional, nacional ou global. O interessante, entretanto, é considerar que, as atividades não-agrícolas, presentes no adensamento, dependem diretamente das atividades agrícolas. Produz-se, assim, uma interdependência entre o rural e o urbano deixando de lado o dualismo para, então, avaliarmos os contrastes, contradições e as complementaridades. Logo, aflora uma instância de interdependência entre o rural-urbano a partir dos contrastes e das interações dos recursos (sentido amplo).

2.4 Atores sociais e a articulação das variáveis na utilização dos recursos em um contexto do espaço rural

Na realidade municipal os valores individuais diferem da percepção de quão fácil ou oneroso é a exclusão ou limitação dos potenciais utilizadores dos recursos comuns uma vez que são movidos pelas ações do outro indivíduo. Surgem duas variáveis importantes definidas por Ostrom, *et. al.* (1990): 1) a dificuldade de privar as pessoas dos benefícios; 2) os benefícios consumidos, por um indivíduo, que não estão disponíveis para os outros. O que conduz, conseqüentemente, a dois conceitos basilares:

a) Exclusão: dos potenciais utilizadores dos recursos comuns.

b) Subtração (*subtractability*): uso de recursos por um indivíduo em relação às necessidades de outros.

Os recursos comuns, que transitam entre as dimensões públicas e privadas, apresentam a prerrogativa do fluxo. O fluxo pressupõe dinâmica concomitantemente, contenção, inércia, fluidez, instabilidade, incerteza e irreversibilidade do tempo. Por ser dinâmico suplanta as fronteiras gerando uma perspectiva de múltiplas territorialidades em um mesmo território. Portanto, os problemas advindos da utilização dos recursos comuns podem ser analisados pelo ângulo da sustentabilidade, isto é, a capacidade de criação de um recurso e

a capacidade de evitar a sua destruição.

Assim, a conceituação teórica deve ser lastreada pelo contexto. Logo, o conceito de lugar se torna fundamental, nesta análise, mas é necessário ressaltar que, o processo que explica o lugar, somente, faz sentido em conexão com as diversas escalas e suas variáveis. Não é possível explicar o lugar por ele mesmo, mas pelas inter-relações. Para Freire (1992, p.29) a percepção das inter-relações dos fatos de uma realidade está relacionada “a forma de perceber os fatos que não é diferente da maneira de relacioná-los com outros, encontrando-se condicionada pela realidade concreta, cultural, em que se acham os homens.” Na contemporaneidade as áreas rurais, sujeitas aos múltiplos arranjos produtivos e de organização sócio-espacial da terra devem ser consideradas pela interação dos processos locais de produção, consumo e significados sempre contextualizados e abertos aos fluxos ao longo do tempo.

A partir das considerações e pressupondo um conjunto de terrenos, de famílias de agricultores no município de Oliveira em Minas Gerais, cada um compreendendo uma pequena parcela de área disponível para plantio: cada agricultor deve decidir como usar essas áreas (a questão da escala é, também, fundamental nesse contexto). Assim, em parte, cada uma de suas decisões vai refletir suas opções de trabalho mais gerais e os usos que ele faz das informações e conhecimentos (influências internas e externas), em função de um “mercado”, a satisfação do bem-estar familiar e social, das questões ambientais, além das decisões de outros agricultores em relação as suas áreas e das políticas públicas.

Neste sentido, Johnston (1986) afirma que a maneira pela qual os atores sociais (pesquisadores, extensionistas, agências de fomento, instituições públicas, privadas e agricultores) percebem os “problemas” e os “recursos”, dos seus ambientes, desempenha um papel significativo em suas decisões como, também no que se refere ao gerenciamento desses recursos e da tomada de decisão. Portanto as ações dos atores sociais podem, potencialmente, afetar os resultados. As ações podem ser aleatórias ou não e influenciam no resultado final ou intermediário. Para tanto é fundamental um quadro, do conjunto de informações disponíveis, sobre as transformações e as posições dos participantes em cada processo.

Neste sentido, para tentar prever como os atores sociais irão se comportar o analista deve considerar, pelo menos, quatro variáveis:

- 1) Preferências dos atores sociais nas ações e potenciais resultados.

2) A forma como os atores sociais se capacitam no processo suas contingências, conhecimento e utilização das informações.

3) Critérios utilizados pelos atores sociais para decidir sobre um determinado curso da ação.

4) Os processos, variáveis e recursos que conduzem o ator social a uma determinada situação.

Considerando, assim, que os atores sociais apresentam comportamento racional (múltiplas racionalidades), na organização de suas preferências, que as ações produzem complexidade é impossível para qualquer ator social, analista ou organização, deter todas as informações. Para Ostrom *et. al.* (1990) à medida que os problemas se tornam mais complexos é plausível recorrer à teoria da racionalidade limitada em Simon (1957) citado por Johnston (1986).

Partindo, então, do pressuposto que os atores sociais fazem escolhas racionais (múltiplas racionalidades), mas a partir de um contexto é possível levantar quatro pressupostos de como os atores sociais percebem o seu ambiente e os problemas.

1) Os atores sociais são racionais quando tomam decisões. Esta consideração pode ser prescritiva ou descritiva.

2) Os atores sociais fazem escolhas dentro de um contexto, a propósito do ambiente. Estas escolhas podem ser do tipo: aleatória, trivial ou reflexiva. Estas ações podem conduzir a comportamentos e respostas estereotipadas.

3) As escolhas são feitas com base no conhecimento (sentido amplo). Somente, em situações excepcionais pode um tomador de decisões apreender, assimilar e interpretar todas as informações de um ambiente.

4) A informação é avaliada de acordo com critérios preestabelecidos. As escolhas habituais são estabelecidas a partir de referenciais anteriores, mas as refletidas ocorrem a partir da ponderação das informações de um contexto e das variáveis sócio-espaciais e sócio-ambientais.

Estes pressupostos nos conduzem à necessidade da ação comunicativa, em Habermas (1981), e da avaliação institucional do ambiente, pois, requer que o tomador de decisões

disponha de um conjunto de informações e variáveis para agir. Contudo, não é possível a um único tomador de decisão evitar ações subótimas no uso dos bens e recursos comuns.

A composição do espaço cotidiano da ação e dos atores pode ser configurado a partir das seguintes situações ao referendar-se em Ostrom *et al.* (1990):

1) Ação:

- a) Participação nos processos e decisões;
- b) Posições diversas;
- c) Ações à luz das informações;
- d) Inter-relações potenciais;
- e) Custos e benefícios das ações.

2) Atores:

- a) Preferências;
- b) Capacidade de processar informações;
- c) Seleção criteriosa;
- d) Recursos.

Talvez um dos problemas na análise dos recursos (sentido amplo), em um determinado contexto, seja a capacidade de entender a contabilidade do uso de um recurso, isto é, a apropriação eficiente exige soluções para o melhor momento e local (OSTROM, *et al.* 1990). O espaço é, por suposto, um sistema aberto e sensível aos fluxos (circulação, comunicação, informação, comercialização) o que nos conduz ao conceito de externalidade: a interdependência entre os sistemas e subsistemas. As externalidades produzem efeitos complementares e substitutos. Os efeitos complementares podem ser vislumbrados positivamente e os substitutos podem exercer, temporariamente, a função de um efeito complementar gerando a entropia do sistema. Portanto, a externalidade deve ser devidamente contabilizada ou pode gerar uma alocação subótima. Deve ser ressaltado, por conseguinte, que não há uma distribuição homogênea dos recursos e bens comuns. Assim, surge a relação entre a oferta e a demanda, para além de um mercado perfeito, em relação aos bens e recursos comuns o que produz, pelo menos, duas condições que levam a um dilema na utilização desses bens e recursos conforme Ostrom *et al.* (1990):

1) Condição subótima: as estratégias dos apropriadores relacionam-se a configuração física do sistema, tecnologia, regras, condições de mercado e atribuições dos apropriadores.

2) Condições alternativas institucionais:

a) Estratégias – incluem a produção, investimento, governança e custos de transação.

b) Regras – o necessário consenso (em meio às contradições) para as mudanças.

Assim, para a autora, que tipos de variáveis institucionais e físicas podem afetar a probabilidade de sucesso na resolução dos dilemas no uso de bens e recursos comuns? Logo, o que ajuda na resolução de problemas é a combinação de diversos fatores: ambiente, cultura, conjunto de regras, política.

Todavia, a possibilidade de avaliar a realidade (configuração espacial) é momentânea em um contexto sócio-espacial dinâmico e mutável (Figura 3). Por vezes, pode ocorrer uma leitura territorial incompleta. Por isso, uma pesquisa na interface sócio-econômica e ambiental gera subsídios para o planejamento e gestão de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural. Há, todavia, um equívoco gnosiológico (fundamentos do conhecimento) em relação ao espaço rural, quando se vincula a dimensão da tecnologia, com vistas à produção econômica e o contexto de uma comunidade rural de agricultores familiares. O equívoco se configura da seguinte forma:

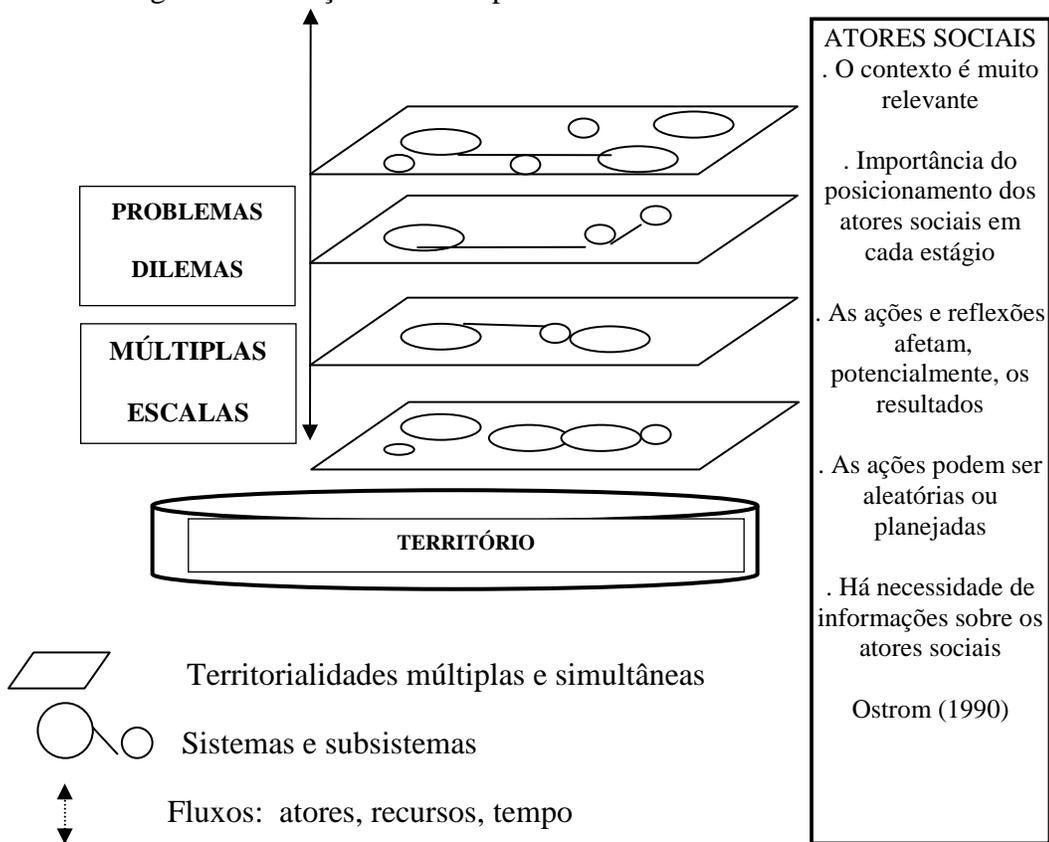
a) Problema de linguagem – pensamento – estrutura do que se propõe as alternativas e viabilidades técnicas e econômicas e de quem é percebido como receptor.

b) Momento histórico havendo ou não transformações da estrutura, dos processos, das formas, conteúdos, funções e reflexões ações. O momento histórico é, concomitantemente, um momento espacial, pois, há inter-relações dos fatores da realidade.

c) Cultura – antagonismos entre a cultura técnico-científica e a cultura cotidiana e contextualizada do espaço rural.

d) Níveis de percepção das inter-relações dos fatos no espaço.

Figura 3: Interações de múltiplas e simultâneas territorialidades



Sem embargo a ação humana sobre o espaço, embora muitas vezes perceptível a olho nu quanto a seus efeitos, é difícil de ser avaliada quanto as suas causas específicas e, sobretudo, quanto à intensidade e frequência de atuação dos processos resultantes, isto é, a quantificação, qualidade dos dados e o monitoramento dos seus efeitos.

Os maiores problemas residem no acompanhamento da influência de cada tipo de uso do solo no desencadeamento de um processo cujos efeitos resultam da soma de várias ações humanas. É o caso também da avaliação do fator tempo, raramente existem registros fidedignos da cronologia relativa à implantação dos diversos tipos de uso e ocupação do solo, bem como, dos impactos ambientais, tecnológicos e inovadores. Assim, é que a quantificação e o monitoramento de todas as variáveis envolvidas no espaço, no desencadeamento e na evolução do uso da terra, se por um lado é desejável e útil por outro, esbarra na falta de recursos dos agentes públicos e privados. Ademais, o dinamismo da ocupação da terra é acompanhada por mudanças igualmente rápidas nas características ambientais de sustentabilidade exigindo

agilidade na solução dos problemas gerados ou da informação de ações bem sucedidas, principalmente, na escala do lugar.

Logo, há um grande número de estados possíveis para um sistema de intenção de atividades agrícolas e não agrícolas – configurações de organização sócio-espacial da terra. Mas a partir da ocorrência, por exemplo, de uma baixa fertilidade do solo, da falta de recursos, migração de familiares, sobreposição de atividades não-agrícolas, dificuldades de acessibilidade às inovações e tecnologias, comercialização e pós-colheita – teoricamente limitações –, que decisões fazem uma família de agricultores traçar estratégias buscando manter ou ampliar a produtividade ou vislumbrar novas alternativas? Qual a possibilidade de ocorrer um viés consideradas as restrições das condições ambientais, materiais e tecnológicas? Tal situação pode sugerir variações de conhecimentos espaciais paralelos a uma homogeneização da realidade ambiental? É possível que os fatores citados acima sejam elementos, efetivamente, limitadores no sistema produtivo dos agricultores familiares de uma região?

Obviamente são questões que se inter-relacionam com contextos, mas podem expor uma realidade de fluxos de conhecimentos e práticas em relação ao ambiente, informações e a capacidade dos atores sociais em tomar decisões e conjugar estratégias. De acordo com Milton Santos (1982) a expressão contexto é geralmente traduzida como significando uma abstração extraída da observação de fatos particulares de cada sistema. Mas, como cada fato particular ou cada elemento particular só tem significado a partir do conjunto, das redes de relações em que estão incluídos e inseridos, esse elemento ou esse fato é que termina sendo abstrato, enquanto o real passa a ser o contexto e suas inter-relações. Mas o contexto só é real na medida em que é atual. Isso quer dizer que as expressões humanidade, comunidade, empresa, Estado, ambiente, infra-estrutura, instituições, urbano, rural somente podem ser entendidos à luz de sua história e do presente, pois, ao longo da história, toda e qualquer variável se acha em evolução constante no espaço.

Para Amorim Filho (1983) a análise geográfica é uma atividade em movimento ao se considerar os múltiplos elementos que formam um determinado contexto, o espaço. Na perspectiva dessa pesquisa admite-se trabalhar na confluência de dois referenciais metodológicos: a análise socioeconômica e a socioambiental gerando, por conseguinte, uma análise sócio-espacial.

Há, portanto, uma equação complexa de variáveis que, suscitam uma análise sobre o agricultor familiar: a família (tanto na sua composição, quanto nos aspectos demográficos), a cultura, a terra (como espaço vital de organização e produção social; além do fator natural e estrutura fundiária), os saberes do lugar, o valor do trabalho, a apropriação, a hereditariedade, o consumo, os fluxos (entre urbano e rural), o sistema econômico, a relação com o mercado, o acesso ao conhecimento (científico, extensão rural), as tecnologias, inovações, o Estado e as políticas públicas e as perspectivas de sustentabilidade. Logo, quando se aplica uma matriz de cálculo sobre: o valor do trabalho na agricultura familiar sobressai à impossibilidade de calculá-lo a partir de referenciais monetários predominantes (CHAYANOV, 1974; HEREDIA, 1979; BOSERUP, 1987 e BOURDIN, 2001). Ocorre um contexto de variáveis que se inter-relacionam a partir dos sistemas aglutinados pelo uso da terra, a composição social e cultural interagindo no espaço e no tempo.

Talvez uma variável desprezada quanto aos processos de classificação de aptidão da terra pela corrente predominante do agronegócio e até de políticas públicas, neste setor, é o fato de que os agricultores familiares podem visar muito mais a sua própria satisfação (bem-estar familiar e social), em seus contextos, que lucros máximos por meio de um comportamento econômico formal (JOHNSTON, 1986). Outra variável importante é a capacidade das pessoas de traçar estratégias e tomar decisões a partir das informações disponíveis e do saber local acumulado, e em rede, na comunidade (ABBOT & GUIJT, 1998; BOURDIN, 2001).

Resende (2007) analisa as práticas de convivência de agricultores com as limitações ambientais (Δ)¹ e alega que pesa contra elas uma engrenagem histórica de certa negligência e “[...] vem a surpresa: pesquisadores, extensionistas e talvez até as agências creditícias estejam despreparadas para enfrentar esse novo desafio (p. 174).” Talvez as limitações, quando inseridas em um contexto sócio-espacial, produzam processos de ações e reflexões que se articulam em rede. Quando se incorpora a noção de escala, no espaço local, ressurgem inter-relações nas comunidades rurais que ficariam suprimidas em escalas menores (variáveis regionais, nacionais e globais). Contudo, é de bom termo lembrar que uma escala não anula a outra, mas são envolvidas de forma que uma contém a outra e ao mesmo tempo produz novos efeitos e demandas.

¹ Δ N – nutrientes, Δ A – água; Δ O – oxigênio; Δ E – erosão; Δ M – mecanização; Δ T – temperatura; Δ L – luminosidade; Δ C – gás carbônico; Δ V – vento.

Desse modo, cada agricultor familiar tem um espaço de ação – o conjunto de vantagens² dos lugares que o ator social percebe e no qual ele age – o seu conteúdo pode desviar-se, consideravelmente, daquele da porção do “mundo real” que ele pretende representar (JOHNSTON, 1986 e TUAN, 1980). Logo, seria factível aventar acerca de um gerenciamento de recursos, tomada de decisões, atitudes e valores ambientais, motivação e difusão de “inovações”? Assim, o determinismo ou causalidade, teoria segundo a qual as condições naturais governam o comportamento da humanidade Drew (1986), de uma baixa fertilidade do solo e mesmo de poucos recursos financeiros e tecnológicos seriam mais variáveis do que constantes? Destarte, no contemporâneo escopo do agronegócio e das políticas agrícolas considera-se a possibilidade de admitir as famílias de agricultores como fundamentais produtores de alimentos, renda e uma alternativa para o desenvolvimento de uma dada localidade?

Por suposto, o sistema agrário de uma região é um “caleidoscópio” de uso da terra – sistemas de interações de vários processos de desenvolvimento, o que inclui desde residências, atividades agrícolas e não-agrícolas, áreas de proteção ambiental e conflitos que surgem na oposição espaço-tempo das ações das políticas públicas e dos interesses econômicos (ALLEN, 2006; ALMEIDA, 2004 e JARA, 1999).

Um enorme desafio sobre as questões ambientais e rurais consiste, portanto, na identificação e satisfação, em base sustentável, das necessidades genuínas de uma dada comunidade respeitando-se a sua diversidade e potencialidade inovadora de mudança. Acrescentam-se, ainda, novos elementos ao paradigma da regionalização em que o contexto do lugar é o ponto de partida para as ações e a integração do espaço pode se estruturar a partir de, pelo menos, três enfoques como analisa Abramovay (2003): 1) o de sistemas produtivos racionalmente universais, mas valorizando a racionalidade do lugar; 2) a promoção de “meios inovadores” que dependem dos atributos locais e por fim; 3) os processos de valorização das relações sociais no âmbito das comunidades.

Mattei (2006) afirma que uma análise da articulação entre o espacial, o socioeconômico e o ambiental revela alguns elementos importantes das novas funções do espaço rural e dos referenciais ambientais. Essa articulação ocorre, por um lado, pela forma e intensidade de uso dos solos (variável espacial) e, por outro pelas práticas sociais, econômicas

² Vantagens: não se trata de maximização dos lucros, mas de avaliações dentro de um contexto sócio-espacial, por exemplo, o bem-estar da família.

e culturais das populações (variável socioeconômica e que também é espacial). É bom salientar, entretanto, que o espaço rural não é mais sinônimo de agrícola, haja vista a multifuncionalidade espacial e a pluriatividade econômica (KAGEYAMA, 1990; GRAZIANO DA SILVA, 1999; VEIGA, 2002).

Logo, o entendimento das razões (lógicas), não somente dos padrões, pelas quais famílias de agricultores conseguem manter uma atividade produtiva e reprodutiva, em um ambiente de teórica “escassez” ou “limitações”, o que pode contribuir para ampliar o conhecimento de uso da terra, práticas agrícolas, ambientais e inovações técnicas a partir do cotidiano das pessoas. Nesta direção, é plausível um estudo na interface dos elementos objetivos do ambiente e a contribuição das estratégias e tomadas de decisões (ação-reflexão) das famílias de agricultores e os seus conhecimentos sobre o ambiente, um lidar com o tempo, a natureza, as técnicas, razão e emoção.

Portanto, o espaço rural é um processo cognoscível do espaço e de interação dos atores sociais pelo tempo a história. Logo, interessa-se, neste trabalho, pelas formas de organização sócio-espacial da terra o que permite ampliar o escopo de análise e distanciar da armadilha dicotômica entre o “moderno” e o “atrasado” ou do rural e urbano, do desenvolvimento endógeno e exógeno e se aproximar da noção de território vivenciado e socialmente construído. A dicotomia denota certo risco de abordagem pois, traz em seu arcabouço a diferenciação e a concepção *a priori* de uma realidade. O princípio chave, das análises, diz respeito a organização social do uso do solo e da terra e a qualidade deste processo além da relação com o exterior (as múltiplas escalas), isto é, a interação entre fatores locais e não locais (BRANDÃO, 2007).

O espaço rural deve ser vislumbrado como uma totalidade, isto é, as relações sociais, o ambiente, a estrutura agrária, os conflitos, as contradições, o modo de produção, as famílias, as políticas públicas, as relações com o espaço urbano e o conhecimento. Este trabalho tem por intento situar a pesquisa no escopo do município, mas sem reforçar a dicotomia rural-urbana. Por conseguinte emergirão, no trabalho, referências ao espaço urbano ao admitir-se um entendimento do município e, concomitantemente, dos processos de complementaridade entre rural e urbano. Todavia, os conceitos, acima, serão mais bem trabalhados no decorrer do texto o que permitirá a compreensão e a inter-relação destes com a realidade a ser pesquisada e com as áreas do conhecimento contempladas Geografia, Ciências Sociais e Ciências Agrárias.

Definidos os conceitos de base que irão fundamentar o modelo de análise no presente trabalho importa doravante aprofundar as relações que se estabelecem entre eles no âmbito do debate sobre a ruralidade. A dificuldade surge quando, se pretende a integração dos atores sociais, suas ações, a estrutura social, política, econômica, cultural e ambiental. Assim, integrar os atores sociais individuais e suas comunidades ao conjunto da totalidade do espaço rural no município de Oliveira.

2.5 Espaço rural e ruralidade

O debate sobre o rural e a ruralidade ressurgiu revigorado, como categoria de análise no caso brasileiro a partir da crise do modelo urbano-industrial, se consubstancia nos anos de 1980 e se acentua com novos contornos e complexidades nos anos de 1990 no decorrer da redemocratização do País. Acentua-se, definitivamente, com a colheita dos controvertidos resultados, principalmente, ambientais, fundiários e sociais do processo da “Revolução Verde” que se inicia, mormente, nos anos de 1950. A “Revolução Verde” induziu à modernização, à industrialização da agricultura, à renda da terra com notória concentração fundiária acentuando, assim, as desigualdades sócio-espaciais entre as regiões brasileiras (DELGADO, 1985).

Confluem fatores internos e externos ao território nacional, que mobilizam o pensar sobre o rural as suas nuances sob a ótica, dos modos de vida, da produção, da multiplicidade e diversidade, da multifuncionalidade, dos fatores socioeconômicos, da reforma agrária e da questão ambiental.

O processo de globalização, paradoxalmente, fez e faz aflorar o interesse por questões sociais, econômicas e ambientais na escala do lugar (local) e expõe a complexidade e as contradições. Neste cenário de complexidades é que se afluíram, por suposto, predições em meio as reminiscências de um passado presente do rural brasileiro e a sua “vocaçãõ” agroexportadora.

Na escala global, o mundo se defronta com diversas questões: ambientais, geopolíticas, demográficas, conexão em rede, crescimento do setor financeiro e conseqüente

ocaso (crises cíclicas), organizações não-governamentais, bem como da violência e da fome. Os acontecimentos passaram a se estruturar em rede a partir de nós de interconexões que repercutem na escala do lugar de forma ativa ou passiva produzindo territórios flexíveis e processos de construção e reconstrução de realidades.

No Brasil antigas questões continuam em debate acirrado como, por exemplo, a reforma agrária, o desenho de um modelo de desenvolvimento sustentável para o espaço rural e a agricultura, a (re)valorização das racionalidades e de modos de vida “tradicionais” e o crescimento da participação do agronegócio (vinculado ao discurso da eficiência) na economia brasileira a sua conseqüente concentração fundiária e ampliação dos impactos ambientais.

Assim, a dicotomia rural-urbana (como modelo de análise da realidade a partir do atrasado e do moderno) se dilacera e, ao mesmo tempo, se fortalece no escopo dos processos econômicos que produziram entraves em um processo complexo e dinâmico. Contudo há um grande esforço, no debate acadêmico, em romper com a oposição rural-urbana o discurso do atrasado e do moderno que, se alimenta da inércia de políticas públicas equivocadas e visões fragmentadas do território.

Por caminhos, condutores ao interior do Brasil, calçados por registros de humanidades, é que Antônio Cândido (1975) desnublou o mundo vívido do caipira e traduziu a ética e estética de um modo de vida a sua história e as suas territorialidades. Estas territorialidades não são totalmente fixas dependem do processo de construção social do espaço (na perspectiva de Milton Santos, 2002), do modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição) em relação ao movimento do conjunto da sociedade e da economia e das especificidades de cada lugar, isto é, o espaço do saber-fazer, portanto, da *práxis* – a atitude política.

Por modos de vida há que se dimensionar as ações e reflexões dos atores sociais sobre o ambiente, seus valores e atitudes. A territorialidade, neste caso, é uma construção do espaço a partir do cotidiano: as “invenções” de lugares. Para tanto, o método de Antônio Cândido (1975) deve ser enaltecido no reconhecimento dos meios de vida em um agrupamento caipira: quais são, como se obtêm, de que maneira se ligam à vida social, como refletiam as formas de organização e as de ajuste ao meio em um bairro rural de parceiros de uma história. Combinam-se orientações do antropólogo e do sociólogo. Uma metodologia e escala de pesquisa situando o grupo estudado, tanto na perspectiva histórica, quanto nos

problemas que caracterizavam a vida rural de São Paulo no período de 1948 a 1954 (a concretude do modelo de industrialização). Estava em curso a grande transformação do espaço rural, com territorialidades em movimento, uma terra em trânsito no arcabouço de um “projeto nacional” voltado para o modelo urbano-industrial de desenvolvimento.

Em busca do velho e do novo espaço caipira Antônio Cândido (1975) incidiu em estudos que o levaram a uma reconstituição validada por documentos de viajantes do século XVIII e início do século XIX, de referências e indícios sobre a vida do homem da roça e longos interrogatórios sobre o “tempo dos antigos”. O autor caracteriza os caipiras como, uma sociedade rústica e demonstra o seu interesse pelos “casos individuais, pelos detalhes significativos”.

Para Antônio Cândido (1975) tornou-se fundamental esclarecer duas expressões:: cultura (e sociedade) rústica; cultura (e sociedade) “caipira”. O termo rústico exprime um tipo social e cultural indicando o que é, no Brasil, o universo das culturas tradicionais do homem do campo as que resultaram do ajustamento do colonizador português ao Novo Mundo, seja por transferência e modificação dos traços da cultura original seja em virtude do contato com o aborígine. O termo caipira é utilizado, por Antônio Cândido (1975) com a vantagem de não ser ambíguo (exprimindo desde sempre um modo-de-ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial). Quanto ao conceito de sociedade estas se caracterizam, antes de tudo, pela natureza das necessidades de seus grupos e os recursos de que dispõem para satisfazê-las. Logo, o equilíbrio dinâmico se estabelece em grande parte pela correlação entre as necessidades e a sua satisfação.

Neste sentido, o tempo incorpora o espaço à história dos grupos e o espaço se incorpora à sociedade pelo trabalho e a técnica. Desta feita, o autor conclui que, enquanto houver humanidade a História da Natureza e a História Humana se condicionarão reciprocamente. Atinge-se, sem embargo, um equilíbrio dinâmico quando, na perspectiva do autor, há uma equação necessária entre o ajuste ao meio e a organização social. Assim, para cada cultura, em determinado momento, há certos mínimos abaixo dos quais não se pode falar em equilíbrio. Portanto, o meio se torna deste modo um projeto humano nos dois sentidos da palavra: projeção dos atores sociais com as suas necessidades e planejamento em função destas. Logo, pelos ajustamentos do grupo ao meio com a fusão entre a herança portuguesa e a do indígena habitante da terra é que se pode analisar este processo de elementos para a

compreensão e definição da economia seminômada.

Quanto à absorção do caipira pelo processo de urbanização, Antônio Cândido (1975) identifica as seguintes situações: a) aceitação total, b) rejeição total ou c) aceitação parcial dos traços introduzidos pela nova situação – sendo a última hipótese mais comum e normal nos que permanecem no campo. Neste contexto, a transição para o universo urbano se faz pelo abandono das práticas tradicionais, concomitantemente, com a falta de renda para a aquisição dos bens disponíveis na cidade. Sobre a condenação do caipira à urbanização com muita lucidez, Antônio Cândido (1975) dimensiona o limiar da incorporação a uma realidade ou o simples conviver, mas deve ser justamente no sentido de urbanizá-lo, o que, note-se bem, é diferente de trazê-lo para a cidade. Assim, a dimensão do espaço urbano extrapola os limites da cidade o que não deve ser entendido como, uma urbanização por extensão ao espaço rural.

O estudo sobre o caipira, ou de comunidades rurais na contemporaneidade, pode ser considerado um vaticínio sobre o desolamento do mundo rural brasileiro frente à investida urbanizadora uma “cruzada” em prol da modernidade? Acredita-se que não. No Brasil foca-se mais no debate agrícola, principalmente do agronegócio, do que no espaço rural como modo de vida e organização social: uma complexa miríade de possibilidades e arranjos dos lugares (que dialogam com as diversas escalas e suas variáveis).

Desde a época das observações e análises de Antônio Cândido (os anos de 1940 e 1950 do século XX) ganhou força a dicotomia urbano-rural na medida em que o processo criou contrapontos, principalmente, de um imaginário e modo de vida. Admite-se que, urbano e rural são interstícios, no caso brasileiro, da promoção do desenvolvimento (vinculado a ideia do progresso) acirrando as disputas e não a confluência para a “resolução” de problemas sociais que afetam ambos os espaços e suas populações. O que nos leva a verificar outras representações de ruralidade: a terra, as pessoas, as escalas e os fluxos.

Em busca de um conceito de rural conflui-se para Monteiro Lobato, Mazzaropi e Guimarães Rosa, para mais adiante, aproximá-los das reflexões de Antônio Cândido e, assim, desvelar um dos enredos da construção do rural. Esses autores, em especial, e o ator me ajudaram a compor o meu imaginário de Brasil, principalmente, de ruralidade.

Monteiro Lobato fazia parte, como tantos outros autores nacionais, do currículo da disciplina de português e era leitura “obrigatória” onde o aluno derramava, por sobre questões de pouco alcance, todas as impressões literárias da obra estudada. Lobato me foi apresentado

como um escritor infantil engajado na questão do petróleo e como o “arquiteto” do Jeca Tatu cujo Biotônico Fontoura midiaticizou a personagem induzindo ao consumo de tal produto.

Por outro lado assistir aos filmes de Mazzaropi, nas matinês de domingo, era uma opção de lazer (em Oliveira, MG) que envolvia não somente a ida ao cinema, mas todo um processo de emancipação de um pré-adolescente nos meados dos anos de 1970 no interior de Minas Gerais.

Todavia, sem ter consciência participava da construção de um País e hoje percebo que Mazzaropi não era, somente, engraçado ou uma caricatura do caipira, mas, o remanescente de um Brasil, certo clamor de uma época. O que chama a atenção na obra de Mazzaropi é o registro de uma mudança, que vinha ocorrendo desde os anos de 1930, na organização do território brasileiro a partir da urbanização e industrialização como discurso de modernização. Apesar de toda crítica que se possa fazer a sua obra: no mínimo um anacronismo com o cinema novo e uma questão etnográfica não discutida acredita-se que Mazzaropi induziu a uma reflexão, aos seus moldes, ao dramatizar a “tristeza do Jeca” que, advinha de um fator social e não genético, cuja indolência seria, até, contagiosa. “Ai que preguiça!” Expressão associada a uma aversão ao trabalho. Mais um lema, como tantos outros, que tentam sintetizar, sintaticamente, uma pretensa realidade brasileira, mas encobre sub-reptícios interesses e um acintoso desconhecimento da cultura do interior do Brasil.

Por outro lado, em *Urupês* (1994) – esta obra apresenta vários contos, quase todos passados em Itaoca, SP –, Lobato descreve um Jeca Tatu que representava a imagem negativa do “homem do campo” – praticamente um parasita da terra, uma espécie de homem agreste, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas de ambigüidades. Cogita-se que o significado de civilização esteja relacionado a ideia de progresso e todo o processo de industrialização e modernização do país. Por suposto, os atores sociais rurais foram situados à margem deste processo e são mantidos na contemporaneidade?

Monteiro Lobato associa o Jeca Tatu a uma vida de atraso e de ócio. No entanto, Lobato não demoraria muito a mudar de posição, pois, percebeu que o problema não era de ordem genética, mas social. Neste contexto, o Jeca Tatu é uma “vítima” do escopo do modelo de desenvolvimento brasileiro como, também o é o “homem popular urbano.” Tanto na perspectiva de Mazzaropi, quanto de Monteiro Lobato o Jeca Tatu transitou por zonas de ambigüidades de um Brasil que mudou o enredo, o cenário e os personagens, a partir da opção

pelo desenvolvimento com vistas à industrialização e a urbanização, mas manteve uma estrutura de exclusão. Entre elas o “caipira” – e mesmo o espaço rural – o homem naturalmente simples, cordato, o que seria irremediavelmente perdido ou superado pela cidade, entendida como o lugar do artificial e do complexo e o “homem popular urbano”: uma visão fatalista da homogeneização cultural promovida pela industrialização.

Assim, pode-se deliberar que, desde o processo de colonização, o Brasil é um país construído de “costas para si mesmo”. Em outras palavras o que se vislumbrava para o País seria e, ainda, é o litoral e as influências de além mar. Euclides da Cunha, Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Caio Prado Júnior, para citar apenas alguns importantes autores, nos dão conta deste interior brasileiro e suas contradições. É fundamental citar, também, Saint Hilaire que mesmo tendo um olhar estrangeiro deixou aflorar um Brasil profundo.

A concepção do Jeca Tatu, seja na visão de Lobato ou de Mazzaropi, é a confrontação entre o universo urbano e o rural onde um não, necessariamente, absorve o outro, mas compõem contextos que se envolvem, mutuamente, construindo o imaginário coletivo do brasileiro. O caipira de Antônio Candido (1975) se contrapõe ao Jeca Tatu de Monteiro Lobato cuja imagem era associada à indolência e a preguiça; um autor crítico em relação ao atraso do Brasil, em especial do interior.

Antônio Cândido adverte que a fuga do trabalho pelo caipira não deve ser considerada “vadiagem, mas desnecessidade” de trabalhar. Este fenômeno, na ótica do autor, tem suas determinantes econômicas e culturais dentre as quais a predominância da agricultura familiar associada à fertilidade das terras de mata. Boserup (1987) corrobora com estas afirmações utilizando-se de argumentos que desafiam os determinismos, pretensamente, estabelecidos por uma equação econômica, mas que subestimam: a engenhosidade, mesmo de “comunidades primitivas”, o subliminar de práticas agrícolas estabelecidas no tempo e no espaço, atitudes e valores com o ambiente e uma noção de tempo-trabalho onde o trabalho é uma forma de vínculo e vivência e não, necessariamente, produtividade cujas atividades seguem os ditames da sazonalidade da natureza. Nas análises, meramente, econômicas predominantes há um descompasso da relação tempo e espaço na lógica entre técnica, trabalho, produção e elementos da natureza quando se avaliam as características de cada lugar.

Contudo, o “sertão está em todo lugar”. O sertão de Guimarães Rosa, em sua obra *Grande Sertão: Veredas* (2001), tencionado pela dialética da sua realidade e a ideia de um Brasil que, de uma forma ou de outra, se urbanizaria ressoa por seus lugares. Uma tensão entre um modo de vida e a imposição de uma lógica, “[...] a cidade acaba com o sertão. Acaba mesmo?”

Riobaldo assistia às mudanças de um sertão onde o novo e o velho produziam contextos envolventes. O grande sertão é composto por veredas que expõem a condição humana e suas vicissitudes cotidianas. Uma tensão de modos de vida em transformação. O universal e o local como produtores de inércia e movimento, de assimilação e reconstrução, de desnublamentos de realidades e revelações. Portanto, o que se vislumbra do sertão de Guimarães Rosa e do espaço rural brasileiro é o que o horizonte é – tudo em tudo. O sertão é grande, mas as veredas são disseminadoras. Recolhem as águas das chapadas e devolvem-nas para o sertão. Das veredas surgem homens e mulheres que constroem um sertão complexo e ambíguo como a própria Diadorim. “O sertão é dentro da gente.” Assim, a literatura e o cinema formam, também, o escopo para entender o rural.

O espaço rural brasileiro, para além da visão setorial agrícola, é um universo em construção-desconstrução, é dinâmico e inerte, ação e reflexão, início e fim, efêmero nas previsões sobre o ocaso do seu tempo e eterno em suas territorialidades em movimento. São efemérides para um ensaio. Assim, que recortes estabelecer deste sertão, destes espaços rurais e suas territorialidades, ruralidades e representações de uma terra em trânsito?

A questão rural no Brasil é marcada por antagonismos e sectarismos: históricos, políticos, ideológicos, literários, acadêmicos, mas, principalmente, por uma visão tutelada do ser e da terra quando se refere ao modo de vida rural. O termo rural carrega em si um dilema semântico que se apresenta por complexas estruturas sintáticas tanto, em termos de linguagens e significados, quanto de conceituações. Faz crer que o ator social do espaço rural, no Brasil, é um estranho para si mesmo quando, confrontado com a realidade histórico-econômica capitalista. Por certo, as pessoas no espaço rural brasileiro pintam o cenário de sua existência, mas não têm por intento concluir a sua obra, pois, são dialeticamente terra e gente. As suas histórias são páginas da própria natureza.

Martins (1981), tece considerações de um mundo rural, compreendendo o agricultor familiar e nos apresenta um personagem dinâmico em suas lutas sejam elas políticas ou não.

Para o autor, o ator social rural brasileiro (em sua diversidade) é um “insubmisso” contra as várias faces da expropriação. Afirma, também, que o agricultor familiar manteve-se à margem da polarização: classe operária e burguesia nacional. Logo, o agricultor familiar é antes de tudo auto-suficiente. Talvez, esta particularidade de seu modo de produção e de vida o tenha alijado da equação dominante baseada em uma “agricultura moderna e produtivista.”

O agricultor familiar se transformou em nó da rede do sistema capitalista baseado nas relações puramente de mercado. Neste sentido, a discussão sai da órbita agrária e perpetua no determinismo econômico. Como objeto de uma controvérsia é uma teoria. Na verdade as teorias predominantes nem sempre conseguem encaixá-lo no quebra-cabeça da realidade político-econômica do país. O agricultor familiar parece um refém da sua peculiaridade e chega a ser quase uma virtualidade: política, social e econômica, mas é real a sua obstinação, em manter um modo de vida e a terra como valor de uso.

Malgrados os problemas fundiários no Brasil e as dicotomias que marcam as análises do universo rural; a relação com a terra vai além da questão econômica; é composta por uma diversidade de significados, valores, atitudes e representações. De fato, o processo urbano-industrial, no qual o país se inseriu desde os anos de 1930, trouxe à tona questões territoriais que, remetem à busca de múltiplos referenciais de análise para, então, compreender o espaço rural.

Para Graziano da Silva (1999), todavia, há um *continuum* entre urbano e rural onde o rural “só pode ser entendido” a partir da influência do espaço urbano. A sua tese assevera sobre o “novo rural” que se justifica pela imbricação das atividades econômicas e afluem por entre os espaços inventando e deixando aflorar novos arranjos produtivos, ocupacionais, de geração de renda, de modo de vida no espaço rural. A sua proposição do *continuum* pode ser instigante sob a ótica econômica, mas não produz novas dimensões de análise quando se incorporam múltiplos ângulos ao debate como a organização social, política e cultural dos espaços rurais no Brasil.

Assim, o enredo das análises parece girar em torno das novas tecnologias e seus impactos sobre as inter-relações espaciais. O *continuum* é factível como modelo de análise, entretanto, justifica-se mais pelos processos urbanizadores do que pelos processos integradores do espaço rural às “novas formas” do modelo pós-fordista. Nesta perspectiva, conclama o autor a um processo de zoneamento dos espaços rurais o que tornaria o uso e

ocupação da terra e do solo mais adequado às atuais demandas do *continuum*. Na contemporaneidade, o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) pode ser entendido como um instrumento de análise espacial de forma a abordar a integração dos processos e das dinâmicas. O que, no entanto, parece controverso é a proposta de se pensar o planejamento do espaço rural, a partir de Planos Diretores centrados nas questões urbanas e não de uma complementaridade espacial. Neste sentido, o ângulo sobre as novas formas do rural parece focar em uma única direção e reafirmar a sobreposição de lógicas tendo como referência o processo de urbanização.

Assim, o que transparece é a sobreposição de uma lógica urbana em detrimento de arranjos e racionalidades locais próprias. Há uma universalização do espaço que, tudo indica, é global. Contudo, não se pode prescindir das racionalidades dos lugares e do potencial transformador das ações e reflexões das pessoas em seus contextos. Há, de fato, uma assimilação-modificação do espaço rural, mas não sem antes um posicionamento dos habitantes dos lugares a partir da capacidade de transformar e agir.

A despeito das discordâncias da análise a partir de uma perspectiva urbana. Os estudos de Graziano da Silva (1999) se tornam fundamentais ao demonstrarem que “[...] já não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário.” O comportamento do emprego rural, dos movimentos da população residente nos espaços rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou da produção agropecuárias. O que é passível de crítica nas análises do “rurbano” de Graziano da Silva é a abordagem que percebe o rural muito mais sob a influência do urbano do que em relação às características do próprio rural sua diversidade, complexidade e multiplicidade de arranjos sociais e de racionalidades.

De fato as análises sobre o espaço rural devem transcender o discurso economicista e abranger o uso do solo e da terra, suas representações, especificidades, modos de vida e significados.

Wanderley (2000), a seu turno, analisa o espaço rural de modo a entender o seu contexto, a sua história e os processos de transformação. Mais que estabelecer conceitos, a autora procura montar a arqueologia de um mosaico paradigmático sobre o espaço rural e as suas ruralidades. São análises que transcendem a setorização econômica e funcional do espaço que produz o não-lugar, isto é, a ausência de vivências do lugar. Com maestria a autora alega,

que das relações sociais “resultam práticas e representações particulares a respeito do espaço, do tempo, do trabalho, da família, etc.” Trata-se, portanto, de representações particulares que denotam a contextualização das ações. São territórios construídos e reconstruídos pelas pessoas em seus cotidianos em escala é uma construção compartilhada do lugar, é ao mesmo tempo ambígua, efêmera e definitiva pelo tempo da ação-reflexão, pelos processos históricos e a condição humana, da razão e a *práxis*.

Para Wanderley (2000) a urbanização do pensamento se transforma em totalidade, o que, se por um lado, impõe uma racionalidade não impede a fluidez dos modos de vidas rurais. O problema da dicotomia rural-urbana é deixar transparecer que há certa drenagem dos recursos do campo pela cidade. Neste possível embate, é claro, a tensão entre lados, aparentemente opostos, reforça a inércia do viés economicista da maximização do lucro. Há, sem dúvida, mais complementaridades entre os espaços urbanos e rurais do que sobreposições a não ser de lógicas calcadas sobre o instrumentalismo e o funcionalismo da história, portanto, do tempo o que poderia cogitar-se em dimensões paralelas.

Neste sentido, se o tempo é a dinâmica da história o espaço é a concretude das ações. Ora, um território não deve ser fragmentado por oposições e lógicas de sub-reptícios interesses econômicos, exclusivamente. Pensar os espaços de forma fragmentada ou pela imposição de lógicas é incorrer no risco da composição de *ghetos* ou especializações insuperáveis que se aprofundam na medida em que afloram os múltiplos arranjos e diversidades de modos de vida e de ambientes.

O “agricultor puro” é uma invenção do sistema capitalista? O espaço rural sempre foi habitado exclusivamente por agricultores? De fato, estas questões são produtos das políticas intersetoriais que, ainda, representam os espaços de forma fragmentária.

Conforme Wanderley (2000), este pensamento setorial produz uma subordinação dos setores rurais em relação aos setores urbanos seja pela perspectiva da renda, do emprego, do acesso aos bens e serviços públicos. Assim, a prisão econômica setorial embasada pelo discurso da modernização, principalmente, da industrialização “[...] longe de modificar este quadro, o reforçou, ao aprofundar a dependência da produção agrícola aos insumos industriais e ao associá-la cada vez mais aos mercados consumidores urbanos” corrobora a autora. No caso brasileiro o processo de modernização não produziu, amiúde, uma ampla melhoria da qualidade de vida da população urbana ou rural.

Quando o debate se refere ao urbano ou rural, admitem-se categorias de análise abordando o modo de vida do espaço? Ou o espaço é determinado pelas ações setoriais, que criam categorias e qualificações? Assim, o que qualifica um espaço? O seu uso, tipo de ocupação, sua dinâmica e fluidez, os elementos fixos ou as representações que as pessoas fazem dos seus lugares? Quais seriam as diferenças entre agricultores e rurais? Parece que esta questão perpassa o debate na contemporaneidade.

Dialogar com as perguntas, sobre o espaço rural brasileiro, é mais que encontrar respostas é, sobretudo, delinear complexidades. A construção do lugar é a composição de redes de relações onde a escala da proximidade social, ambiental e cultural produz a configuração espacial. Portanto, como produzir uma definição do mundo rural? De que rural se deve falar? Para além das tipologias talvez seria mais factível produzir toponímias do espaço habitado onde as atitudes e valores em relação ao ambiente sejam considerados e contextualizados, isto é, a partir dos significados para os seus habitantes.

Assim, pode-se vislumbrar a passagem da racionalidade setorial para a espacial – territorial. Um sistema rural, o território, uma composição: espaço vivido, história e o processo de integração e organização sócio-espacial da terra.

Portanto, o que perpassa o debate não é a necessidade de encontrar as diferenças, mas, antes, deixar aflorar os contextos espaciais. O rural e o urbano são contextos que se envolvem e cuja gramática é delineada mais pela semântica do que pela sintaxe. Isto é, mais pelos significados do que pelas normas.

2.6 O que seria a ruralidade?

O espaço rural desde o processo de acelerada urbanização do território e do discurso é vítima da dilaceração compulsória. É tecido, pelas opções políticas e os objetivos econômicos e de planejamento, o tempo do efêmero. O desaparecimento de modos de vida, de trabalho, de ambiente sob a luz da modernidade e suas teorias clássicas e neoclássicas, liberais ou marxistas. No entanto o que se percebe são efemérides, sendo registradas, no alvorecer da sociedade do conhecimento. O espaço rural se reinventa pelas ações das pessoas em uma

construção histórica contextualizada.

Assim, o universo rural subverte a lógica econômica e política predominante. Então como analisar a ruralidade numa perspectiva da complexidade?

Ferreira (2002) aproxima suas argumentações de uma perspectiva do espaço rural estruturado em uma base territorial – um território vivenciado. Concomitantemente, o rural é um espaço de vida e de trabalho (a referência do solo como elemento natural, agrário, simbólico, imaterial, material e histórico). Há uma proximidade ambiental no vivenciar do espaço rural, uma questão de escala ambiental. Seriam, assim, múltiplas ruralidades construídas e reconstruídas, portanto, não é plausível afirmar acerca de identidades fixas. Em um espaço rural, pode por vezes, coexistirem múltiplas e simultâneas ruralidades.

Para Ferreira (2002) a ruralidade seria um conjunto de representações de papéis neles, é bom frisar, integrando identidades rurais em transformação e admite, ainda, que o espaço rural é um espaço de vida e trabalho, uma rede de relações sociais, uma paisagem ecológica e cultural, representações específicas de pertencimento de desejo ou projetos de vida. Neste sentido, contrapõe-se ao conceito do *continuum* de Graziano da Silva (1999).

Mais que estabelecer tipologias é preciso analisar o espaço rural em seu significado e projeto de vida das pessoas. Ao citar Lamarche (2000) “um rural que se define não pela agricultura mas com a agricultura”, Ferreira estabelece um lastro de análise, mas, também, confirma a possibilidade estabelecida por ela da condensação de “espaço-tempo-cultura.”

Assim, ganha forma-conteúdo o conceito do espaço rural como território vivenciado. Todavia, é fundamental pensar este espaço a partir de uma nova gestão das políticas sobre o rural. Desta feita, a autora lança as seguintes questões fundamentais: “Pode-se pensar, aqui entre nós, em reconstruções de ruralidades? Se elas estão em curso, que processos sociais as caracterizam?” Para Ferreira (2002), há uma experiência urbana contígua no espaço rural, mas o que predomina é uma urbanização administrativa do espaço estabelecendo prioridades e interesses políticos específicos. Logo, fica clara a ideia do espaço rural como um território em construção nestes processos de mudanças tecnológicas, do trabalho e do domínio de uma lógica instrumental econômica formal.

Por conseguinte, tem-se no Brasil uma ruralidade em reconstrução sob um processo complexo, não unidirecional, e que se revitaliza na sua complementaridade intrínseca com o urbano e que ainda carece de análises, estudos locais e regionais acerca de suas singularidades

nos diz Ferreira (2002). O que se verifica, então, é que os elementos definidores do rural foram se modificando ao longo da história (tempo) e repercutem no espaço (construção social).

2.7 Seria a ruralidade o contexto do território vivenciado?

Nestes tempos de modernidade avançada e de novos referenciais em que os fatos se tornam múltiplos simultâneos cortejando com as incertezas, Jean (2002) instila importantes reflexões sobre o espaço rural e a ruralidade. Deve-se sublinhar o paradoxo sobre o espaço rural: o trânsito entre o declínio e o renascimento. Deste rural em transformação ou renascido, se admitirmos esta possibilidade como referencial de análise que, ruralidade tangível ou significativa devemos considerar?

Pressupondo que, a ruralidade se configura a partir de uma (re)composição sócio-espacial do espaço rural, contendo aí o ambiente e as práticas cotidianas, deve-se sublinhar a simplificação do discurso político sobre a ruralidade, o regionalismo, a urbanização. A ruralidade faz parte de uma problemática mais ampla com nuances variadas de componentes sociais, econômicos, culturais e ambientais. Do urbano-rural emerge uma ruralidade plural que, demanda uma transformação e mudança do discurso social e político ou, mesmo, uma mudança do paradigma interpretativo dominante sobre a dinâmica rural. É necessária uma evolução teórico-metodológica para a compreensão das mudanças e transformações do espaço rural. É por conseguinte, uma ruralidade que muda, mas que perdura nas análises de Jean (2002). Logo a ruralidade é um contexto social importante para o entendimento do espaço rural.

O autor alerta que, há um déficit de estudos rurais e mesmo da construção de uma nova tipologia para o espaço rural. Portanto, urge uma atualização do conhecimento sobre o espaço rural. Assim, os hábitos da ruralidade configuram uma realidade mal compreendida. Nas diferenciações do escopo do conceito de ruralidade, há mais elementos significantes que, apenas o exercício da oposição urbana-rural. Logo, argumenta Jean (2002) que o novo rural é mais uma demanda teórica que social.

No discurso social predomina, no caso brasileiro, a dualidade urbana-rural onde a ideia recalitrante sobre o espaço rural o atrela ao limbo do atraso, do anacronismo e da tradição cuja racionalidade urbano-industrial é destacada. No discurso político predomina mais o discurso e menos a política rural e suas proposições visam os referenciais técnico-científicos e a eficiência econômica, ainda, está fixado nas concepções da modernidade que percebem o espaço rural como a manifestação de um só fenômeno e uma só causa. Assim, por uma visão determinista o rural integra-se à sociedade moderna no discurso político que, via de regra, apresenta poucas proposições para o desenvolvimento rural.

O reducionismo economicista dita o mote de um enredo uníssono sobre eficiência, produtividade, tecnologia e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) agrícola. Mesmo se tomarmos esta conotação, como referencial de análise, há um complexo sistema de inter-relações de elementos que contradizem as notórias políticas agrícolas setoriais.

Jean (2002) propõe uma representação da ruralidade a partir de “sistemas rurais” buscando novas teorias, metodologias e estabelece, pelo menos, duas hipóteses sobre a adoção de sistemas rurais para o entendimento do espaço rural:

- 1) pluralidade dos modos de expressão da ruralidade podem ser capturados a partir dos sistemas rurais;
- 2) a visão sistêmica pode superar a dicotomia urbano-rural como referencial de análise.

As proposições analíticas do rural admitem um espaço rural como rede de mutações silenciosas compondo territórios rurais das racionalidades do lugar. Trata-se, portanto, de uma concepção de análise que considera a ocupação e uso do território rural a organização social da terra e admite que a nova identidade rural compõe-se de associações de ambigüidades. Na perspectiva de Milton Santos (1997) seria uma “metamorfose do espaço habitado.”

Logo, o rural não é, simplesmente, uma realidade empiricamente observável. A partir desta afirmativa a complexidade vem à tona ao se considerar a diversidade do espaço rural e defini-lo pelos referenciais de espaço e não de setores, mas principalmente pelo conteúdo das definições.

2.8 Identidade sócio-espacial: a ruralidade como devir

Semelhante a um caleidoscópio as pessoas, em suas coletividades, estão em movimento produzindo inter-relações complexas. Não há como estipular momentos de conexão e desconexão de uma realidade que é construída no cotidiano. São fluxos múltiplos e simultâneos que se concretizam, momentaneamente, no espaço que, por sua vez, se transforma em território em suas territorialidades.

Há que se atentar para a territorialização da identidade, isto é, estabelecer fronteiras para os valores, atitudes, ações e reflexões. A territorialidade é uma construção edificada, às vezes, sobre os pilares do jogo de interesses: políticos, econômicos e nacionais e pode ser uma armadilha dos rótulos impressos pelos determinismos.

Na contemporaneidade os valores sedimentados são contrapostos por novas tendências e ocorre a imposição de outros valores, principalmente, pela perspectiva econômica. Ao analisar as ações das pessoas no espaço, como uma linguagem dialógica, o momento presente aponta para o passado de referência, mas determina uma possibilidade. O momento da sistematização destes códigos não é um vazio de intenções e deliberações. Há uma configuração espacial construída pela linguagem (BAKHTIN, 2000), que é composta por uma ética, mas delineada pela estética da ação-reflexão: uma semiótica do espaço. O que une, então, as pessoas aos significados produzidos em cada lugar?

O termo identidade às vezes pode ser encarado como conceito e às vezes como atitude, outras tantas, como questão ideológica. Trata-se de um termo polissêmico. Mais que uma solução conceitual é o pano de fundo em tempos de desterritorialização quando, o sentimento de pertencimento se faz necessário ou é quase uma obrigação. Em outras palavras parece ser inconcebível, na contemporaneidade, um lugar sem identidade. Contudo, acredita-se que identidade é um processo: uma construção da realidade dos sujeitos históricos em cada lugar. Portanto, quem precisa de identidade?

Hall (2002) alega que, na contemporaneidade, ocorre uma verdadeira explosão do discurso à acerca da identidade o que de certa feita conduz a um debate crítico e a uma unanimidade, quando se refere ao termo como significado de, originalidade, unicidade e integralidade. São construídos conceitos-chave que tentam atrair a produção de um

conhecimento positivo e representativo sobre a identidade. Para o autor a identidade é um conceito uma ideia que não pode ser pensada da forma pretérita, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas ou discutidas.

Neste contexto, o termo identidade surge como cenário do aporte político-econômico e da própria condição da existência de um lugar centrado nos sujeitos autônomos da Modernidade. Entretanto, na atualidade, o que se presencia é um sujeito largado à própria sorte no jogo das prioridades midiáticas ou economicistas que recorrem a um processo de “identificação” com bases territoriais e práticas discursivas construídas e ao mesmo tempo descoladas do território.

O território traz em si o limite? Não há um Estado, uma região sem um território demarcado, regido. Todo território conduz a uma fronteira ou é o contrário? Toda fronteira é negociável? Para Bourdieu (2003) toda fronteira é um ato de jurisdição e produz a diferença cultural. Há, talvez, uma armadilha na identidade, quando se pretende estabelecer elementos de unicidade em um grupo social; todos com os mesmos objetivos. Bourdieu (2003) nos alerta que o mundo social é representação e vontade e existir socialmente é também ser percebido como diverso. Ao considerar-se, então, a identidade como representação ela pode se constituir como elemento de agregação e desagregação, simultaneamente, pois não há como estabelecer, definitivamente, o futuro cultural sem incorrer nos determinismos do pensamento presente. Ao retornar a dicotomia urbano-rural a cisão territorial está definitivamente presente pois, aos olhos de quem conceitua todo espaço deve atender a uma funcionalidade para existir?

Por conseguinte, é fundamental superar a dicotomia urbano-rural e pensar acerca de cotidianos de relações. O rural ou o urbano não devem ser constituídos como espaços fixos, mas redes permeáveis, abertas às relações sociais; conforme Massey citado por Bossé (2006).

As identidades podem estar ligadas ao lugar, mas se configuram pelas inter-relações espaciais, suas continuidades, descontinuidades, complexidades e complementaridades. Conforme Bossé (2006) considerar a abertura, a troca e o imbricar das identidades dos lugares em dinâmicas sócio-espaciais complexas que neles se cruzam, os envolvem e os ultrapassam não significa, no entanto, negar a especificidade ou a particularidade dos lugares.

Milton Santos (2002) nos diz que cada lugar existe pela fluidez das suas relações e tem acesso ao acontecer dos outros lugares. O tempo dos fluxos autoriza o mesmo momento a

partir de múltiplos lugares e todos os lugares a partir de um só deles. Milton Santos (1997) chama a atenção para a enumeração das funções que cabem a cada um dos elementos e demonstra que estes são intercambiáveis uns aos outros. Quanto mais amplos os processos de desenvolvimento histórico aumenta, por conseguinte, a intercambiabilidade devido à complexidade crescente em todos os níveis.

A especificidade do lugar pode ser entendida também como uma valorização específica (ligada ao lugar) de cada variável. Milton Santos (1982) argumenta que, cada lugar (construído pela ação-reflexão) atribui a cada elemento constituinte do espaço um valor particular. Em um mesmo lugar, cada elemento está sempre variando de valor porque, de uma forma ou de outra, cada elemento do espaço – humanidade, rural, urbano, empresas, instituições, ambiente – entra em relação com os demais e essas relações são em grande parte ditadas pelas condições do lugar. Sua evolução ganha, destarte, características próprias, ainda que subordinadas ao movimento do todo, isto é, do conjunto dos lugares. A especificidade do lugar se acentua com a evolução própria das variáveis localizadas o que permite falar de um espaço concreto. Desse modo, se cada elemento do espaço guarda o mesmo nome seu conteúdo e sua significação estão sempre mudando. Assim, a questão não é de levar em conta casualidades, mas contextos.

Logo, é factível pressupor que as identidades rurais são fluídas e se constroem cotidianamente. Querer fixá-las, principalmente, a partir de análises economicistas é render tributos às incongruências de seus objetivos que reduzem a complexidade dos espaços a valores de troca. Não se pode, também, cair na armadilha conceitual da “ideologia idílica”, conforme Abramovay (1992), não admitindo as reconstruções do espaço rural e fixando-o a um fator agrícola de viés, fundamentalmente, economicista por um lado e vocacional por outro.

2.9 Sistemas do lugar: mundo rural ou modelo agrícola?

O sistema do lugar, no espaço rural da agricultura familiar, é uma construção uma razão da prática como, também uma interseção entre a construção mítica e a construção

histórica referenciando-se em Pietrafesa de Godoi (1993). O trabalho é o elemento de amálgama a partir do discurso da genealogia onde a família é a dinâmica do processo e a detentora da memória social. A família faz a gestão das práticas cotidianas combinando-as em um conjunto do tempo – uma historicidade de sentimentos em relação a comunidade, a natureza (aos elementos da terra como um todo), a economia, as políticas, ao mundo.

O território é concebido por questões de valor para além do pragmatismo econômico. Desenvolve-se uma dialética da memória coletiva associando-se o instante do presente ao conjunto do tempo e, também, as ressonâncias de tempos imemoriais. Portanto, é um trabalhar com o tempo e a natureza. A construção do espaço é estabelecida no cotidiano e o trabalho é o fator de humanização. Ao se trabalhar os elementos do espaço natural, através da técnica (razão prática), constrói-se o espaço habitado e, assim, produz-se laços simbólicos, materiais e imateriais.

O território da agricultura familiar é uma criação doméstica, tanto na perspectiva familiar, quanto na alusão a amansar “civilizar”. Logo, os limites do território são definidos pelas áreas trabalhadas. A territorialidade é fruto dos antagonismos e ambigüidades entre a sua endogenia e as influências externas, portanto, a demarcação dos seus domínios é invisível à lógica predominante econômica instrumental, mas concreta de simbolismos e significados materiais e imateriais.

De fato, o espaço rural seja ele da agricultura familiar ou do agronegócio empresarial está, tradicionalmente, vinculado a uma atividade econômica setorial agrícola. Ao pressupor-se que há uma vinculação deste *status quo* com fatores históricos é fundamental, todavia, transpor esta referência conceitual e admitir o princípio da totalidade do espaço rural almejando-se uma complementaridade e, não, um *continuum* (na perspectiva de Graziano da Silva, 1999) de viés economicista.

Para Schneider (2006), é preciso avançar no tratamento do espaço rural e admitir a complexidade do rural construído a partir do uso e ocupação da terra, da organização sócio-espacial da terra, e da heterogênea forma de inserção da agricultura familiar no interior do capitalismo. Na perspectiva do autor, insistir em uma análise do espaço rural a partir de um modelo agrícola é render ode ao agronegócio empresarial e ao economicismo como mote de explicação do espaço e das ruralidades.

Para Neves (1992) é fundamental avançar nas metodologias de análise da agricultura familiar, principalmente, da unidade familiar como foco de estudos. A unidade familiar se torna o *locus* da utopia de resistência ao sistema capitalista. Considerada, nestes termos, as unidades familiares de produção são analisadas e compreendidas a partir da perspectiva da produção imediata e não da produção social, da organização sócio-espacial da terra. Ora, é provável que nestas condições os estudos valorizem mais o viés político-setorial. Persistir em tal utopia pode transformar a agricultura familiar em uma trincheira de resistência ao sistema capitalista. Acredita-se que a visão de mundo das famílias de agricultores é muito mais ampla, heterogênea e complexa.

Entre as atividades econômicas as do setor agropecuário são as que mais dependem dos recursos naturais especialmente, do clima, dos solos, das águas e do relevo. As outras atividades econômicas, praticamente, não possuem mais relação direta com os elementos naturais. Mesmo os recursos minerais e energéticos necessários para uma atividade industrial, ao contrário do que ocorre com a agropecuária, podem ser trazidos de áreas distantes e não dependem das condições naturais do lugar em que essa indústria se localiza. Daí a importância do desenvolvimento de tecnologias e manejos ambientalmente sustentáveis na prática agrícola. A atividade agropecuária pode ser analisada pela perspectiva da segurança alimentar e nutricional, geração de divisas para a economia nacional, dinamização da economia regional, passivos ambientais que perdurarão por gerações haja vista, a perda de solos e a poluição por agrotóxicos entre outros impactos positivos e negativos. Mas a própria atividade agropecuária pode ser inserida em um contexto, isto é, fazer parte de uma realidade estruturada por fluxos diversos pelas nuances das ações, manifestações culturais e organização social da terra. São ruralidades que se organizam em um contexto territorial para além de uma perspectiva setorial.

Tendo em vista as mudanças multifuncionais do espaço rural, analisadas por diversos autores, seria produtivo pensar na perspectiva de um espaço rural híbrido. É, simultaneamente, um referencial agrícola, econômico, cultural, social e ambiental que se aplica a partir de saberes pessoais e coletivos, de habilidades individuais, direitos coletivos e contextos ecológicos.

Para Milton Santos (1982), quando analisamos um dado espaço se cogitamos apenas dos seus elementos da natureza desses elementos ou das possíveis classes desses elementos, não ultrapassamos o domínio da abstração. É somente a inter-relação existente entre os

elementos do espaço que nos permite realmente conhecê-los e defini-los. Logo, fatos isolados são abstrações pois, o que lhes dá concretude é a relação que mantêm entre si.

Assim, os diversos elementos do espaço estão em relação uns com os outros, mas, como já foi observado, não são relações apenas bilaterais, uma a uma, mas relações generalizadas. Por isso se pode dizer que elas formam um verdadeiro sistema, também pelo fato de que essas relações não são entre as coisas em si ou por si próprias, mas entre as suas qualidades e os seus atributos. Seja qual for a forma de ação entre as variáveis ou dentro delas não se pode perder de vista o conjunto, o contexto. Para Milton Santos (1982) as ações entre as diversas variáveis estão subordinadas ao todo e aos seus movimentos. Se uma variável atua sobre outra, sobre um conjunto delas, ou, ainda, conhece uma evolução interna, ocorre pelo menos dois resultados práticos, que são igualmente elementos constitutivos. Logo, quando uma variável muda o seu movimento, isso remete imediatamente ao todo, modificando-o, fazendo-o outro, ainda que, sempre e sempre, ele constitua uma totalidade. De uma totalidade para chegar a outra, que, também, se modificará. É por isso que a partir desse impacto “individual” ou de uma série de impactos “individuais”, o todo termina por agir sobre o conjunto dos elementos formadores, modificando-os.

Portanto, o valor real, isto é, o significado dessa relação é somente dado pelo todo. As relações entre as partes são mediadas pelo todo como, também as relações entre os elementos do espaço. Assim, pode-se dizer que cada variável dispõe de duas modalidades de “valor”: uma que vem das suas características próprias, caracteres técnicos e técnico-funcionais e outro que é dado pelos sistemas, isto é, pelo fato de que cada elemento ou variável pode ser encarado sob o ponto de vista sistêmico. Essas características são, em geral, comandadas pelo modo de produção e em particular pelas condições próprias á atividade correspondente do lugar. Ambas as condições são definidas para cada formação econômico-social, segundo os seus lugares geográficos e os seus momentos históricos.

Neste ponto, Milton Santos (1982) admite a busca de uma definição do espaço como sendo um sistema. O termo engloba a ação-reflexão humana seja no espaço rural ou urbano e, principalmente, pela complementaridade. É a totalidade do espaço. Esse modelo de espaço como sistema requer uma concepção de trabalhar com a complexidade dos elementos espaciais.

Logo, o espaço rural não existe sem o espaço urbano e muito menos o espaço urbano se apresenta, como tal, sem as influências rurais. O autor argumenta que, na verdade se os elementos do espaço são também sistemas (tanto quanto o espaço) eles são também verdadeiras estruturas. Nesse caso, o espaço é um sistema complexo, um sistema de estruturas, submetido, em sua evolução, à evolução das suas próprias estruturas. Milton Santos (2002) utiliza a definição de estrutura de François Perroux qual seja, uma “rede de relações, uma série de proporções entre fluxos e estoques de unidades elementares e de combinações objetivamente significativas dessas unidades.” Defende que a estrutura é uma diferença na capacidade de criar estoques e criar fluxos. Portanto, tais desigualdades no interior da estrutura, sem mesmo obrigatoriamente supor as noções de hierarquia e de dominação criam condições dialéticas como um princípio de mudança. Logo, o espaço está em evolução constante.

O espaço rural como o urbano demonstra as inter-relações de inúmeras contradições, compostas de infinitos sistemas em uma benéfica oposição de fatos e elementos. Todo recorte possível é efêmero e concreto em um determinado momento. São múltiplas e simultâneas escalas da ação-reflexão que coexistem em um dado instante. Não se trata de relativismo, mas de uma perspectiva hologramática da realidade vivenciada.

Assim, quando nos referimos, por exemplo, àquela casa ou àquele edifício, àquele loteamento, àquele bairro, àquela propriedade rural, àquele assentamento são todos dados concretos – concretos por sua existência – mas, na verdade, segundo Milton Santos (1982) todos são abstrações se não buscarmos compreender o seu valor atual em função das condições atuais da sociedade, isto é, as suas inter-relações. Casa, edifício, loteamento, bairro, assentamento estão sempre mudando de valor relativo dentro da área onde se situam, mudança que não é homogênea para todos e cuja explicação se encontra fora de cada um desses objetos e só pode ser encontrada na totalidade de relações que comandam uma área bem mais vasta nas múltiplas escalas da ação-reflexão humana. Assim, também, é com as pessoas, as empresas, as instituições.

Portanto, é mister as pessoas terem uma ação-reflexiva crítica, uma reconstrução crítica sobre o seu espaço imediato – o lugar – caso isto não ocorra a tomada de decisão se sucederá em uma outra escala que pode ser municipal, regional, nacional ou, até mesmo, global. As partes estão integradas ao todo que remete por sua vez às partes. Desta forma, é a

inter-relação dos elementos do espaço que geram os fluxos e as concretudes afastando-se das abstrações. Logo se as pessoas, em seus cotidianos, não participarem ou não forem chamadas à participação sobre as decisões referentes ao seu lugar (as vivências cotidianas) as tomadas de decisão ocorrerão de forma sub-reptícia até mesmo à revelia dos interesses coletivos e públicos.

2.10 Espaços híbridos: as tessituras dos múltiplos contextos entre o rural e o urbano envolvendo o Estado e o planejamento do território

As análises sobre o espaço socialmente produzido transcendem, faz algum tempo, o domínio de uma disciplina em especial, pois, a sua complexidade se acentua quando, se tem por objetivo a inter-relação dos processos. Os significados de urbano, rural, cidade vão além da concretude da realidade uma vez que, na contemporaneidade, suplantam os tradicionais referenciais econômico-setoriais.

Assim, o que se tem são recortes fluidos, situações complexas e contradições históricas. Contudo, o que se pode é considerar o trabalhar com processos múltiplos e simultâneos. Conforme Milton Santos (2002) seriam rugosidades, isto é, formas, funções, processos que ficam do passado que por isso corporificam a história, mas que estão em constantes modificações.

Admite-se o sistema urbano como um sistema aberto de contradições e que a(s) crise(s) advém da própria construção histórica e social do espaço. É, de fato, uma constatação frente às contingências empíricas e o engendrar das teorias. São duas construções semânticas complexas: urbano e sistema. Mas qual crise deve ser imputada quando, se refere ao sistema urbano? A crise que se constata, incluindo aí o espaço rural, é a da lógica capitalista, predominante, frente às necessidades sociais e os processos históricos? É uma crise epistemológica quanto ao objeto a ser pesquisado e entendido e, portanto, da relação entre teoria e problemas reais em relação à *práxis*?

Para Lefebvre (2000) são continuidades/descontinuidades que interagem. A sociedade urbana é ao mesmo tempo fato e tendência, orientação e virtualidade, suplantou a

concepção de cidade e seu processo histórico. Para o autor a cidade foi conquistada pela “não-cidade”, a “anticidade”, a “desmesura”, isto é, o urbano. O decorrer do urbanismo anunciou o alvorecer do pensamento lógico econômico e, sem embargo, o crepúsculo da dialética? Lefebvre (2000), em sua linha dinâmica do tempo, aponta o *momentum* da inflexão (do agrário para o urbano) e a implosão-explosão (concentração urbana, êxodo rural, extensão do tecido urbano, subordinação completa do agrário ao urbano?).

Benévolo (1981), por sua vez, nos instiga a revolver a história em busca da cidade em meio às grandes mudanças no decorrer da industrialização. A cidade; talvez seja correto falar em cidades; é o marco histórico mais perene na dramaturgia humana o catalisador das aspirações e contradições. Para além das distinções, sobre o conceito de urbano ou rural, não se deve admiti-los como significados isolados, mas como significantes dos processos de territorialização e representação do espaço.

Contudo, a noção de transposição de lógicas ou modos de vida, entre rural, urbano e industrialização ou pós-industrialização remete a uma constatação. Não há, no processo de urbanização, mudanças em aquilo de novo que se constrói, mas o abandono das chamadas estruturas tradicionais. Assim, o pensar o espaço urbano transita entre teorias e crises. Mas é possível, em parte, alinhar uma resposta na ênfase em removerem-se as restrições “tradicionais” e pouca ênfase na urbanística. Para Benévolo (1981) o liberalismo no século XIX enfatizou com veemência a racionalidade econômica instrumental. Mas e os posicionamentos da “esquerda”? Por um lado, encontra-se a utopia, por outro, o debate em torno da *práxis*. A questão fundamental, segundo Benévolo (1981), é o distanciamento da “esquerda” que nos conduz a alegação que, este processo reforçou o aspecto técnico funcionalista em torno do pensar o espaço urbano e, por conseguinte, o rural empurrando a temática para o âmbito do conservadorismo europeu e da lógica econômica capitalista.

Entretanto, Lefebvre (2000) pode nos redimir ao confortar-nos com a preexistência da cidade em relação à industrialização. Portanto, a complexidade é a tônica da urbanística quiçá a própria dialética ressurgir ao confrontarmos-nos com a *práxis* do cotidiano na cidade, principalmente, no âmbito da escala do lugar (local).

Singer (1973) aborda uma linha de raciocínio interessante ao valorizar mais o conteúdo do que a forma espacial em si. Para o autor a origem da cidade se mescla, portanto, com a irrupção da sociedade de classes, a qual, no entanto, a precede historicamente.

Espacialmente a cidade permite a coexistência de vários modos de produção. A fábrica, segundo o autor, é um fenômeno urbano, mas a industrialização é resultado do super dimensionamento da economia. Há na produção capitalista do espaço urbano uma estrutura geografizada por uma rede pública e privada de instituições econômicas e financeiras que controlam o mercado urbano. O termo mercado deve ser entendido no sentido *lato*, isto é, a precificação (valor de troca) dos processos, principalmente, do uso e ocupação do solo e da terra e do próprio setor agrícola.

O processo econômico brasileiro, voltado para a acumulação muitas vezes subsidiada pelo Estado, não desencadeou investimentos sócio-espaciais tanto no rural quanto no urbano. Neste sentido, ocorreu a negação do rural, refém da ideia do atraso, a partir da manutenção da estrutura fundiária concentradora e da retórica urbana voltada para a acumulação com base no processo de industrialização. Uma urbanização com acumulação de capital, principalmente, nos setores industriais e financeiros e certo populismo urbano (menosprezo pela produção social do espaço) contemporizando o processo de “implosão-explosão” da cidade.

O Estado, como sujeito da ação, predispõe o espaço à dimensão do planejamento, do controle, da integração e deveria aplacar as contradições de um sistema capitalista que barganha o acesso à utilização do espaço urbano ou rural. O Estado é objeto ao ser maleável à lógica econômica? Lojkin (1981) levanta uma questão contundente sobre a integração social. Quem a promove? O próprio Estado, a comunidade ou as instituições?

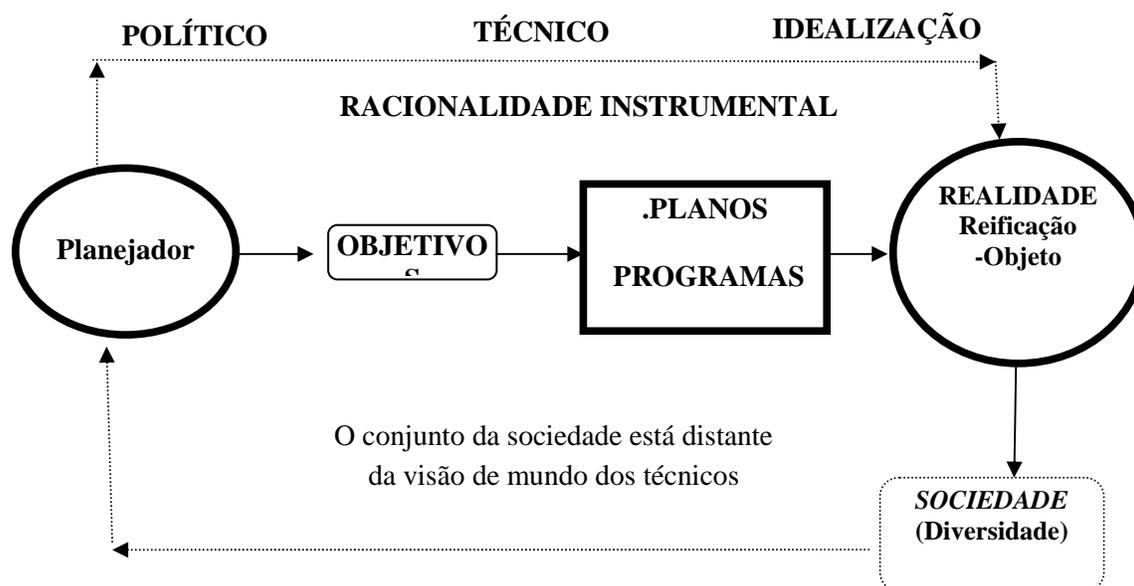
Em termos territoriais o Estado, principalmente, na escala municipal passa a ser refém do “dinamismo” da economia capitalista, especialmente, da renda da terra (do solo) nas áreas periurbanas com o avanço da urbanização. Topalov (1979) chama a atenção que a cidade é um produto da produção e não, somente, de um mercado de consumo. Portanto, um valor de uso complexo onde cada parte articula um sistema espacial. Assim, o Estado, na escala municipal, deveria agir como elemento amálgama na busca por aplacar as contradições. Para Topalov (1979) a contradição que se entende como basilar é a de que cada capital privado busca suas vantagens, mas ao fazer cria obstáculos para a formação dos efeitos úteis da aglomeração o que gera, desta feita, um processo cego da concentração do capital quando o predomínio da lógica econômica é assegurado pela política.

Há no âmbito do espaço municipal uma valorização das coisas às custas da desvalorização das pessoas, portanto, a imposição da acumulação de capital conduz ao

esvaziamento de sentido histórico. Esta constatação abrange tanto o espaço rural, quanto o urbano no caso brasileiro. Assim, à medida que a acumulação se sobrepõe aos interesses da sociedade, entendendo que entre eles se encontra a economia, o Estado, e mesmo as instituições e a própria sociedade, não reconhece a totalidade do município.

O planejamento no Brasil (Figura 4), desde os anos de 1960 (período da ditadura em especial, mas, também, na contemporaneidade), consubstanciou-se a partir de, pelo menos, duas vertentes: 1) visava o projeto do “Brasil potência” e o corolário de investimentos econômicos e 2) apresentava um cunho militar voltado para o conceito de segurança nacional. Assim, ambas as vertentes confluíam em direção ao autoritarismo. Talvez tenha sido um dos períodos de maior produção de processos de planejamento e, igualmente, de vultosas análises descontextualizadas. Há no planejamento territorial, seja urbano ou rural, certo cortejar com a ideia de ordenamento. O que faz lembrar Baudrillard (1991), ao analisar a fábula de Borges, sobre um dado império onde os cartógrafos desenhavam, minuciosamente, o mapa que acabava por encobrir o próprio território. Qual a relação? No Brasil a ordenação territorial antecede o próprio território através de uma miríade de legislações e normas que suplantam o plano, isto é, o planejamento é relegado ao esquecimento em prol das normas (burocracia taylorista e dos tipos ideais weberianos) que, na maioria dos casos, não encontra abrigo na realidade.

Figura 4: Planejamento racional instrumental distante da *práxis* cotidiana



Monte-Mór (2003), analisa o arcabouço político-institucional do planejamento. Evidencia, o autor, o descompasso entre o ambiente institucional e a vida real no território municipal. Fica claro que o autoritarismo do período, antes de ser uma novidade no Brasil, rompeu o diálogo da *práxis* (ação política) entre os diversos atores sociais. O que parece temeroso, entretanto, não é reconhecer as mazelas de um planejamento autoritário mas, conviver com uma pseudo-democracia territorial.

Neste escopo é comum subsumir armadilhas conceituais e de ações com vistas a minimizar as contradições e o reconhecimento de concepções antagônicas. Alega-se que há uma tendência de se trabalhar em uma perspectiva espacializada, isto é, o espaço como continente uma forma sem conteúdo socialmente produzido a partir de simples reflexões das relações sociais de produção. Muito diferente de uma análise sócio-espacial que considera a produção social do espaço e todas as variáveis que, advém deste processo.

Choay (1979), a seu turno, chama a atenção para as duas vertentes predominantes sobre o espaço: 1) culturalista e 2) progressista/racionalista sendo esta a que tem mais repercussão no caso brasileiro. É possível que, no Brasil, a análise sócio-espacial seja substituída pela imposição da ideia de progresso o que, teoricamente, justificaria a prática de planejamento e gestão descontextualizada, portanto, sem a *práxis*.

Assim, o espaço municipal se configurou e se configura como o embate entre o público e o privado de um lado o Estado e a sua burocracia impregnada de agentes que visam os interesses particulares e o setor privado que reforça, via discurso da propriedade, a necessidade de expansão da demanda descolada da totalidade. Logo, são parcelas do solo urbano ou rural que, a partir da demanda, se caracterizam em pseudo-configurações do espaço, pois, não há uma interação com o todo do município.

É preciso chamar a atenção para a importância do papel do Estado e a sua possível omissão quanto à dimensão espacial. De fato a tensão entre público (coletivo) e privado parece ser, momentaneamente, resolvida quando o cidadão vislumbra a propriedade (lote, casa, apartamento, terreno, isto é, a terra) como uma forma de fazer parte da cidadania. Destarte, o acesso ao espaço se faz via propriedade o que, poderia explicar a “omissão” do Estado, por um lado e a “lógica da desordem” a partir dos interesses do capital imobiliário no espaço urbano e da lógica da concentração fundiária no espaço rural. Não há, portanto, uma dialética da *práxis* espacial.

Entretanto, há perspectivas que se vislumbram, na contemporaneidade, uma vez que o “espaço vivido” traz ao território novos problemas e questões. Mesmo que sejam novas-velhas questões retrabalhadas o que, denota certa insatisfação com a falta de um plano, de um plano de ação nas diversas escalas: municipal, estadual e federal.

Mas qual seria o papel do Estado? Há certa informalidade espacial nas cidades brasileiras que demonstra uma racionalidade construtiva tanto de foro popular, quanto de aspectos que tangem a renda da terra e certa neutralidade técnica do planejamento, em relação à produção social do espaço. Qual seria, portanto, a ordem no caso brasileiro? As similaridades do não entendimento da *práxis* do espaço podem trazer em seu escopo uma lógica, isto é, a produção do espaço distanciada da realidade social? Contudo, seriam virtualidades de uma lógica ou a imposição de uma ordem tanto para o espaço urbano, quanto para o espaço rural?

A questão abrange as ações da sociedade, por um lado, os modelos teóricos por outro e a coordenação por parte do Estado entre o público e o privado. Há sem embargo a questão de escala: uma tensão entre a escala microssocial (cotidiana) e a macrossocial (aspectos econômicos e interesses globalizantes e, também, uma perspectiva cotidiana). Em meio a esta complexidade dinâmica surge a figura do “*expert*” que atua como um tomador de decisão (tanto no espaço urbano, quanto rural) distante da realidade, mas amparado por modelos matemáticos. Assim, surge uma questão aterradora, caminhamos da contradição ao funcionalismo?

De tão amplo é o espectro deste holograma sócio-espacial (onde as partes estão inscritas no todo e vice-versa) que incorremos em certa angústia ao constatar que as partes tendem, de forma sub-reptícia, a suplantar o todo, isto é, a própria totalidade espacial. O urbano passa a predominar, como lógica capitalista, sobre o conceito de espaço seja em relação ao rural ou mesmo à cidade. Mas talvez o único elemento que parece sobreviver, mais fortemente, da diferenciação rural-urbana é o menor tamanho dos aglomerados populacionais no rural o que não quer dizer muita coisa a não ser confirmar o óbvio.

2.11 Do plano diretor de oliveira: tentativa de compreender o mito do ordenamento territorial

Os Planos Diretores se multiplicaram pelo vasto território nacional. Pode aventar-se acerca de uma “indústria do ordenamento territorial”. Pela perspectiva da gestão poderia ser uma constatação alvissareira se não fossem os desencontros entre as concepções, elaborações, metodologias, compreensões, implementações dos planos e a realidade.

A despeito do rigor técnico, na confecção do Plano Diretor Municipal de Oliveira (2006), há uma distância abissal da realidade técnico-administrativa em termos de aplicabilidade das prescrições e do próprio entendimento, dos políticos, dos técnicos da prefeitura e da população quanto a sua função.

Assim, o Plano Diretor contempla a participação da população através de instâncias que geram uma “surdez seletiva” para as demandas e as possíveis contemplações destas. O que nos convida a tecer comentários acerca das ambiguidades que cercam o espaço rural. Neste sentido, analisar-se-á, a seguir, as considerações propostas no Plano Diretor a propósito do que vem a ser o espaço rural e da ambiguidade nas referências rurais-urbanas. Trata-se de uma oportunidade ímpar uma vez que o Plano Diretor versa sobre a escala do lugar, isto é, gera a possibilidade de uma contextualização das análises.

No presente trabalho, que não tem por objetivo analisar detalhadamente fontes secundárias, uma análise do Plano Diretor de Oliveira gera a perspectiva de confrontar as teorias, as técnicas e as práticas dos atores sociais e os diálogos dos entrevistados e a constatação empírica.

No que tange ao Projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo (2008)³, fruto do Plano Diretor (p. 3), o espaço rural de Oliveira estaria assim configurado:

§ 4o - As Zonas de Ocupação Especial Urbana/Rural são constituídas por assentamentos humanos que, na data de aprovação desta Lei, apresentavam características de pequenas aglomerações urbanas em conjunto com características de assentamento rural⁴ – Felix dos Santos, Fradiques, Morro das Pedras, Brasilândia, Fundão, Pintos, Bom Retiro, Matinha, Barreiro, Paiol, Córrego Fundo, Quebra Cangalha, Ouro Fino, e outras com as mesmas características.

§ 5o - A Zona Rural é aquela externa ao Perímetro Urbano e aos perímetros das

³Projeto de Lei em tramitação na Câmara Municipal de Oliveira, até o momento não houve votação.

⁴Fazem parte da pesquisa as seguintes comunidades rurais: Calafate (Morro do Ferro), Engenho, Quebra Cangalha, Ouro Fino, Retiro.

Zonas de Ocupação Especial Rural/Urbana.

Art. 4o – Para os efeitos de aplicação dos parâmetros urbanísticos de uso e ocupação do solo definidos nesta Lei e em atendimento às necessidades básicas de estruturação do espaço urbano e do território municipal gerando equilíbrio entre o assentamento humano e o meio ambiente, as zonas urbanas são representadas pela zona urbana da cidade de OLIVEIRA e zona urbana do Distrito de Morro do Ferro, e as zonas de ocupação especial rural/urbana são representadas pelas demais localidades com características de pequenas aglomerações urbanas em conjunto com características de assentamento rural, indicadas no § 4o do Art. 3o desta Lei, e localizadas dentro no território municipal, conforme descrições constantes deste Capítulo.

A tênue definição de Zona Rural, como externa ao Perímetro Urbano, demonstra a concepção funcionalista e fragmentada do espaço municipal e o distanciamento do debate teórico sobre o rural. É prerrogativa do executivo municipal definir, por decreto, a extensão do perímetro urbano. Assim, a anuência do Plano Diretor que, antes da prescrição, deveria ser uma instância de debate técnico, certamente, mas de avanço conceitual se estanca perante as obviedades. Este trabalho, cujo intento preza pelo reconhecimento da ruralidade, uma construção social do espaço rural, convida a um entendimento da totalidade. O rural ao qual se dedica esta tese é um objeto de estudo, todavia, uma construção social ambígua, mas referenciada pelas ações e reflexões dos atores sociais. No caminhar por estas ambiguidades é possível destacar, na perspectiva do Plano Diretor, as seguinte configuração do uso e ocupação do solo: Art. 10 – A Zona Rural subdivide-se em:

- I – Zona Rural de Preservação Permanente – ZRPP;
- II – Zona Rural de Desenvolvimento Sustentável – ZRDS.

§ 1o - A Zona Rural de Preservação Permanente – ZRPP compreende áreas externas aos Perímetros Urbanos e Perímetros de Ocupação Urbana/Rural existentes na data de aprovação desta Lei, consideradas de preservação permanente de acordo com a Lei Federal 4.771 de 15/09/65 - Código Florestal, alterações e regulamento, a Lei Estadual 14.309 de 19/06/02 e regulamento, bem como as áreas ocupadas por matas nativas e cobertura vegetal de interesse para preservação, as áreas marginais a cursos d'água e a lagoas, áreas de proteção de mananciais, áreas descritas e protegidas pela legislação ambiental vigente e demais áreas que, a critério do Poder Público Municipal e do CODEMA⁵, ouvidos ainda o COMDESP e o Conselho do Patrimônio Histórico de Oliveira, quando couber, sejam consideradas de interesse para a preservação tendo em vista o benefício coletivo, a qualidade dos recursos hídricos e a conciliação entre as transformações do sítio natural pela localização de atividades e a manutenção do equilíbrio do ecossistema existente, em um processo de desenvolvimento sustentável.

§ 2o - A Zona Rural de Desenvolvimento Sustentável – ZRDS compreende as áreas rurais não classificadas como ZRPP onde serão permitidas atividades rurais voltadas para a produção agropecuária, para a agricultura orgânica, silvicultura e, ainda, hotéis

⁵Conselho Municipal de Meio Ambiente

fazenda, clubes campestres para lazer, e similares, podendo as glebas serem desmembradas em módulos mínimos de acordo com o disposto na Lei de Parcelamento do Solo e em conformidade com o módulo mínimo do INCRA para o município. Os desmembramentos ali permitidos, de acordo com a Lei de Parcelamento do Solo, bem como as obras necessárias à instalação dos usos ali permitidos estarão sujeitos ao licenciamento ambiental pelo CODEMA, no âmbito de sua competência, ou no âmbito dos órgãos estaduais responsáveis pela preservação dos recursos hídricos e preservação da cobertura vegetal, bem como às deliberações do COMDESP em termos da preservação das áreas potencialmente indicadas para o desenvolvimento de atividades de turismo ecológico, turismo rural, tendo em vista o desenvolvimento econômico sustentável do município.

Art. 14 – Nas subdivisões da Zona Rural os usos permitidos serão:

I - Zona Rural de Preservação Permanente – ZRPP: serão permitidos os usos compatíveis com os objetivos de sua preservação, podendo ali serem instalados Parques e Reservas Ecológicas abertos ou não à visitação pública, à pesquisas científicas e culturais e ao turismo, atendendo para isto a critérios de instalação e operação dos órgãos públicos de controle ambiental;

II - Zona Rural de Desenvolvimento Sustentável – ZRDS – usos relacionados a atividades de agricultura e pecuária, agricultura orgânica, criação de pequenos animais, apicultura, piscicultura, silvicultura, empreendimentos isolados compatíveis com o meio ambiente e com o meio rural como turismo ecológico, turismo rural, recreação e lazer, observando-se os condicionantes relacionados à legislação ambiental.

Parágrafo Único – As atividades decorrentes dos usos permitidos na zona rural estarão sujeitos ao cumprimento da legislação ambiental vigente e ao licenciamento ambiental por parte dos órgãos competentes no âmbito federal, estadual, ou municipal, devendo o município exercer ação fiscalizadora a respeito, informando, quando couber, os órgãos competentes dos demais níveis de governo, para as providências que se fizerem necessárias.

Tendo em vista as descrições acima, sobre o Projeto de Lei a partir do Plano Diretor, fica em aberto uma aproximação com as especificidades e demandas do espaço rural do município de Oliveira. Fica patente a visão parcelar e funcionalista. O rural é dimensionado a partir de uma lógica urbana. Ora, mas qual o problema? A questão que se coloca é a dimensão da sobreposição de lógicas, isto é, o rural é visto em perspectiva pelos referenciais urbanos. Não há, por suposto, uma complementaridade e o território municipal, que é uma contiguidade, fica parcelado. O rural nestes termos é, também, a interface de fronteiras: administrativas (inter-municipal), entre sistemas de ações e de objetos, com os sistemas naturais e de visões de mundo. A fronteira, neste caso, não é um limite, mas a possibilidade da confluência de fluxos. Logo, o que poderia ser uma forma de integrar o espaço não é contemplado como planejamento municipal a partir de um Plano Diretor que tem por intento subsidiar a gestão.

3 MÉTODO DE PESQUISA

É necessário buscar a constituição da dialógica do significado onde a linguagem científica não é, meramente, um instrumento do pensamento lógico, mas, ela própria, trabalha para revelar um mundo – a compreensão de nós mesmos e de nosso mundo (FREIRE, 1987). Assim, as conclusões devem partir das qualidades intrínsecas do objeto de pesquisa e da experiência dos sujeitos.

Na medida em que o processo de pesquisa, que culminou nesta tese, foi desencadeado o que seria um ponto de vista, para a compreensão da realidade, se multiplicou em novos ângulos – aberturas de raciocínios, interpelações e interpretações da realidade. De fato, a realidade interpretada e estudada nos conduz, recorrentemente, a novas questões. O que poderia parecer óbvio. Destarte, o que transforma as “obviedades cotidianas” em conhecimento é o método, isto é, a busca pela cientificidade dos fatos. O processo de pesquisar é um dever, mas é, principalmente, uma reflexão crítica e reconstrutiva sobre a realidade, a capacidade de articular o pensamento e desvelar a realidade em sua complexidade.

Tendo em vista o caráter interdisciplinar deste trabalho, por isso mesmo, um desafio frente a escolha do método, mas vislumbrando um debate das contradições do espaço rural de Oliveira optou-se pelo método dialético. Vale esclarecer a opção uma vez que a filigrana do trabalho é urdida pela perspectiva do espaço-tempo e da ação-reflexão dos atores sociais em relação ao rural. Portanto, para Lakatos (1991), no processo dialético, os fatos não são analisados na qualidade de objetos fixos, mas em fluxo, isto é, em movimento. Não sendo possível tecer análises acabadas e prontas, pois, a realidade encontra-se sempre em vias de se transformar, desenvolver onde “o fim de um processo é sempre o começo de outro (p. 101).”

Logo, todo movimento, fluxo, transformação ou desenvolvimento opera-se por meio das contradições. Neste sentido, a visão dialética implica na admissão de opostos. Qualquer fenômeno implica e gera o seu oposto. É um princípio universal de complementaridade e não uma dicotomia. O universo da dialética desde os símbolos cosmológicos ao materialismo histórico remete à totalidade, pois, forma um todo dotado de sentido pelos subsistemas que se opõem, mas se complementam. Por conseguinte, considera-se o espaço rural, neste trabalho, em sua totalidade e aberto para as múltiplas inter-relações entre os processos nos diversos

níveis de escalas espaciais.

Não poderia ser de outra forma, pois, a dialética não ocorre num sistema fechado em si mesmo, e por isso harmonioso, admite-se as inevitáveis tensões dos processos. Contrapõe-se, contudo, à linearidade cartesiana do pensamento predominante como método de hierarquização da organização do espaço. Uma imagem dialética convida a abraçar a contradição e o fluxo como aspectos que definem a realidade, portanto, o tempo-espaço. A contradição é, por princípio, inovadora. A contradição é a luta entre “o velho” e “o novo” entre o pensamento que “nasce” e o que “morre.”

A partir destas considerações as técnicas de pesquisa empregadas contemplam os objetivos da pesquisa. Admitiu-se, portanto, a observação como técnica de coleta de dados para se atingir as informações. Optou-se por uma observação não-participante (assistemática) efetuada de forma individual a partir do trabalho de campo. Este processo foi importante para a estruturação da investigação científica, na pesquisa de campo, através de um roteiro de entrevista não-estruturada que permitiu, ao pesquisador a liberdade de desenvolver cada situação, em mais de uma direção, conforme o andamento das entrevistas (LAKATOS, 1991). O roteiro de entrevistas seguiu algumas diretrizes que deram suporte ao processo, mas que permitiram a adaptação às demandas que foram se descortinando. Conforme Bardin (2009), as entrevistas são ricas em sua singularidade individual, mas apresentam uma seara tortuosa de digressões que devem ser trabalhadas articuladamente.

Para compor o escopo de entrevistados o contato inicial se deu com a Assistente Social e funcionária pública Tânia Moterani da Secretaria Municipal de Assistência Social que, de bom grado, intermediou o acesso a documentos além de auxiliar no estabelecimento de um protocolo de instituições municipais voltadas para o debate do espaço rural.

Outra técnica utilizada, e que rendeu bons frutos, foi a pesquisa documental. Os documentos acessados versavam sobre o levantamento desenvolvido, em várias comunidades rurais do município, pela Secretaria Municipal de Assistência Social no ano de 2009. Outra fonte documental importante foi o Plano Diretor Municipal (2006) que, se encontra em processo de votação na Câmara Municipal e possibilitou o acesso a um processo de mapeamento recente do município permitindo, também, a confrontação das demandas das comunidades a partir de audiências públicas. Foram levantados dados e informações através dos Censos Demográficos (1970, 2000 e 2010) e Censos Agropecuários (1996 e 2006) do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Optou-se, também, pelo método de sistematização e análise de conteúdo das informações primárias (diálogos, observações) e secundárias (Censos e Plano Diretor). A análise de conteúdo é um método que compreende um conjunto de instrumentos metodológicos. Portanto, o esforço de interpretação caminhou pela interface da objetividade e subjetividade quanto aos elementos complexos que transpassam o diálogo e o espaço-tempo do rural de Oliveira. Objetivou-se o rigor nas análises a partir da síntese dos fatos e das variáveis. O diálogo, conforme Bardin (2009), abrange desde as entrevistas, conversas, a comunicação não verbal e comportamentos diversos.

Assim, como classificar as informações de pesquisa? O critério objetivo foi pautado pela análise dos diálogos dos entrevistados independentemente de categorias. Logo, procurou-se uma articulação dos diálogos dos diferentes atores sociais. Não foram descritos, todavia, os pormenores dos diálogos de cada entrevistado. Desta forma, a “fala” do entrevistado foi analisada como um todo, isto é, enfatizou-se a sua colaboração em uma análise de conjunto das informações. É bom frisar que cada entrevistado colaborou na formação de uma rede de entrevistas tendo como lastro, para o pesquisador, o problema de pesquisa. As análises dos diálogos se referenciaram no todo, isto é, o espaço rural de Oliveiras (Figura 5). As análises ocorreram tendo em vista três referenciais:

1. Pré-análise;
2. Exploração do material de pesquisa;
3. O tratamento dos resultados: a inferências, a interpretação e a articulação.

O processo, da pesquisa, como um todo, contemplou às seguintes fases:

3.1 Fase I – Levantamento preliminar e pesquisa de campo

O levantamento de dados e informações existentes, por elemento a ser estudado, caracterizou-se por consultas a documentos, instituições e a agricultores familiares em suas propriedades e na Feira, que ocorre semanalmente, às quartas e aos sábados na Praça Dona Manoelita Chagas expandindo o escopo de informações sobre as comunidades rurais.

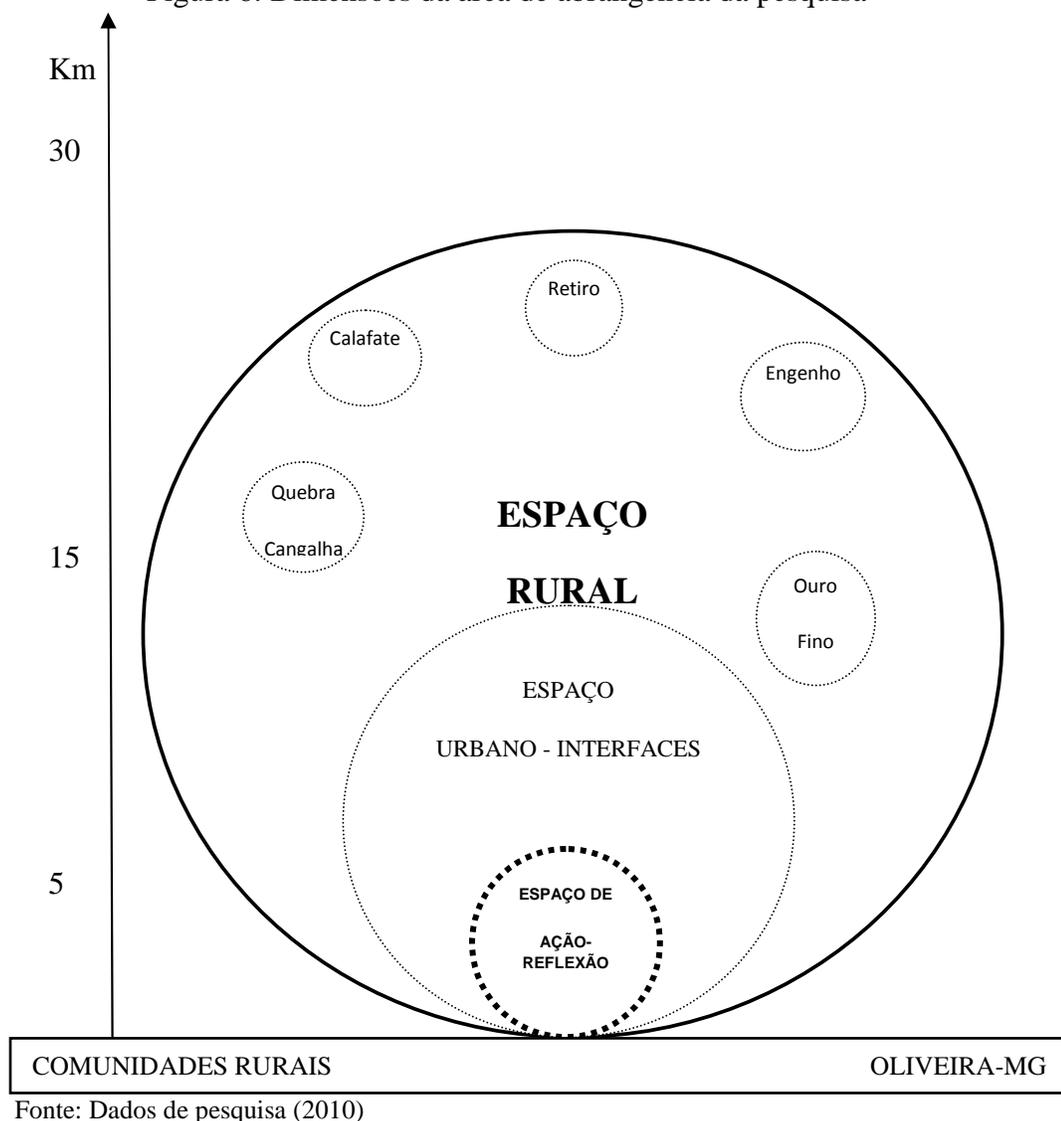
Tendo em vista os objetivos da pesquisa, a diversidade de ambientes (aspectos geomorfológicos, de solo, vegetação e hidrográficos) além de localizações mais representativas, elegeram-se as seguintes comunidades de agricultores familiares no município de Oliveira: Quebra Cangalha, Morro do Ferro (Calafate), Engenho, Retiro e Ouro Fino (Figuras 5 e 6). Deve ressaltar-se a importância do estudo preliminar das informações advindas da Secretaria Municipal de Assistência Social que estabeleceu, no ano de 2009, uma rodada de conferências em diversas comunidades rurais, ao vislumbrar uma perspectiva de planejamento de políticas públicas no espaço rural.

Figura 5: Município de Oliveira - Comunidades Rurais



Fonte: Plano Diretor Municipal (2007, p. 86)

Figura 6: Dimensões da área de abrangência da pesquisa



Fonte: Dados de pesquisa (2010)

Para uma aproximação com a realidade das comunidades rurais foram pesquisadas instituições públicas e privadas: Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Câmara Municipal de Oliveira, Cooperativa Agropecuária de Oliveira (CAPOL), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oliveira. O processo se encadeou (Figura 7) ao longo do ano de 2010 em períodos alternados. Iniciou-se, portanto, a pesquisa a partir de um olhar pelas instituições sediadas no espaço urbano o que permitiu um entendimento da inter-relação dos espaços.

Figura 7: Articulação dos atores e instituições para o entendimento do universo de pesquisa



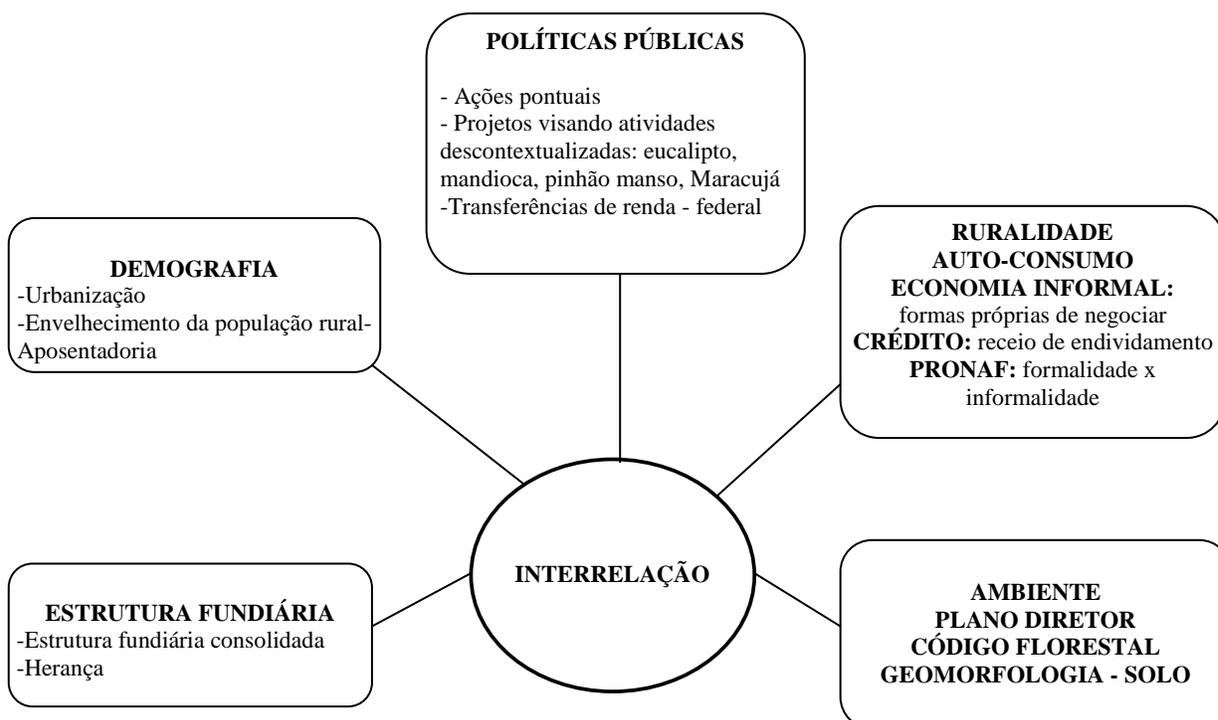
3.2 Fase II – Estudos complementares dos elementos ambientais a partir do plano diretor municipal

O escopo de análise consistiu na operacionalização dos estudos complementares identificados na fase anterior contextualizando-os na dimensão territorial a partir das considerações do Plano Diretor Municipal. Como produto central, nesta consolidação, foram geradas informações espaciais, por elemento analisado, fornecendo um quadro da situação ambiental, social, econômica e cultural, além de consulta a produtos cartográficos.

3.3 Fase III – Integração dos estudos

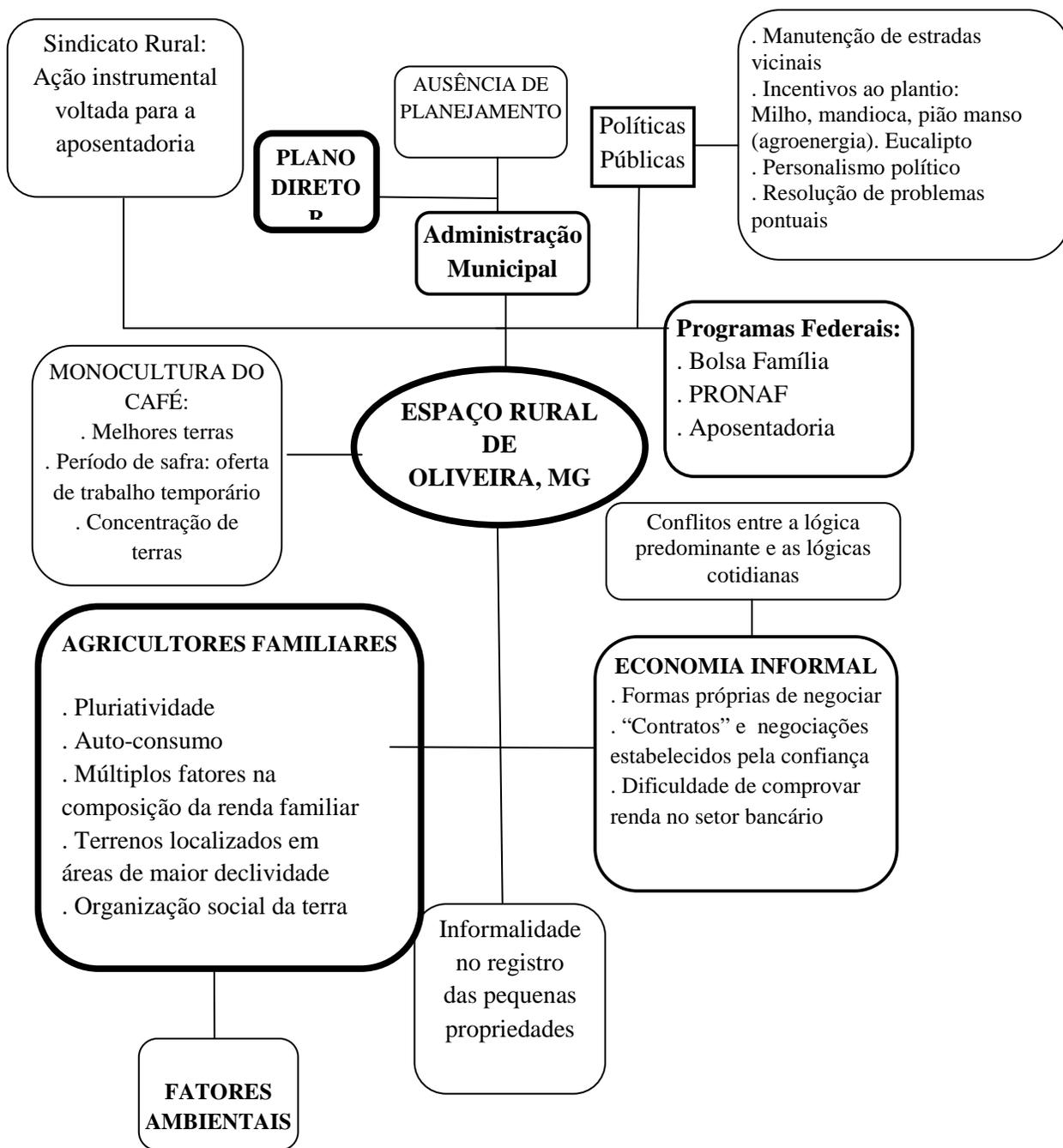
Consistiu na consolidação e na integração final dos elementos socio-ambientais analisados, permitindo tecer considerações acerca da situação socio-espacial das comunidades rurais estudadas.

Figura 8: Primeira organização dos dados de pesquisa, 2009



Assim, a complexa inter-relação dos fatos da realidade pesquisada no espaço rural de Oliveira, MG, pode ser representada pela seguinte Figura 9:

Figura 9: Articulação dos elementos pesquisados (2010)



4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Estudar o espaço rural de Oliveira foi um reencontro com reminiscências de um passado-presente. Seria o apanágio frente a uma realidade em construção-desconstrução? A realidade do rural de Oliveira consubstanciou-se (desde a confecção do projeto de pesquisa) em uma concretude enigmática. Ao transitar na contemporaneidade entre o rural e o urbano, após um longo período singrando outras searas, este município caracterizou-se para o pesquisador como o limiar de um devir. O seguinte questionamento me acompanhava (antes e durante a pesquisa): que humanidades do rural encontraria pelos vales, colinas e serras que permaneceram (será?) enquanto eu mudava pelos caminhos cindidos pela vida, principalmente, acadêmica? Assim, a pesquisa se enredou. O construir e o desconstruir como dialética de uma realidade mutante e migrante.

O espaço rural, em especial o de Oliveira, traz à tona profundas questões alicerçadas em instituições que, parcialmente, se dão conta da realidade concreta, fluida e complexa, simultaneamente. Assim, na primeira fase da pesquisa, para a tese, realizou-se um aproximar do espaço rural a partir do entendimento e, ao mesmo tempo, do alinhavar das variáveis de um “olhar de fora”.

Este olhar por ângulos preestabelecidos (projeto de pesquisa) facilitou, por um lado, na medida em que foi possível focar e gerar, como não poderia ser diferente, novos ângulos e, assim, interagir com o problema de pesquisa. Para desvelar, então, a realidade do espaço rural de Oliveira optou-se, na primeira fase, por uma pesquisa exploratória a partir das instituições públicas e privadas, envolvidas com a dinâmica rural do município, e que, por isso mesmo, pudessem ajudar a montar parte do complexo caleidoscópio qual seja, a organização sócio-espacial do uso da terra no rural em Oliveira, MG.

Foi preciso, todavia, superar os determinismos, recorrentes no lugar, sobre o tempo fugidio de um rural que se desvanece pelas demandas da contemporaneidade. Contudo, assevera-se que o tempo é uma construção lastreada pelo espaço e, assim, pelos fazeres das pessoas em seus cotidianos uma construção-desconstrução dialética da *práxis* (atitude política).

Todavia, cada entrevistado tem seu modelo e ideal de rural, mas descortinaram, a seu modo, o rural de Oliveira e suscitaram diálogos que são ao mesmo tempo: antagônicos, românticos e paradoxais, quanto as ações, reflexões e posicionamentos dos atores sociais sempre com um pensamento, predominante, da viabilidade econômica.

O modelo, no Brasil, do agronegócio rentável perpassa o discurso acirrando a dicotomia do “atrasado” e do “moderno”. Assim, essa ideologia se expandiu e se mantém, sobretudo, alicerçada pela busca da eficiência econômica. Logo, o seu efeito é recalcitrante ao anunciar o declínio do rural em termos: demográficos, econômicos (a partir da reprodução familiar), culturais, sociais (a organização social da terra) e de viabilidade (as mais diversas). Este discurso se transformou em obviedades das análises parcelares do espaço e está muito presente no discurso de alguns entrevistados (as).

Por conseguinte, há uma instrumentalização do espaço da *práxis* (a dimensão política da realidade). Nesta direção, a lógica da racionalidade capitalista predominante marcou sua implementação, numa notória reificação do lugar em prol das razões do “desenvolvimento”, mas, talvez, o mais correto ainda seja o termo “progresso”. Por suposto, um amálgama do ideário do desenvolvimento brasileiro que, na contemporaneidade, perpassa pronunciadamente o discurso dos atores sociais envolvidos, com a gestão de instituições públicas e privadas, entrevistados ao longo do ano de 2010.

Entretanto, é fundamental distinguir as instituições quanto aos ângulos de perspectivas para interpretar e explicar a realidade do rural. Assim, pode-se dizer que as categorias capitalistas (produção, divisão do trabalho, produtividade) se sobrepõem a uma perspectiva socio-espacial do rural. É um gerenciamento da história onde o modelo capitalista dita uma gestão do tempo em prol do lucro e conduz para uma reificação do espaço rural. Por conseguinte, vivenciar o lugar se transformou no viver do lugar na perspectiva do trabalho com razões de “desenvolvimento” na lógica capitalista. Neste sentido, o rural é visto como uma base material para o processo econômico. Fica ao largo a ruralidade do espaço, isto é, a conotação de um território vivenciado. Esta ruralidade, todavia, é uma construção que se manifesta na articulação dos elementos sociais, ambientais, culturais, históricos, políticos e econômicos. Buscar a ruralidade do município de Oliveira, MG foi a montagem de um holograma das inter-relações espaciais. A complexidade do rural está inserida na dimensão da totalidade, mas as partes tendem a se sobrepôr insuflando perspectivas parcelares desta

realidade e dos processos estabelecidos no cotidiano.

Portanto, nas seções seguintes serão apresentados o perfil dos entrevistados (as) para que se construa um quadro geral dos diálogos analisados. Logo, em seguida cada entrevistado (a) terá seu diálogo analisado e problematizado a partir das premissas e objetivos da pesquisa. Serão apresentados e discutidos os dados secundários de censos demográficos e agropecuários, bem como, do Plano Diretor Municipal. Vislumbra-se que a análise dos dados traga à tona a problematização do espaço rural de Oliveira, muito longe de esgotar a temática, mas que conduza à dialética da *práxis* com a teoria nas múltiplas escalas.

4.1 Análises dos diálogos de entrevistas

Quadro 2: Perfil dos entrevistados, funções e experiências de vida

Sujeito	Sexo	Idade	Atividade e ou Cargo	Instituição	Experiência	Experiência em Política Públicas
PM. 1	M	50	Prefeito Municipal (PM)	Prefeitura Municipal de Oliveira	Segundo mandato	Administração pública – segundo mandato
SM. 2	M	45	Secretário Municipal (SM)	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Produtor rural	Inicial
FS. 3	F	30	Funcionária do Sindicato (FS)	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oliveira	Legislação e análise de processos de aposentadoria	Participação em cursos e encontros de órgãos e instituições públicas
CS. 4	M	42	Chefe Agência da Previdência Social (CS)	Previdência Social	Gestor administrativo	Setor público
PC. 5	M	35	Presidente da Câmara (PC)	Câmara Municipal	Vereador	Inicial
DC. 6	M	55	Diretor Cooperativa (DC)	Cooperativa Agropecuária de Oliveira	Produtor rural e gestor	Um mandato de vereador

Continua....

....continuação

AF. 7	F	35	Agricultora Familiar (AF)	Autônoma	Agroindústria	
AF. 8	M	30	Agricultor Familiar (AF)	Autônomo	Olericultura	Ações junto à Prefeitura
AF. 9	M	40	Agricultor Familiar (AF)	Autônomo	Olericultura	
AF. 10	F	50	Agricultora Familiar (AF)	Autônoma	Agroindústria	
HJ. 11	M	55	Historiador	Autônomo	Articulista	Políticas culturais
AP. 12	M	60	Advogado de Autarquia Pública (AP)	Ruralminas	Direito Fundiário	Projetos de ordenamento territorial
AS. 13	F	50	Assistente Social (AS)	Secretaria Municipal de Assistência Social	Elaboração e acompanhamento de projetos sociais	Projetos e assistência social
AF. 14	M	40	Agricultora Familiar (AF)	Autônoma	Olericultura Pequena agroindústria	
AF. 15	M	35	Agricultor Familiar (AF)	Autônomo	Agricultura diversificada. Pequena agroindústria	Implantação de cooperativa de trabalho

4.1.1 PM. 1

O limiar da imersão de pesquisa se deu pelas instituições públicas localizadas no espaço urbano. Tal atitude reflete, em parte, o que ocorre em termos de vinculação da administração municipal às premissas da lógica urbana. Mas o que seria a lógica urbana? Na verdade, trata-se de uma representação do pensar o espaço que tem conotações de certo modelo urbano-industrial instituído no Brasil, mormente, nos anos de 1950. Este trabalho, entretanto, busca desconstruir com esta representação, isto é, trazer o debate para o espaço – o território vivenciado. Sendo assim, a palavra da administração pública se tornou fundamental para vislumbrar a necessidade do entendimento espacial da realidade municipal.

Todavia o que chama a atenção não são as escolhas políticas ou as visões de mundo as quais qualificam as ações dos designados “homens públicos”, mas a desconexão com o espaço: o palco da *práxis* (atitude política). Assim, os projetos políticos não se

consubstanciam em projeto de Estado. O que se entende, pela dimensão espacial, é a integração dos elementos da realidade e a construção social do espaço. Logo, há uma distinção, nada alvissareira, entre as ações, as reflexões e as palavras. De fato, o espaço urbano do município passa por transformações estéticas e funcionais com a requalificação de determinadas áreas e, desafortunadamente, com a conexão à ideia de “progresso” tendo na atividade econômica industrial, por exemplo, a possibilidade do desenvolvimento. Não é intenção deste trabalho repercutir as ações, equivocadas ou não, da Prefeitura Municipal de Oliveira, mas outrossim debater o estreitamento da visão do espaço como totalidade. O que se constata são as reminiscências de uma visão do mundo rural, ainda, colada à paisagem agrícola, o que pode parecer óbvio, mas há um falso problema subliminar.

Para o prefeito municipal cuja rápida entrevista, em seu gabinete, foi reveladora dos lastros que ancoram o pensamento acerca do rural. Ressoa, ainda, as ações que visam à prospecção de vocações: o plantio da mandioca para a fabricação de farinha, pinhão manso e a produção de biocombustíveis, o milho para atender às demandas tradicionais. São fragmentos de um espaço mais amplo do viver e vivenciar o rural. São paisagens que ainda perduram no âmbito da política municipal onde o que há de comum nas ruralidade é o predomínio da natureza. Por outro lado, há algumas ações como a viabilização da Feira de Produtores às quartas e sábados. O que congrega vários agricultores, principalmente olericultores, além de produtos advindos de pequena agroindústria como, biscoitos, bolos, queijos e doces.

Nestes termos, a Prefeitura Municipal não apresenta um projeto que considera o território municipal em sua totalidade o que denota uma visão parcelar, fragmentada. O administrador público, a despeito da sua experiência (segundo mandato), parece não vislumbrar a complementaridade entre os espaços urbano e rural a partir de políticas públicas contextualizadas, a não ser pelos programas sobrepostos do governo federal. O que nos convida a analisar o Plano Diretor Municipal, de Oliveira, uma obrigação para municipalidades com vinte mil habitantes ou mais desde o Estatuto das Cidades, aprovado em 2001, cujas bases se encontram na Constituição de 1988 que valoriza em seu texto a descentralização via municipalização de vários serviços e bens públicos. O que tudo indica a municipalização, que deveria ampliar o debate sobre a realidade administrativa, gerou a dependência com os programas e benevolências do governo federal. De fato, a Prefeitura Municipal carece de uma política de Estado para o território municipal, principalmente, no que

tange o espaço rural. Assim, a entrevista deixou a conotação de quão equivocadas podem ser as estratégias em prol do desenvolvimento. O rural não é contemplado no projeto a partir da concepção de cidade, que equivocadamente, congrega o município. Como se verá, mais adiante, parte das demandas dos agricultores entrevistados diz respeito a fatores de infraestrutura associados, à segurança, ao saneamento e ao acesso.

4.1.2. SM. 2

O Secretário Municipal de Agricultura contribuiu para o entendimento da ruralidade institucionalizada na administração pública. Não há, efetivamente, projetos que integrem as políticas públicas ou que proponham uma pauta de análise e debate das demandas do espaço rural. Ocorrem ações parcelares e pontuais para a resolução de problemas como por exemplo: condições de rodagem das estradas vicinais, horas de trator e outras demandas mais imediatas. O que conduz às políticas públicas sem continuidade.

O entrevistado assevera sobre o esvaziamento do espaço rural de Oliveira argumentado sobre a inviabilidade econômica de algumas atividades agrícolas. Não vislumbra, entretanto, políticas que pensem o espaço rural de forma mais ampla como as ocupações não-agrícolas. Carece tal secretaria de um planejamento estratégico e de objetivos definidos. Apesar das complexidades municipais o secretário anota as demandas em “pequenos pedaços de papel” e trata os cidadãos de forma personalista. O que poderia ser uma vantagem, mas é o indício da incipiente democracia representativa que, ainda, se estabelece no âmago da administração pública municipal brasileira.

Logo ficou claro, nesta entrevista, que a administração pública municipal é um arranjo de “compadrios” e que está distante da realidade complexa. Assim, a hipótese de que a escala do lugar seria uma instância de debate e de interações mais profícuas, tudo indica, não se consubstanciou em achado de pesquisa. Assim, o problema da falta de projeto ou programa de administração pública parece expor que, a escala do cotidiano esteja impregnada de “personalismos” que, diante das questões complexas, se enredam pela concessão de favores. Então, neste caso, deve-se pressupor que a escala do lugar, pelo menos no caso de Oliveira, é uma variável suscetível às variabilidades dos arranjos institucionais locais, isto é, a possível solidariedade no uso dos recursos públicos não se dá pelos aspectos da democracia cidadã,

mas da democracia do “oportunismo.” É claro que não é possível generalizar para toda a administração pública municipal, mas é o indício de que a construção social do espaço rural pode não ocorrer o que conduziria às ações fragmentadas e pontuais para a resolução de problemas.

Fica, nas entrelinhas do diálogo, a retórica de que “vai dar tudo certo.” Todavia, se a ideia de ruína e destruição possuir conotações de exagero não posso ser culpado de pessimismo excessivo ou de um delito mais sério o de relativizar a realidade. Pode se alegar que, por trás de todas as assertivas sobre a ignorância, performismos e engavetamentos de proposições a administração pública municipal repousa em uma aliança com o relativismo.

O problema, em si, não é a realidade sórdida como tal, mas como as ações-reflexões cotidianas dos cidadãos podem expandir e mover-se afim de que os contextos reconstruídos, criticamente, possam ditar as demandas e as soluções de problemas.

4.1.3. FS. 3

No Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oliveira, MG (2010) os associados visam, notoriamente, a aposentadoria. Há uma concepção na instituição que, o município de Oliveira não apresenta conflitos agrários e mesmo questões trabalhistas mais contundentes.

Deixa transparecer que não se considera o sindicato como um intermediador das demandas das comunidades com os diversos atores públicos e privados do município. Sobressai, assim, certo pacto instrumental entre a instituição e seus associados com vistas à aposentadoria especial do trabalhador rural. Em termos políticos o sindicato rural não problematiza o espaço reproduzindo os efeitos de certa anomia político-institucional em termos cognitivos de planejamento e gestão.

O espaço rural, pelo ângulo territorial do sindicato, é recortado pelo viés funcionalista da aposentadoria, na maioria dos casos, o que faz sentido por um lado, mas incorre no distanciamento da inter-relação das variáveis sociais, históricas, políticas, ambientais, fundiárias e culturais. Constata-se, todavia, certo “desencanto” da ruralidade a partir da racionalização da vida rural. O que, teoricamente, pode ser entendido como um dos efeitos da modernidade. A racionalização na perspectiva instrumental econômica da viabilidade do

espaço de trocas.

4.1.4. CS. 4

O tema aposentadoria é de fundamental importância para as populações do espaço rural. Consubstancia-se como principal fator de renda da população de aposentados, mas que rebate no contexto familiar. Por vezes as aposentadorias são os lastros econômicos de muitas famílias em uma comunidade rural. O que se constatou no Sindicato dos Trabalhadores Rurais conduziu-me a verificar os referências da temática na agência da Previdência Social em Oliveira.

Ao entrevistar o chefe da agência foi possível traçar, um breve histórico, das variáveis que envolvem a aposentadoria do trabalhador rural. De acordo com o entrevistado, o processo inicia-se em 1971 com o Funrural ou Contribuição Social Rural uma contribuição social destinada a custear a seguridade social das aposentadorias especiais. Este tributo é cobrado sobre o resultado bruto da comercialização rural (de 2,3% a 2,85%) e descontado, pelo adquirente da produção, no momento da venda.

Não cabe aqui, todavia, esmiuçar a temática uma vez que, conduziria a outro trabalho tal a dimensão e a importância para o acesso à renda no espaço rural. Para fazer jus a tal “benefício” o trabalhador deve comprovar a sua atividade rural seja com o cartão de produtor, a inscrição no INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), carta de anuência, contribuição sindical, testemunhas e certidões como prova material.

Contudo, ocorreram regulamentações ao longo do tempo que têm implicações sobre algumas “categorias” de trabalhadores rurais. A Lei 8213/1991 regulamentada pelo Decreto 3048/99 e alterações feitas pela Lei 11718/08 estabelece que:

- A aposentadoria será concedida para os homens a partir dos 60 anos de idade e para as mulheres a partir de 55 anos;
- Será considerado segurado especial o proprietário de terras com área de até 120 ha (hectares);
- O diarista, o 'bóia-fria" e o safrista temporário são regidos, desde 31/12/2010, pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) conforme os trabalhadores urbanos;
- O meeiro e parceiro devem possuir contratos de meação e de parceria,

concomitantemente. O comodato será regido por contrato específico.

Logo, ao constatarmos a realidade, contemporânea, do espaço rural de Oliveira algumas admoestações são necessárias. Mais adiante serão analisadas as entrevistas dos agricultores familiares o que cria uma realidade de um trabalhador parte do tempo agrícola e parte não-agrícola o que pode gerar um ator social “híbrido”, isto é, envolvido com atividades “tipicamente rurais”, mas, também, com trabalho urbano.

4.1.5. PC. 5

Na Câmara Municipal (em 2010) reincidentem os referenciais da gestão executiva do município não havendo um projeto, em tramitação, que atenda às demandas sócio-espaciais das comunidades rurais mesmo aquelas contidas no Plano Diretor do município.

O que, por sinal, denota certo distanciamento do espaço rural a despeito do trabalho da Secretaria de Assistência Social em algumas comunidades rurais. O Plano Diretor municipal atende a uma determinação constitucional de ordenamento do território. Contudo, os parâmetros técnicos produzem uma linguagem descontextualizada das realidades municipais, o caso de Oliveira, gerando um vultoso compêndio que, se não parece um guia dos problemas e virtudes do município, conclama a um debate não-dialógico.

Logo, não há uma continuidade entre a visão do técnico “*expert*” (na maioria das vezes propositivas) e a administração pública (no caso o Presidente da Câmara Municipal), dos diversos poderes constituídos, a cerca do entendimento e do dimensionamento das questões. Surgem análises espacializadas de um município desarticulado da forma, conteúdo, processo, estrutura, ação, função, para utilizar algumas referências à produção social do espaço.

Assim, o diálogo com o Presidente da Câmara deixa aflorar o imediatismo da legislação municipal e da improvisação, quanto a votação do Projeto de Lei do Plano Diretor. Como não houve um debate público ou uma leitura pública do Plano corre-se o risco da produção de leis que podem subjugar a própria administração pública. Indagado de uma possível votação do Projeto de Lei do Plano Diretor à revelia das constatações das demandas e das questões técnicas, jurídicas e sócio-espaciais o “nobre” legislador argumentou: “caso seja

percebido algum problema, quanto o possível Projeto de Lei, tudo será resolvido com emendas.”

A julgar pela disposição do parlamentar o Plano Diretor não será objeto de um debate e, muito menos, de um planejamento territorial que subsidie a gestão pública do rural ou do urbano.

4.1.6. DC. 6

A Cooperativa Agropecuária conta com 1587 cooperados, destes 50% (afirmação do entrevistado) são de “pequenos proprietários rurais.” A cooperativa abrange, ainda, três outros municípios: São Francisco de Paula, Carmo da Mata e Carmópolis de Minas.

A partir da perspectiva do diretor a realidade agrícola do município consubstancia-se pela monocultura do café, que dita o ritmo do emprego sazonal à época da colheita, e da pluriatividade dos agricultores familiares. Este termo, não muito usual pelo entrevistado, que refere-se ao agricultor familiar como “pequeno produtor rural”. Em outra sessão o significado de agricultura familiar no município será mais bem detalhado.

O sistema agrário é constituído pela lógica agrícola da viabilidade econômica do café que, absorve a mão-de-obra “ociosa” do município temporariamente nos meses de junho a setembro. O problema, mais premente desta monocultura, gira em torno da oferta de crédito e da oscilação dos preços no mercado cafeeiro. Quanto a agricultura familiar faz-se as seguintes considerações: a localização das propriedades em área de topografia com elevada declividade, a baixa mecanização dos processos e ressalta-se como atividade econômica, predominante no conjunto, a produção leiteira com baixa produtividade e um plantel de pouca qualidade genética. Conduto, ressalta-se a pluriatividade, da região do Calafate no distrito do Morro do Ferro, vinculada a olericultura e pequena agroindústria caseira de doces e “quitandas” diversas.

Os atores sociais da agricultura familiar são percebidos como remanescentes de um rural em transformação. Onde é ressaltado o processo de êxodo rural e a ideia de “esvaziamento” do espaço rural que é estimulado pelo processo de acesso a bens e serviços públicos do espaço urbano um deles a educação. O número acentuado de motos no município é analisado como tendo, no espaço rural, a origem de parte do fluxo que circula no trânsito

urbano e que permite, também, o acesso ao trabalho não-agrícola. Os programas assistenciais do governo federal, principalmente o bolsa família, caracterizam-se, para o entrevistado, como um fator de integração da renda dos agricultores familiares. Quanto ao programas públicos municipais, de geração de emprego e renda, há o foco em determinados “experimentalismos” alheios à realidade das comunidades rurais, tais como: o plantio de mandioca, de maracujá e pinhão-manso (para agroenergia). Formas sociais “tradicionalistas”, de uso da terra e do solo, como o meia estão em franco abandono devido ao custo. Por exemplo, o plantio de milho não compensa, devido ao baixo preço (em julho de 2010), sendo mais vantajoso importar o grão de outras regiões para a comercialização e uso nas propriedades.

Este entrevistado colaborou para o desenho de um rural, na perspectiva da visão de mundo dos adeptos de um “modelo tradicional agrarista”, em que a eminência do ocaso do rural está configurado. Há no diálogo, do entrevistado, o esvaziamento do rural a partir da inviabilidade econômica e da sobreposição de processos. Contudo, o diálogo se pautou pelo ângulo da racionalidade econômica. Advoga-se neste trabalho, todavia, pela ruralidade construída a partir de um contexto, também econômico, mas amplo de forma de uso do solo e da terra.

4.1.7. AF. 7

Por indicação do diretor da cooperativa, e de outros entrevistados, a agricultora cujo relato da entrevista será analisado a seguir deixa aflorar a importância do trabalho feminino como cerne da estrutura de renda de algumas famílias.

A propriedade desta agricultora se localiza nas cercanias do distrito do Morro do Ferro no caminho de São Tiago (BR 494). Esta agricultora, de invejável disposição para o trabalho, é dinâmica em suas estratégias de comercialização. Além dos produtos agrícolas, principalmente hortaliças, ela lança mão do conhecimento tradicional e elenca uma série de produtos que vão do “sabão de cinzas” a doces os mais diversos. O interessante é que ela conjuga a feira, na praça Dona Monoelita Chagas – Oliveira, aos sábados com a incursão ao município de Divinópolis (distante aproximadamente 75 Km) em busca de novos mercados.

A agricultora é o dínamo da propriedade de 5 ha (hectares) cuja a renda da família advém destas atividades. Trabalham, neste contexto, o marido, um irmão, além dos pais e da

mãe (os pais são aposentados como trabalhado rural). À frente dos processos produtivos e de comercialização a entrevistada demonstra as suas estratégias ao conjugar a oferta de produtos de época com produtos de uma agroindústria caseira. Ela se estabelece como a chefe de família, pois, não só estabelece as diretrizes dos meios de reprodução da famílias, mas, também, traça as estratégias da propriedade.

As propriedades, no entorno do distrito do Morro do Ferro, se localizam em uma região de latossolos vermelhos profundos e muito susceptíveis à erosão. A fertilidade é baixa, mas a agricultora estabeleceu uma convivência com tal limitação a partir da conjugação de produtos, tendo em vista, a disponibilidade de faixas mais férteis de solo a partir do nível hidrográfico local. Apesar de manter a faixa de mata ciliar intercala o plantio de várias espécies. Em si a atividade agrícola não é o cerne da composição da renda familiar, mas a composição de renda advinda de produtos da agroindústria caseira e da aposentadoria dos pais.

4.1.8. AF.8

Este entrevistado trouxe novas evidências das políticas públicas no rural de Oliveira. Relatou, também, sobre os arranjos institucionais dos agricultores na comunidade do Calafate frente a produção, a comercialização de hortaliças e as próprias políticas públicas.

Os agricultores optaram pela olericultura tendo em vista a possibilidade de comercialização dos produtos no município de Oliveira. Assim, a produção gira em torno de verduras e legumes sem uma grande diversificação. O plantio é feito no solo de várzea com o aproveitamento da umidade e da facilidade de manejo tendo em vista a queda da declividade. Trata-se, todavia, de solo com uma dinâmica hidrológica fundamental para o sistema hidrográfico regional. Há, também, o plantio próximo às margens dos cursos de menor volume d'água. Esta é uma situação peculiar à comunidade rural do Calafate uma vez que a maior parte das terras está localizada em áreas de baixa fertilidade de Cambissolo muito susceptível à erosão. Logo, tal plantio confronta-se com a norma do Código Florestal que determina as distâncias, concernentes à proteção das margens, de uso e ocupação do solo. Tal situação, não percebida como problema pelos agricultores pode relacionar-se com o que já é, por longa data, instituído no uso deste tipo de solo ou a falta de opção frente ao problema mais amplo dos solos desgastados e degradados.

Parte, dos agricultores, em número de 20 (vinte) se organizara em cooperativa de trabalho. Esta iniciativa poderia ser analisada pela perspectiva de uma institucionalização do uso dos bens e recursos comuns com vistas a uma ação-reflexão da comunidade. Outrossim é o motivo que lastreia a atitude pois, trata-se de uma ação instrumental com o objetivo de participar de projetos que visam liberar recursos de políticas públicas nas diversas escalas de poder. Ora, a coletividade de oportunidade, por mais que se relativize, é tão perniciosa, quanto o individualismo. No caso, em questão, a cooperativa é uma formalidade virtual, isto é, não se estrutura como tal, nem fisicamente, menos ainda como atitude. Por outro lado, há no coletivo dos agricultores uma solidariedade “seletiva”, isto é, em momentos mais pontuais, como em “negociações” com administração pública local, o grupo se faz sentir, principalmente, em épocas de eleições ou a partir de projetos “sugeridos” como, no período das entrevistas (2010) o de plantio de flores. A questão que se problematiza são as ações instrumentalizadas dos agricultores, mas o que poderia ser óbvio frente às ações corriqueiras dos “políticos.” Assim, o recorte mais tênue que se pode fazer, entretanto o mais perverso, do diálogo com este agricultor é a inserção da comunidade no simulacro das atitudes cuja retórica democrática subverte a capacidade das pessoas de uma ação-reflexiva e reconstrutiva mais ampliada e profunda da realidade.

O próprio entrevistado, que em muitos casos é o interlocutor da comunidade com outras instâncias, já utiliza em sua fala elementos instrumentalizantes da sua condição e das políticas públicas. Ele mesmo é um arrendatário. Logo a agricultura familiar, pelo menos nesta comunidade, está inserida na inter-relação das variáveis do sistema capitalista e da visão de mundo do planejadores e implementadores de políticas públicas. O atual debate (maio de 2011) no Congresso Nacional sobre a reforma do Código Florestal, cujos objetivos subliminares não cabe aqui discuti-los, pode vir a referendar a territorialidade da comunidade que utiliza os solos das margens e as várzeas para praticar uma agricultura familiar “sustentável”. Enquanto o restante da encosta, do terreno, é utilizada por outros proprietários para o plantio do café e pastagem para o gado de leite e de corte.

Fica clara, também, a aproximação dos agentes públicos locais com a lógica instrumental balizada pelo discurso da rentabilidade e dos ganhos do “produtor rural.” Por um lado a comunidade se reinventou, à contemporânea realidade do rural, por outro está impregnada pela estrutura política que faz uso destas iniciativas de “viabilização” do espaço

rural a partir de velhas e surradas políticas clientelistas. Neste sentido, o espaço rural, e mesmo o urbano, gravitam a partir de ações espaciais (o território municipal como totalidade) pouco democráticas efetivamente, e por isso mesmo, pouco cidadãs.

4.1.9. AF.9

Mais uma vez o discurso se repete, quanto a realidade no espaço rural em termos de viabilidade econômica, por um lado, e das condições de vida. O entrevistado tem uma visão pragmática da realidade. Oferece, entretanto, um contraponto em relação ao que pode ou foi feito, no município, em relação às demandas dos agricultores.

Levanta uma questão importante no tocante à extensão rural que, não existe atualmente no município, se dá pela insistência em “tradicionais” ações voltada para os processos agrícolas o que poderia se óbvio. Mas o entrevistado correlaciona os fatos de uma realidade circunscrita ao mercado local, de hortaliças, e a “imposição” de uma lógica a partir de culturas temporárias como o milho. O que se apura do diálogo é a manutenção de uma visão de mundo extensionista, ainda, circunscrita na lógica setorial agrícola, isto é, reminiscências das vocações agrícolas de uma região conforme análises técnicas ou das leituras equivocadas do espaço pelos “homens públicos”.

4.1.10. AF 10

O espaço rural pode ser, também, uma construção a partir da representação de gênero uma vez que a leitura da paisagem e do espaço é feita por referenciais de vivência e de entendimento da composição de uma realidade. Os processos da ação feminina no espaço rural de Oliveira trazem à tona o fundamental papel da mulher na dialética casa-mundo. Assim, a agricultora é capaz de estabelecer um amálgama entre família-terra-mundo, para além de uma concepção setorial ou do trabalho. Esta entrevistada é chefe de família que participa da feira na cidade e, também, em outro município. Logo, uma atividade setorial agrícola coaduna-se ao processo de circulação e comercialização local e regional.

O trabalho da mulher é um processo de integração das formas simbólicas, materiais e imateriais da contemporânea realidade do espaço rural. No que tange a “gestão” dos recursos

financeiros, da família, muitas agricultoras conjugam um conjunto de variáveis que vão desde as transferências de renda (programas governamentais, aposentadoria) à produção agrícola e de agroindústria doméstica.

4.1.11. HJ.

Contar a história de um lugar, mais que estabelecer a conexão do tempo, é escrever páginas impressas pelo espaço (uma construção social). É articular as demandas e as perspectivas dos diálogos de todos os atores sociais em um território. Entretanto, parte da História Contemporânea de Oliveira, designada assim pelo entrevistado – coordenador do projeto, referencia-se, em larga medida, na concretude de um modo de vida urbano. Ora, se tomarmos o espaço como totalidade o que vem a ser o urbano do município de Oliveira? A não ser a sua inscrição no rural e vice-versa.

De fato, o entrevistado busca ao recompor a história de Oliveira contextualizá-la no conjunto da sociedade. Entretanto, o que se pode apurar é a ênfase aos processos urbanos, isto é, certa concepção da *Polis* grega como instância de debates e deliberações. Por suposto, o que se problematiza não é o território privilegiado para analisar uma sociedade, mas os processos que articulam a história. O rural ao longo da história tem sido tomado como um espaço à margem das ações e reflexões políticas. Logo, no caso brasileiro, a história passa à margem de considerável parcela da população rural.

Todavia, o entrevistado foi importante no aspecto que tange à referências de autores convidados a (re)escrever a história do município e que deram contribuições ao processo de pesquisa.

4.1.12. AP.

O acesso a este entrevistado ocorreu a partir dos referenciais de HJ que ponderou acerca do regime agrário da região. Assim, o Advogado (AP) analisou, de forma ampla, o contexto agrário do município de Oliveira inserindo-o no território mineiro.

Para o entrevistado a estrutura fundiária do município encontra-se estabelecida, mesmo com os subreptícios arranjos em torno da temática. A estabilidade, empiricamente,

constatada não é fruto de uma democratização do acesso à terra, mas, outrossim, da “imposição”, através do discurso da viabilidade econômica, da lógica monocultora de produção. O entrevistado remonta aos tempos das capitâneas hereditárias para analisar a estrutura fundiária. Contudo, no que tange à realidade da terra em Oliveira, na contemporaneidade, o problema se relaciona, por um lado, mais ao modelo capitalista urbano-industrial instituído no país desde, mormente, os anos de 1950 e ao esvaziamento do debate das políticas públicas territoriais ao longo das propostas autoritárias de desenvolvimento regional.

Assim, a realidade fundiária de Oliveira é uma virtualidade, isto é, no conjunto das terras tem-se a impressão de uma ordenação do território, os conflitos estão longe dos olhos, uma vez que o problema não é a falta de terra, em si, mas a falta de políticas públicas que considerem o espaço municipal urbano ou rural em sua totalidade. Assim, a dialética urbano-rural expõe, concomitantemente, o óbvio dos processos de migração campo-cidade, mas deixa aflorar a problematização, isto é, a falta de planejamento em relação ao uso e ocupação do solo e da terra.

4.1.13. AS.

A funcionária da Secretaria Municipal de Assistência Social trouxe importantes contribuições ao trabalho. A perspectiva da entrevistada admite o ângulo da compreensão do espaço municipal como uma construção da dinâmica social. Faz a junção de questões rurais e urbanas inscritas pelos atores sociais e suas vivências. Desde a década de 1980 acompanha o desenrolar da ocupação territorial do município, ao longo deste tempo, constatou que os problemas de acesso aos bens e recursos públicos são constituídos pela visão espacial fragmentada das políticas públicas.

A mais de trinta anos atrás as áreas periurbanas – contato rural-urbano – estavam expostas a um processo de transformação. Impactadas pelo adensamento demográfico lastreado pela urbanização acelerada, tais áreas recebiam o conjunto da população que via na cidade uma oportunidade, mas mantinha, como muita intensidade ainda, o vínculo com o espaço rural. Assim, o entorno ao adensamento urbano mais antigo crescia (e ainda cresce) à revelia das políticas públicas o que gerava uma situação ambígua, quanto aquilo que a

população almejava, ao se desligar do espaço rural.

Logo, o drama territorial dos municípios brasileiros, nas várias dimensões, é a capacidade de responder às demandas da população independentemente da sua localização rural ou urbana. Parte do que a entrevistada constatou em uma rodada de conferências nas comunidades rurais (como se verá mais adiante) tem a ver com uma mudança do uso e ocupação do solo e da terra tendo em vista as influências das dinâmicas territoriais em outras escalas, principalmente, a nacional. O que chama a atenção no diálogo, da entrevistada, é o descolamento das políticas públicas em relação ao cotidiano das famílias. O rural ainda é pensado a partir de uma perspectiva econômico-setorial que, mesmo com os avanços conceituais e teóricos, ainda consegue ditar uma agenda para o espaço rural.

4.1.14.AF.

Esta entrevistada, chefe de família, faz uma reflexão contextualizada do rural uma vez que a filha, mais velha, estuda na cidade. Assim, viver no espaço rural é uma possibilidade de vida, mas traz em seu escopo o “drama do acesso.” Quando se confronta a necessidade de escola e assistência médica, por exemplo. A entrevistada avalia que a distância em relação à cidade é tanto física (15 km), quanto das prioridades da prefeitura. Para ela o rural é lembrado em períodos eleitorais e por ações isoladas das políticas públicas.

O importante não é estar ou não na cidade, mas “a possibilidade de ter mais recurso.” Logo, a expressão vinculada ao recurso está, de certa forma, associada a uma dimensão territorial e o campo de forças que atuam na rede municipal. Neste sentido fica em aberto, para a entrevistada, a percepção das vantagens de se domiciliar no espaço rural. O que diferencia é até que ponto ela terá, mesmo na cidade, acesso e poderá valer-se dos bens e serviços públicos.

4.1.15.AF

Para este entrevistado, que possui uma visão mais pragmática, o “produtor rural” está abandonado. Mesmo com as possibilidades de programas e projetos públicos a dificuldade está no fato que o governo, os bancos “não entende o que o povo da roça precisa.” Assim, o

distanciamento do planejamento, das políticas públicas, mesmo no nível de escala imediata – município – há uma dissonância do tempo. Não ocorre entre rural-urbano a solidariedade do acontecer no território municipal.

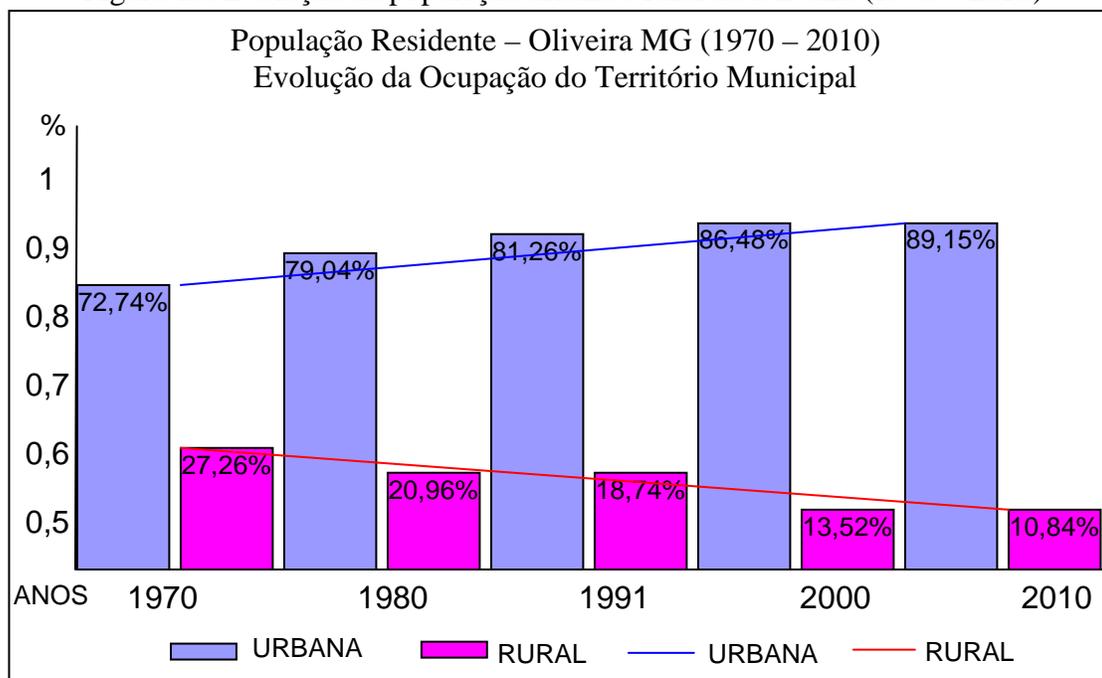
Logo, ao entrevistado, cabe desvencilhar-se do seu cotidiano para então entender a realidade. Neste caso, a verticalização da ação-reflexão suplanta a capacidade da horizontalidade (múltiplas racionalidade) de absorver os impactos, mesmo positivos, de algumas políticas públicas. Para o entrevistado, o que vale é o “aqui e agora” onde as relações se impõem pelos parâmetros das necessidades. Assim, a comunidade se torna uma virtualidade frente as demandas da realidade.

4.2 Análise das informações dos Censos Demográficos (1970, 2000, 2010) e Censos Agropecuários (1996 e 2006)

Analisar a dinâmica da distribuição territorial de uma população é dialogar com as variáveis multiescalares são processos que se inter-relacionam do local(lugar) ao global(mundo). No período coberto, pelos Censos Demográficos 1970 a 2010, (Figura 9) muito se pode contar da ruralidade de Oliveira que, de certa forma, respondeu ao que ocorria no Brasil a partir da “imposição” de um modelo urbano-industrial que remonta, mormente, aos anos de 1950, mas tem na década dos anos de 1970, com o acirramento dos planos dos governos militares, a implantação de um modelo desenvolvimentista com vistas ao crescimento da economia.

O que repercutiu na territorialidade brasileira, em mais uma dicotomia, no que tange a distribuição da população pelos espaços urbano e rural. As análises dos dados serão lastreadas pelas entrevistas de pesquisa e da vivência do pesquisador, com o rural de Oliveira, ao longo da sua trajetória de vida pessoal e acadêmica.

Figura 10: Evolução da população urbana e rural de Oliveira (1970 – 2010)



A população rural do município de Oliveira retraiu-se continuamente no período em análise. Trata-se de constatações óbvias, mas como este processo se refletiu (e ainda reflete) de fato na ruralidade? Mas de que ruralidade se pode falar? É plausível que, tal dinâmica tenha alterado o peso relativo dos atores sociais rurais no território municipal.

Assim, o município é parte de uma totalidade que inter-relaciona-se com os diversos processos, fundamentalmente os econômicos, mas o que interessa é saber: até que ponto a escala do lugar absorveu estas mudanças e como respondeu a elas. Discorrido todos estes anos a urbanização produziu uma territorialidade indelével, muitas vezes simbólica, na configuração espacial municipal. Como se anotou anteriormente, a administração pública municipal foca, sobremaneira, nas demandas urbanas e trata o rural de forma subliminar.

O que deve ser questionado não é o peso relativo ou absoluto da composição territorial de uma população, o que poderia justificar os investimentos, mas a possibilidade de acesso dos cidadãos aos bens e serviços públicos do município seja no espaço urbano ou rural.

Na contemporaneidade parte da população urbana, do município, é composta por trabalhadores rurais que não foram totalmente “expulsos do campo” apesar de mudarem de domicílio. A despeito da conotação territorial urbana (em uma perspectiva censitária), muitos ainda mantiveram o trabalho rural. Nem todos abriram mão das propriedades que continuam

“geridas” por algum membro da família, por exemplo.

No processo de urbanização do município, ao remontar-se os anos de 1980 (seja pelos diálogos de entrevistas ou pelas constatações empíricas do pesquisador no período em questão), sobressaem atores sociais com a mesma origem territorial rural, mas com processos e ações (estratégias) diferenciados. O denominado “bóia-fria” que vincula-se ao trabalho temporário, principalmente durante a colheita do café, tem algum representante da família que se manteve na propriedade. Outros, todavia, foram incorporados ao trabalho não-agrícola seja no município, na região ou migraram para outras cidades ou estado. Este trabalhador pode ser computado como “sem terra”, mas, na verdade, coaduna-se a uma lógica familiar de herança ou de mobilidade territorial.

No caso de Oliveira não se trata de “deserdados” da estrutura fundiária, mas da conjugação de estratégias a partir de uma configuração territorial tradicional excludente, sem embargo, principalmente das melhores terras do município, mas que responde às novas demandas e ofertas dos processos econômicos.

Outro ator social importante, que ajuda a engrossar as estatísticas censitárias sobre a urbanização do município, é o “produtor rural” de porte médio. Na maioria dos casos de trabalho familiar, mas que também empregava algum trabalhador fixo ou temporário, que resolveu vender as terras e aplicar o capital no mercado financeiro dos anos de 1980 (a chamada década perdida – altas taxas de inflação, baixo crescimento econômico e recessão acentuada), principalmente, na poupança com o objetivo de suprir a sua renda, que seria aplicada no espaço urbano, a partir dos juros do montante aplicado. Como o Brasil, até meados dos anos de 1990, vivia em constante instabilidade econômica muitos viram o montante principal se esvair. Tal situação colaborou para a concentração das melhores terras na atividade da monocultura do café. Há o ator social, considerado localmente como produtor rural em atividade, que mudou-se para o espaço urbano com vistas ao acesso à educação para os filhos e ao conforto: luz elétrica, água, saneamento, lazer.

Os fatos descritos foram alinhavados a partir do diálogo com os vários entrevistados durante a pesquisa para a tese. Costurar estas experiências pode produzir uma colcha de retalhos do rural, mas é o que se pode constatar na contemporaneidade. Os retalhos do rural de Oliveira formam uma colcha complexa que deve ser analisada em seu conjunto, isto é, na articulação das variáveis.

Assim, nos anos de 2000 é patente, entre os entrevistados, certo “resgate” das possibilidades do espaço rural no município. Parte disto responde a incursão dos programas do governo federal, principalmente, o Bolsa Família, mas também é reflexo de um olhar mais amplo sobre a vida no espaço rural.

O próprio pesquisador começou nos anos de 2000 a repensar o rural a partir da constatação empírica das mudanças. Para o projeto de pesquisa submetido ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras (2004) problematizou-se o aumento, significativo, da população residente em povoados, especificamente, no povoado dos Fradiques (à margens da BR 381 – Fernão Dias) no município de Oliveira. A dissertação transcorreu, entretanto, no Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais cuja problematização se manteve. Constatou-se nos municípios de Turmalina e Minas Novas o adensamento da população rural em comunidades rurais próximas às terras dos agricultores. O que chama a atenção, todavia, é que seja na região Centro-Oeste de Minas Gerais, onde se localiza Oliveira, seja na região Nordeste no Vale do Jequitinhonha, que apresentam regimes fundiários e agrários diferenciados, há efeitos similares do adensamento da população rural, não necessariamente na cidade, cujos moradores procuram valer-se dos bens e serviços públicos disponíveis no que se designam como “povoados” ao serem oferecidos: escola, serviço médico, transporte, possibilidades de emprego e renda.

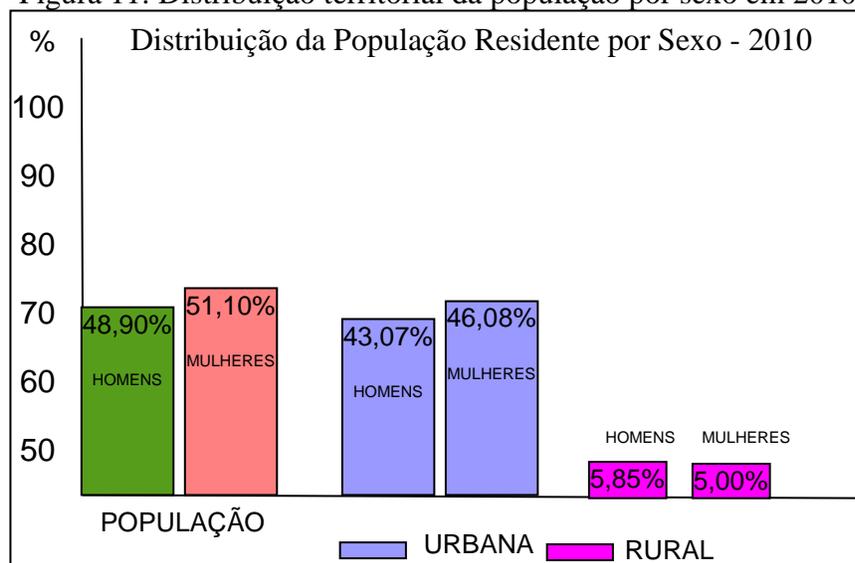
Em muitos casos o “povoado” é um arranjo da população na construção de um hibridismo espacial rural-urbano. O que pode reforçar a constatação da conjugação de estratégias e perspectivas das famílias de agricultores e, também, do distanciamento do planejamento do espaço municipal como totalidade.

Neste sentido, o fulcro do problema não é a localização da população no território em si, mas a concentração dos bens e serviços públicos (educação, saúde, saneamento) no espaço. Isto quer dizer que a mobilidade demográfica tem mais a ver com a oferta de bens e serviços públicos do que com a oferta de emprego e renda. Permite-se alegar, neste trabalho, que o êxodo rural por influência da estrutura fundiária e da conjuntura agrária é um “falso problema”. No caso de Oliveira e do Vale do Jequitinhonha a movimentação populacional procura “fugir” do abandono compulsório do espaço rural em termos da oferta de bens e serviços públicos. Portanto, para parcela da população brasileira, mesmo no espaço urbano, o rural se insere como espaço vivido, para além de um setor econômico, pois não se trata de

viabilidade econômica, mas de dignidade.

De fato, as mudanças estruturais impostas pelo modelo urbano-industrial, em termos de investimentos públicos, e das pressões conjunturais e estruturais do regime agrário brasileiro são indispensáveis para o entendimento do “esvaziamento” do rural. Contudo, não se deve obliterar o rural quando se discute os problemas urbanos em termos de moradia, saúde, saneamento. Assim, o que poderia parecer óbvio, a vinculação dos problemas do rural a uma viabilidade econômica, é parte de um problema mais amplo que passa, também, pelo distanciamento da periferia das cidades dos bens e serviços públicos. O problema, de fato, é a falta de contextualização espacial da população. Valorizam-se muito pouco, no escopo dos planejamentos territoriais brasileiros, as dinâmicas espaciais ao longo do tempo. Portanto, dos anos de 1970 até os anos de 2000 a população rural de Oliveira decresceu (Figura 10), mas a complexidade da sua estrutura aumentou com a incorporação de múltiplas variáveis na dinâmica rural-urbana.

Figura 11: Distribuição territorial da população por sexo em 2010

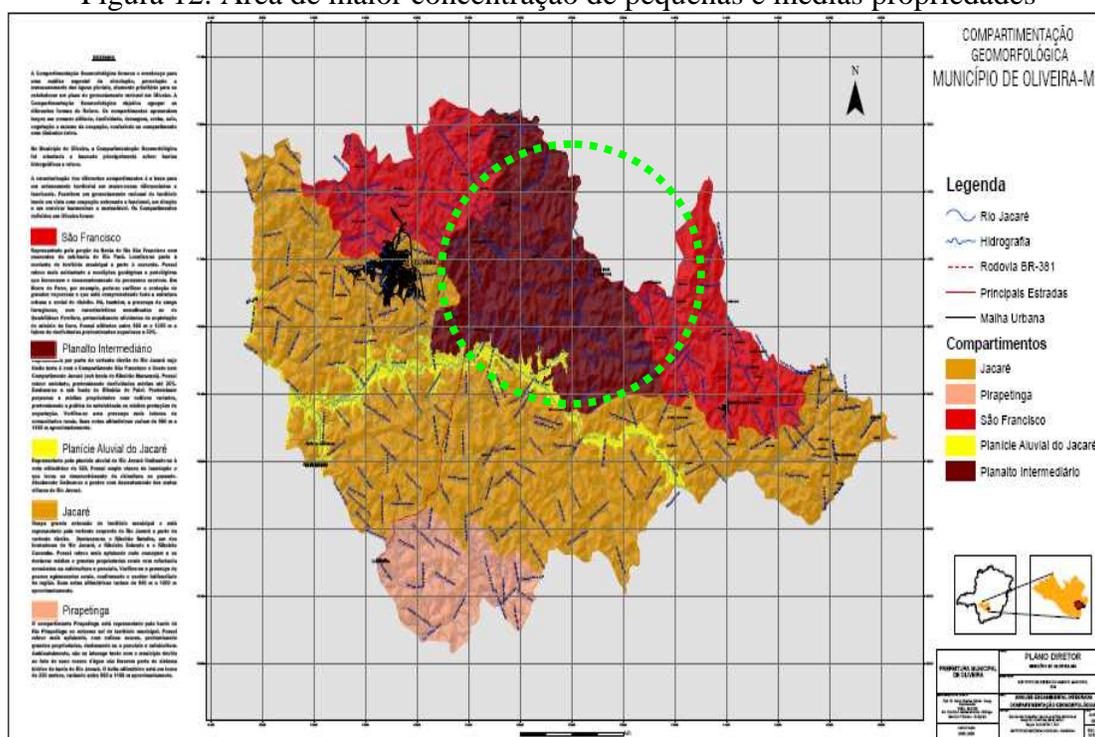


Fonte: Censo Demográfico 2010 - IBGE

Quanto ao uso e ocupação do solo e da terra, ao se analisar a estrutura fundiária, levando-se em conta a condição do produtor proprietário desvela-se uma dinâmica. A estrutura fundiária de Oliveira (Figuras 11 e 12) apresenta sua consolidação em torno da propriedade individual, o que demonstra um modo de produção individualizado cuja titularidade da terra pode pressupor certa sedimentação do regime agrário. O que não quer dizer que não haja

conflitos em torno da terra. Ao se verificar os dados de pesquisa os “conflitos”, tácitos, são determinados pela localização das terras. Isto é, as unidades produtivas de maior área concentram-se nos espaços de menor declividade do terreno o que não quer dizer muita coisa, em termos pedológicos (por exemplo de fertilidade), mas que aponta para uma maior valorização da terra, além da facilidade, tendo em vista uma possível mecanização. As terras de maior declividade (médias de 20% e altitudes em torno de 1180m aproximadamente, conforme Figura 10), por sua vez, pertencem aos proprietários das unidades de áreas menores. Concentra-se nesta região a maior parte das Comunidades Rurais estudadas.

Figura 12: Área de maior concentração de pequenas e médias propriedades



Fonte: Plano Diretor Municipal de Oliveira (2006)

Esta configuração territorial do regime fundiário cria outros elementos, para além do debate sobre a posse da terra, o que conduz aos fatores de viabilidade da atividade econômica rural dos agricultores familiares. O problema em si não é tanto o tamanho da terra, mas de políticas públicas mais abrangentes e que se inter-relacionem nos diversos níveis de escalas de governo: municipal, estadual e federal. O leitor poderia ponderar, por outro lado, que o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), por exemplo,

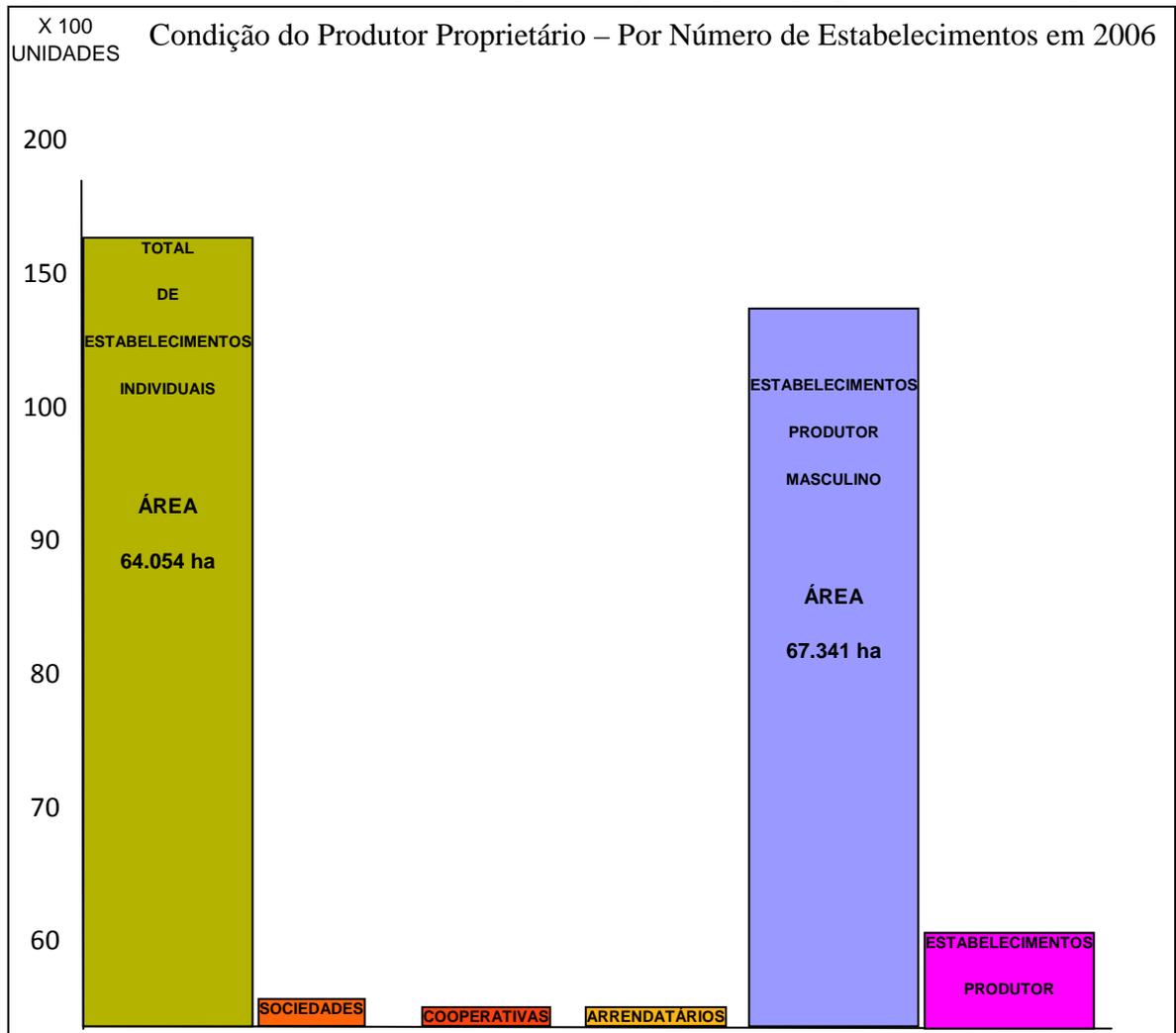
apresenta uma gama ampla de ações de fomento ao espaço rural. Contudo, a questão que aqui se adverte é que, nem só de produção agrícola vive o agricultor familiar (em outra seção será apresentada e problematizada a consulta pública da Secretaria Municipal de Assistência Social com a diversidade de demandas das comunidades rurais). A ambiguidade versa no entendimento do espaço rural em sua totalidade, principalmente, na escala municipal no que diz respeito ao saneamento básico, drogas, lazer, educação, cultura. O lixo, por exemplo, é um dos grandes dramas das comunidades rurais.

Logo, pensar o espaço requer a inter-relação de múltiplas variáveis cuja visão setorial econômica não deveria drenar todas as possibilidades. As comunidades rurais não são consideradas, na maioria das vezes, como espaços socialmente construídos sendo predominante a visão parcelar do espaço rural a partir da noção da propriedade.

Os estabelecimentos individuais predominam no espaço rural de Oliveira, conforme Figura 13. A pessoa física do arrendatário, proporcionalmente, é desimportante, mas na Comunidade do Calafate (Figura 13), no distrito de Morro do Ferro, parte dos produtores são arrendatários e contribuem, efetivamente, para a dinâmica econômica na produção de olericulturas.

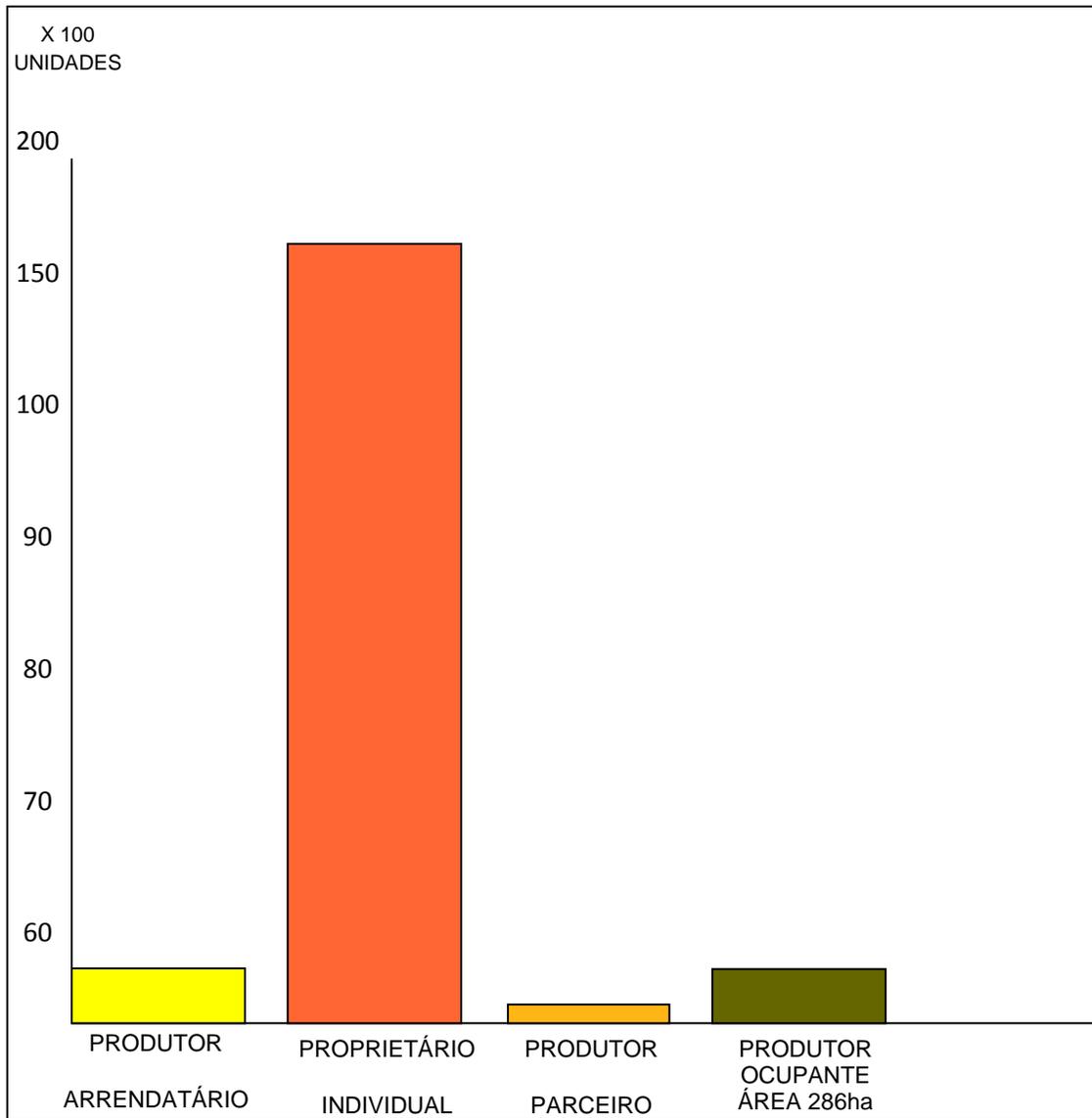
Por outro lado, nesta mesma Comunidade formou-se uma cooperativa dos produtores olerícolas que, a despeito da sua importante função de integração, não possui uma função efetiva na viabilização da solidariedade ou dos processos de comercialização. Assim, de acordo com um dos entrevistados, a cooperativa foi criada com o objetivo de viabilizar o acesso ao crédito e a outras políticas públicas que visam teoricamente a coletividade. Surge aqui outro “falso problema” uma vez que o discurso coletivo predomina, mas a realidade reforça a individualidade a partir da representação da propriedade como forma de pertencimento e territorialidade. No Brasil a propriedade do solo rural ou urbano faz parte do imaginário das pessoas o que se sobrepõem, em muitos casos, ao contexto espacial as ações e reflexões ao longo da história da vida cotidiana.

Figura 13: Número de estabelecimentos por condição legal de proprietário e divisão por sexo



Fonte: Censo Agropecuário IBGE – 2006

Figura 14: Número de estabelecimentos por condição legal de proprietário



Fonte: Censo Agropecuário IBGE (2006)

Figura 15: Distrito do Morro do Ferro - Mananciais de abastecimento e localização da Comunidade do Calafate



Fonte: IBGE e IGAM – Plano Diretor (2006)

A área de plantio (olericultura) ocupa as margens dos cursos d'água da Bacia do Córrego Calafate o que pode gerar um conflito, quando se confronta a legislação vigente, principalmente em relação ao Código Florestal no que tange às Áreas de Preservação Permanente (APP) conforme estudos do Plano Diretor (2006). A região do distrito do Morro do Ferro constitui-se como importante complexo de pequenas propriedades inseridas em uma área de solo suscetível ao lixiviamento e à erosão (Figuras 16 e 17) devido as características geológicas e pedológicas.

Figura 16: Voçoroca na Bacia do Córrego Calafate



Fonte: Pesquisa de campo – Janeiro de 2010

Figura 17: Distrito Morro do Ferro – uso do solo e processo de voçoroca



Fonte: Pesquisa de campo – julho de 2010

A partir das informações do Quadro 3 da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) há uma perspectiva complementar de análise da estrutura fundiária do município de Oliveira. Pode ocorrer, por suposto, certa dissonância com as informações do Censo Agropecuário (2006) o que, todavia, não compromete a compreensão.

Quadro 3: Estrutura Fundiária de Oliveira, MG: número de propriedades por área

TAMANHO DAS PROPRIEDADES EM HECTARE (HA)	NÚMERO DE PROPRIEDADES	%	ÁREA HA	%
Menos de 1	11	1	5	0,01
1 a menos de 2	15	1	19	0,03
2 a menos de 5	104	9	339	0,5
5 a menos de 10	135	12	948	1,4
10 a menos de 20	214	20	3034	4,4
20 a menos de 50	286	27	9026	13,1
50 a menos de 100	148	14	10303	14,9
100 a menos de 200	87	8	12382	18
200 a menos de 500	63	5	19333	28,1
500 a menos de 1000	11	1	8637	12,6
Acima de 1000	3	0	4791	7
Total	1077	100	68817	100

Fonte: EMATER, 2006

Ocorre o predomínio das propriedades na faixa de 20 a menos de 50 HA o que pode denotar uma melhor distribuição da terra. Contudo, como se verá, mais bem detalhado em outra seção, isto não quer dizer que não haja conflitos. Os conflitos se dão pela dinâmica econômica, por um lado, e pela mudança da estrutura demográfica por outro, além da falta de um projeto, por parte da administração pública, que contemple o espaço rural em sua totalidade e complementaridade de processos com o urbano. Poderia, então, pressupor que as demandas das comunidades rurais versariam por apoio, mais efetivo, às atividades agrícolas. Contudo, há uma miríade de demandas que fariam parte de uma perspectiva de desenvolvimento. Para se ter uma referência apresenta-se algumas comunidades e suas demandas prioritárias como exemplo. Na comunidade Brasilândia/Aguadinha as prioridades estão focadas no acesso (melhoria das estradas), no saneamento (água, esgoto e coleta de lixo). Por sua vez na comunidade do Tombadouro há necessidade de ações preventivas sobre drogas (visando a família), acesso (transporte e melhoria das estradas). Por outro lado na comunidade Ouro Fino sobressaem as demandas por saneamento (qualidade da água), assistência, extensão rural e ações preventivas contra droga e alcoolismo (visando as famílias e os adolescentes).

Assim, a demandas se enredam a partir de fatores que tem mais a ver com a qualidade ambiental e o bem-estar da família do que com aspectos agropecuários propriamente.

4.3 Apresentação e análise, à luz da pesquisa de campo, das demandas das Comunidades Rurais na conferência pública da Secretaria Municipal de Assistência Social de Oliveira, MG

Nesta seção serão apresentados e analisados os resultados das conferências da Secretaria Municipal de Assistência Social. Estas informações são importantes, como dados secundários, por permitir a problematização da temática a partir da inserção de um órgão do setor público municipal no contexto das Comunidades Rurais pesquisadas. As conferências públicas remontam ao ano de 2009 o que permite confrontar com os dados coletados nas comunidades rurais durante a pesquisa para a tese no ano de 2010. As informações serão apresentadas na forma de tabela o que permitirá a confrontação destas com as informações pesquisadas.

Quadro 4: Demandas por prioridades da comunidades rural Quebra Cangalha

Comunidade	Reivindicações	Ordem de prioridade das demandas das comunidades a partir da confrontação dos períodos
QUEBRA CANGALHA	Destino do lixo	1
	Cursos voltados para a geração de renda para mulheres e adolescentes (bordado, crochê, tricô)	2
	Ações preventivas contra droga e alcoolismo	3
	Curso de computação para os jovens	4
	Visita técnica de agrônomo	5
	Equipamento agrícola, sementes e adubo	6
	Médico Programa de Saúde da Família (PSF)	7
	Pavimentação da Capela (Igreja dentro da plantação de eucalipto)	8

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (2009)

Quadro 5: Demandas por prioridades da comunidade rural Calafate

Comunidade	Reivindicações	Ordem de prioridade das demandas das comunidades a partir da confrontação dos períodos
CALAFATE (MORRO DO FERRO)	Atividades de convivência e voltadas à saúde dos idosos	1
	Proteção das crianças contra a negligência dos pais	2
	Implantação de uma creche	3
	Fiscalização mais efetiva e de forma continuada do Programa Bolsa Família	4
	Programas de lazer para a comunidade	5
	Fortalecimento da pastoral da criança	6

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (2009)

Quadro 6: Demandas por prioridades da Comunidade Rural – Engenho

Comunidade	Reivindicações	Ordem de prioridade das demandas das comunidades a partir da confrontação dos períodos
ENGENHO	Controle de qualidade da água	1
	Projeto de horta comunitária	2
	Curso – plantação e manejo de hortas	3
	Iniciativas de geração de renda	4
	Divulgação de programas sociais	5
	Mais fiscalização das famílias participantes do Programa Bolsa Família	6
	Aproveitamento do espaço da escola que está desativada	7

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (2009)

Quadro 7: Demandas por prioridades da Comunidade Rural – Retiro em 2006

Comunidade	Reivindicações	Ordem de prioridade das demandas das comunidades a partir da confrontação dos períodos
RETIRO	Maior divulgação dos benefícios assistenciais	1
	Palestras por ciclo de idade	2
	Maior fiscalização do Programa Bolsa Família	3

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (2009)

Quadro 8: Demandas por prioridades da Comunidade Rural – Ouro Fino

Comunidade	Reivindicações	Ordem de prioridade das demandas das comunidades a partir da confrontação dos períodos
OURO FINO	Poço artesiano	1
	Apoio técnico, insumos e equipamentos para a agricultura	2
	Ações preventivas contra drogas e alcoolismo para os adolescentes e suas famílias	3
	Visita do concelho tutelar às famílias alcoólatras	4
	Fiscalização mais efetiva e de forma continuada do Programa Bolsa Família	5
	Médico do Programa de Saúde da Família (PSF)	6

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (2009)

No âmbito das Comunidades Rurais as demandas envolvem um escopo mais amplo de fatores, quando confrontados com os dados de pesquisa a partir dos agricultores. Entretanto, há confluência de elementos associados ao acesso a bens e serviços públicos. Há um paradoxo no espaço rural de Oliveira ao se constatar a esfera das políticas públicas, a partir da própria Prefeitura Municipal mesmo com as ações da Secretaria de Assistência Social, com foco pelo ângulo do setor agrícola. Assim, o espaço local (lugar) se transforma no entroncamento em uma imensa rede de políticas públicas desde o nível federal. No âmbito da municipalidade o espaço rural subsome em conjunto funcional de determinação instrumental da política pública

além das verticalidades dos programas federais (PBF, PRONAF).

Desta feita, ora o lugar se apresenta como possibilidade de futuro, principalmente o espaço urbano, abrangendo o rural, à mercê de uma racionalidade instrumental – verticalidade avassaladora, ora desliza no anacronismo das questões locais (municipais) de foro personalista e sem planejamento. No caso de Oliveira o Plano Diretor (2006) que poderia ser um fator de orientação subjaz no fundo de alguma gaveta ou sobre a mesa de um político contingencial.

Portanto, a concepção de uma comunidade rural solidária, baseada em relações de reciprocidade, em que as relações mercantis foram subordinadas pelo consenso da cidadania, em que não parece haver lugar para o conflito e contradição é a *fronteira liminar* de múltiplos eventos. Assim, há atores sociais sem processo, estrutura, função, conteúdo e forma e os elementos citados sem atores sociais.

Fica evidente, todavia, a amplitude das demandas das Comunidades Rurais inseridas em um “novo cotidiano” do espaço rural. A vida familiar rural em Oliveira insere-se na articulação de uma rede de problemas sociais, para além das hierarquias, que afloram em espaços urbanos maiores e considerados mais complexos.

Para o pesquisador, a partir do desenrolar da pesquisa, fica um grande desafio, julga-se, o de realizar a crítica às posições (teóricas e de gestão política) localistas. Assim, ocorre o esvaecer de uma perspectiva mais democrática e cidadã da administração pública, tendo passado os anos e os avanços, pelos valores de contextos e cotidianos complexos. Estaríamos, no rural brasileiro, diante de atores sociais inertes pelas políticas públicas estruturais e a dissolução da comunidade como sistema social relevante, substituída por uma identidade construída em torno da indução de uma pletera de índices de teórica estabilidade e crescimento econômico e de consumo no Brasil?

4.4 Agricultura familiar: entre o significado, a objetividade e a fronteira conceitual

O significado das coisas é um componente da vida cotidiana, então, qual a vantagem da sua problematização epistemológica para o entendimento de uma realidade? O significado

pode ser interposto pelas obviedades e, por vezes, não se dar o devido valor. Pode ser, também, uma construção da coisa significada onde passado e presente se amalgamam ao dar forma e conteúdo às ações e reflexões. Pode, ainda, ser o devir perante as múltiplas possibilidades da *práxis*. Pode, simplesmente, ser a imposição das contingências.

O significado, todavia, dever ser sempre uma construção social lastreada pelo tempo e o espaço. O significado é uma construção, material, imaterial e simbólica, erigida no espaço. O limite dos significados e das palavras, entre eles o de Agricultura Familiar, se insinua entre os mundos rurais do Brasil, isto é, os múltiplos significados dos contextos. O que se constata, todavia, não é a ausência de significado, mas a presença da diferença. Dito de outra forma, o rural de Oliveira demonstra a diversidade da configuração espacial do rural, isto é, as múltiplas expressões de ruralidade entre elas a de agricultor familiar.

Como demanda de inserção no escopo de políticas públicas territoriais o termo Agricultura Familiar ganha objetividade, principalmente, ao ser referendado pela academia e pelo o Estado. Apesar do uso e emprego do termo ao longo do tempo, especialmente a partir dos anos de 1990 e da apropriação cotidiana, há instâncias para algumas indagações. A aceitação e a objetividade não redimem a complexidade dos mundos rurais nos diversos contextos brasileiros. Por conseguinte, como admitir uma perspectiva da realidade libertando-se de cargas ideológicas, posto que a realidade está inserida em um contexto social, cultural, político, econômico, ético, moral e ambiental? De que modo? Apesar da hegemonia construída acerca da expressão Agricultura Familiar é possível construir significados a partir do contato do sujeito (pesquisador, extensionista, planejador) e objeto, em grande medida, viabilizado pela construção de conceitos lastreados pela escala. Assim, ao se utilizar o contexto nacional, a partir das políticas públicas federais que objetivam o espaço rural, é possível uma conversão da escala como elemento de entendimento da diversidade.

A ação-reflexão sobre a realidade é dialética e vai além das constatações técnicas e econômicas. O espaço rural é a interface de mundos na modernidade. É o esconderijo da faixa, da zona, do espaço de transição, do limite da fronteira desde a política oficial, à produção intelectual e as concepções dos movimentos sociais e a *práxis* de cada lugar. Por isso, classificar os espaços como sendo de Agricultura Familiar é expandir os domínios – um ato de subversão de poderes, mas, também, pode ser a inserção em uma camisa de força conceitual.

No caso do município de Oliveira o que se designa como Agricultura Familiar é a transição entre propriedades, a interface, com toda plasticidade de mistura, nesse caso estaria se insinuando como opção de poder para muito além das linhas ou dos contornos que representa. Neste ponto é preciso esclarecer que, o termo Agricultura Familiar contextualizado pelas múltiplas variáveis: regime agrário, fundiário, cultura, ambiente, política e economia é paradoxalmente limitado e, concomitantemente, expande os limites. A interface da Agricultura Familiar, em uma economia capitalista, deixa para trás o seu símbolo (de categoria), sinal impreciso ou insuficiente: o limite, a linha de contorno, as características, as contingências e busca na exterioridade da linha o seu significado real de miscigenação, de interpenetração e conceito fugaz. Logo, a interface da Agricultura Familiar (uma dimensão territorial) não tem em seu ensejo a precisão (objetividade), mas as múltiplas dimensões de contextos. Para tal movimento é possível cunhar a expressão *fronteira-liminar*, significando a possível configuração espacial de um determinado conceito.

Há nos interstícios da *fronteira-liminar* pontos cegos ao se entrecruzar o significado do termo Agricultura Familiar e o contexto. Surge no rural de Oliveira um ator social que em termos de extensão do terreno, visto como um fator de diferenciação no regime fundiário, poderia ser considerado um médio produtor rural até a faixa dos 500 HA que, não é “grande” o suficiente para enfrentar o protocolo bancário para acesso ao crédito e nem “pequeno” para enquadrar-se no PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Este ator social, em uma perspectiva familiar, é o cidadão da *fronteira-liminar* que se insere no território, mas está à margem de uma visão oficial sobre os múltiplos significados de Agricultura Familiar a despeito das tentativas bem sucedidas.

Todo rural construído na perspectiva das famílias de agricultores é uma interface entre espaços onde ocorre uma atividade constante sob forma de trocas dialéticas. Entretanto, o espaço de trocas pode tornar-se comutação, uma separação que se transforma em passagem obrigatória, fluxos de atividades constantes, atividades de trocas incessantes de movimentos constantes. O que pode gerar a inércia dos processos no âmbito do território. Como dito acima o “proprietário médio” se encontra na *fronteira-liminar* entre as possibilidades do seu território e os arranjos, principalmente, econômicos e políticos das múltiplas escalas. Assim, há no conjunto de agricultores familiares do município de Oliveira certa resistência ao significado do termo Agricultura Familiar. O território da Agricultura Familiar na escala dos

lugares interpõe perguntas fundamentais como o infinito das possibilidades e indefinidas como o desconhecido. As perguntas sem respostas, que representam a inserção da encruzilhada de fluxos, da dúvida, da indecisão, sugerem a manutenção da crise posta pelo questionamento dos “conceitos clássicos” – o de Agricultura Familiar, por exemplo, em sua multiplicidade diversificada.

A concepção de interface do conceito de Agricultura Familiar ao designar a noção de limite conceitual, que rebate no território, implica compreender a linha como simulação, simulacros ou camuflagem. A transição entre propriedades no espaço rural de Oliveira, *fronteira-liminar*, a interface, em sua plasticidade de organização social de mistura, neste caso estaria se insinuando como opção de poder para muito além das linhas ou dos contornos que representa. A interface do território do agricultor familiar não se caracteriza pela objetividade, mas pelas possibilidades do contexto.

Nos diálogos com os entrevistados surge a fala, o silêncio, a dúvida ou o equívoco como resposta. Os diálogos com respostas ambíguas sugerem uma crise de significados? Crise frente ao significado que escapa, quando confrontado com a realidade? Crise da aparência territorial que revela uma “transparência escondida”; recônditos da imposição de uma lógica supraescalar de pensar o espaço?

Reforçando o argumento: se se pode falar de crise, seria a de significado da Agricultura Familiar no âmbito do próprio significado de rural? Seria a crise de referências contextualizadas ou descontextualizadas? Então, o território rural formalizado administrativamente, na escala municipal, não é um mundo homogêneo, mas a totalidade de fronteiras de diversas origens.

4.5 Agroecologia, mas o que é isso?

O drama do mundo moderno é superar a corrente predominante da razão instrumental que, ainda abraça as contradições da modernidade entre elas a metodológica de admitir a linearidade do pensamento e a fragmentação do conhecimento. O moderno, no que tange o espaço rural é, também, negar e desqualificar as visões de mundo do “homem

simples.” Não há momentos cotidianos que, em uma sucessão cronológica linear, sejam substituídos por momentos modernos subsequentes. O que se compreende como o “conhecimento cotidiano” convive, na *fronteira-liminar*, com o que se denomina de moderno – a tecnificação dos processos na agricultura. Outra contradição da modernidade é deslocar o tempo do espaço, isto é, acelerar as chamadas Revoluções Técnico-Científicas a propósito do território. Assim, cada avanço da tecnologia, na agricultura, gera novas *fronteiras-liminares*.

Logo, o moderno no espaço rural brasileiro pertence a que tempo? Quais são os seus valores? Como a sociedade brasileira organiza critérios para a construção das suas verdades sobre o espaço rural, de seus saberes, de suas cosmologias e, sobretudo, de que modo as comunidades rurais experimentam e constroem a relação conhecimento/ação-reflexão? Em que o saber cotidiano e o conhecimento técnico-científico diferenciam os contextos e momentos das comunidades rurais e o que se considera moderno?

Guiada pelos paradigmas da modernidade a ciência supõe cindir o amálgama entre subjetividade e objetividade racional, entre desejo e método, entre ser e saber. Em última instância, ao contrário do cotidiano do espaço rural, a razão instrumental distancia o conhecimento da prática.

Os agricultores familiares entrevistados, e mesmo os atores sociais envolvidos com as políticas públicas para o rural de Oliveira, têm o seu discurso ancorado na concepção da modernização. Os problemas debatidos orbitam pela idealização de um mundo rural economicamente produtivo inserido na percepção do crescimento da economia. Fica de fora a problematização crítica e reconstrutiva da totalidade do espaço rural e suas demandas territoriais. Não se cogitou, a não ser como breve referência, o ensejo da agroecologia. Mesmo que o termo abranja uma miríade de perspectivas. O que chama atenção não é o desconhecimento em si de alternativas ao modelo calcificado da designada Revolução Verde, mas a “naturalização” do discurso acerca da busca pela viabilidade econômica. O paradoxo consubstancia-se entre a dinâmica do lugar, que tem um peso importante a comunidade, e a inserção “naturalizada” ao sistema capitalista de produção. Talvez a realidade do rural, pelo menos em Oliveira, tenha sido incorporada à “naturalização” dos processos que pode ser a acomodação ao regime agrário e fundiário do município ao dualismo do moderno e do atrasado que compõe a perpetuação de um escopo de políticas públicas territoriais no Brasil.

Admite-se que não há um consenso em torno do conceito de agroecologia. Na maioria dos casos o que caminha nesta direção termina por negar o próprio conceito e adquirir a conotação de um contra-senso ingênuo. O conceito de agroecologia pode ser apresentado como um conjunto de ideias que passa a sinalizar, também, para a ciência, posturas de crítica ao *status quo* e de ruptura com procedimentos marcadamente tradicionais do saber e de sua utilização na espaço rural em termos produtivos (Revolução Verde). É necessário que se reflita mais detidamente sobre a expressão agroecologia pelo fato de que, especialmente na virada de século, em função do uso variado – às vezes entendido como inadequado e inadvertido – e de seu conseqüente desgaste (perspectiva do pesquisador) a agroecologia passa a adquirir o caráter de *slogan*. Quanto à diversidade da utilização da expressão agroecologia, inclusive entre os entrevistados, observa-se:

- 1) Uns aplicam o termo exclusivamente à produtos orgânicos;
- 2) Outros o estendem à totalidade da esfera cultural e de um modo de vida e de filosofia;
- 3) Alguns a classificam como ciência, mas desconhecem a suas bases conceituais;
- 4) Para outros os processos agroecológicos estão presentes em todos os processos humanos referentes à agricultura;
- 5) Alguns têm na agroecologia um salto para frente e outros uma fuga para o passado (o retorno à Natureza) – seria uma vanguarda ou um regresso ao arcaico, ao não moderno.

Frente à imprecisões, é necessário dar rumos ao significado de “agroecologia” que se deseja empregar, caracterizando e qualificando a expressão. A indefinição cotidiana do termo parece contribuir para a situação de relativo desgaste do termo e do conceito. Isto termina, em alguns momentos e em alguns casos, por reforçar o pouco crédito a ele conferido. O uso indiscriminado e por vezes equivocado do termo ainda consolida a indefinição e o seu desgaste na realidade.

A despeito da complexidade do conceito, que se estende a ciência considerando particularidades e fragilidades é possível compreender que tendências de um saber agroecológico são reconhecidas como um conjunto de processos, em curso, no debate sobre as alternativas à racionalidade instrumental preponderante no espaço rural do agronegócio brasileiro. Sem embargo é possível identificar algumas transformações a partir de alguns

importantes movimentos: 1) crescente mobilização do pensamento no sentido de refletir sobre as necessidades de transformação na ciência em prol de uma epistemologia da complexidade; 2) ampliação da produção científica no que tange a diversificação de metodologias; 3) crescente reflexão sobre a inter e a transdisciplinaridade como processos integradores e restituidores dos saberes; 4) conscientização da necessidade de democratização do conhecimento como instrumento da democracia, da liberdade e da autonomia dos atores sociais.

Entre o significado e a prática há de comum entre os movimentos, que refletem de certa forma no mundo rural de Oliveira, certa descrença na corrente predominante e oficial do pensamento racionalista instrumental. Não se advoga em prol de uma irracionalidade, mas a rejeição do culto a uma visão parcelar e monolítica da realidade.

4.6 Os circuitos do Programa Bolsa Família: entre a verticalidade das políticas públicas e as horizontalidades da vida cotidiana

A desigualdade socioespacial brasileira implica na diferenciação e exclusão ao se fortalecer nas contradições impostas por modelos econômicos instrumentais. O Brasil teve o seu território, principalmente após a Segunda Guerra mundial, estruturado pelas contradições advindas da dualidade do desenvolvimento econômico descontextualizado e extemporâneo. As formas resultantes do modelo econômico predominante, no país, suplantaram os processos, principalmente, os sociais que se transformaram em funcionalidades econômicas. Marcadamente dualista o processo, de construção do território, que deveria ser integrador se consubstanciou em inércia da retórica do moderno e do atrasado. Valorizou-se o tempo, por exemplo, “50 anos em 5” e desconsiderou-se o espaço um recurso único e indispensável para as atividades humanas em sua construção social. Negligenciaram-se as inter-relações espaciais, em prol do discurso do desenvolvimento, o processo, a forma, o conteúdo, a ação, a função, a reflexão e a escala. Sem embargo, tanto o espaço rural, quanto o urbano resultam da complexa inter-relação destas variáveis na composição do território, pois tempo e espaço são dimensões indissociáveis na construção do território.

No espaço rural brasileiro a “Revolução Verde” instituiu o ideário da modernização da agricultura valorizando, sobremaneira, a forma – monoculturas, a função – produção eficiente de alimentos, os conteúdos – a técnica e menos os processos e ações de cada lugar incluídas aí as pessoas, o trabalho, os saberes cotidianos, a renda, o salário, a natureza, a saúde, a educação, a política, as visões de mundo, a economia e a cultura. Ocorreu a verticalização (certa imposição) da racionalidade instrumental técnica e econômica em relação à horizontalidade das múltiplas racionalidades de cada lugar no território brasileiro.

Concomitantemente, a industrialização gerou a desmesura do urbano suplantando a noção de cidade; o urbano mecanicista e funcionalista das formas para além de um processo de inclusão. Logo, a desigualdade se transformou em exclusão de considerável parcela da população brasileira seja urbana ou rural. Resultou em um caleidoscópio das variáveis espaciais no território, cuja inter-relação se deu pela desigualdade. Dito desta forma é fundamental esclarecer que o espaço é uma construção social ao longo do tempo e o caleidoscópio a que se refere resulta dos múltiplos arranjos espaciais fragmentados que, no caso brasileiro, teve, e ainda tem, uma forte contribuição do Estado. Neste sentido o território nacional, não foi necessariamente um espaço socialmente construído, mas, principalmente, um espaço de utilização do território pelo capital com vistas à produção e acumulação. Aqui faz sentido esclarecer que o território, em uma concepção de Milton Santos (2002), é um espaço vivido o que vai além da perspectiva de soberania nacional. Desde os anos de 1950, pelo menos, debate-se, contundentemente o desenvolvimento a partir da implantação, mais efetiva, de um modelo desenvolvimentista estruturalista de viés cepalino por um lado e autoritário por outro. Salvo considerações problematizadoras de parcela da academia. É patente que, nos últimos anos, várias políticas públicas de transferência de renda incluíram milhões de brasileiros ao circuito da economia predominante. Mas qual o reflexo espacial destas políticas, principalmente, o Programa Bolsa Família (PBF) do governo federal? Neste sentido, propõe-se, no decorrer do texto, breve reflexão dos possíveis efeitos espaciais dos recursos do PBF a partir da realidade do município de Oliveira, MG. Logo, ao abordamos o PBF objetiva-se entender a conexão de escalas no território desde a escala nacional à repercussão na escala do lugar. Trata-se de um exercício teórico a partir da pesquisa para a tese (2010) e de dados secundários referentes ao município de Oliveira. Interessa-se, todavia, analisar como o Programa Bolsa Família incorporou-se à lógica da diminuição da desigualdade, via

transferência de renda no território nacional, em uma tentativa de construção teórica dos circuitos espaciais que se articulam e quais as possíveis conseqüências e perspectivas em termos de desenvolvimento local. Como política pública o PBF (juntamente com a aposentadoria) é, na contemporaneidade, uma das mais bem sucedidas formas de transferência de renda para a população de renda mais baixa na escala local. A reflexão se estrutura a partir da seguinte problematização: o PBF pode produzir a autonomia das famílias e o crepúsculo das desigualdades entre elas a espacial (regional) ou tacitamente alimenta o dualismo do moderno e do atrasado?

Vislumbrando uma aproximação com as análises é importante destacar alguns conceitos utilizados, em julho de 2011, pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para definir o perfil das famílias com direito ao recebimento do benefício. A faixa de abrangência do PBF é ampla e procura em seu escopo atingir as famílias com maior vulnerabilidade sócioeconômica. Utilizar-se-á o exemplo do município de Oliveira para explicitar a metodologia, conforme tabela a seguir:

Quadro 9: Perfil das famílias atendidas pelo PBF em Oliveira, MG

Perfil da família	Número de famílias atendidas em Oliveira – Julho de 2011	Nota sobre os critérios adotados pelo MDS
Famílias beneficiárias do PBF	1.837	Direito ao benefício caso tenham filhos com idade entre 0 e 17 anos (cf. Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004)
Famílias pobres com perfil de inclusão no PBF, renda per capita de até R\$ 140,00 – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) 2006	2.490	A estimativa de famílias pobres com perfil de atendimento pelo PBF foi elaborada a partir da combinação da metodologia de Mapas de Pobreza do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elaborados a partir do Censo Demográfico 2000, da PNAD 2006 e de outros indicadores sócioeconômicos levando em consideração a renda familiar de R\$ 140,00 e acrescida da volatilidade de renda elaboradas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
Famílias de baixa renda com perfil de inclusão no Cadastro Único (Cadunico). Renda per capita de até meio salário mínimo. Neste caso o valor de R\$ 232,50 tendo por base o salário mínimo de 2009, período de última atualização de estimativa	4.933	A estimativa de famílias pobres com perfil Perfil Cadastro Único (baixa renda) foi feita a partir da combinação da metodologia de Mapas de Pobreza do IBGE, elaborados a partir do Censo Demográfico 2000, da PNAD 2006 e de outros indicadores sócio-econômicos, levando em consideração a renda familiar per capita de até meio salário mínimo

Continua....

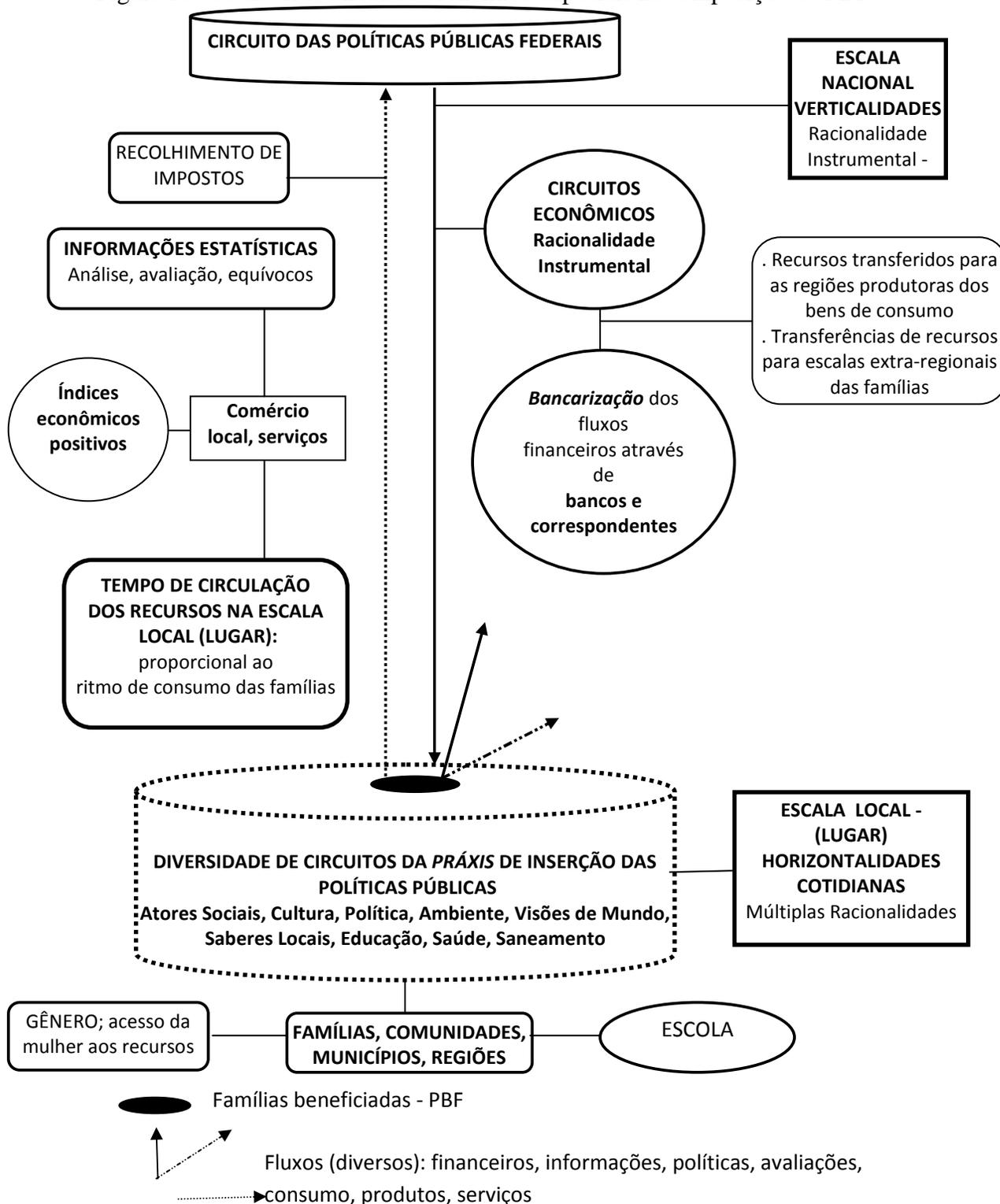
... continuação

Famílias cadastradas no Cadastro Único	4.377	Abril de 2011
Famílias cadastradas com renda per capita mensal de até ½ salário mínimo	3.785	Abril de 2011
Famílias cadastradas com renda mensal de até R\$ 140,00	2.377	Abril de 2011

Fonte: PBF/MDS – Julho de 2011

Do total de famílias que têm direito à inserção no PBF não foi possível, em julho de 2011, estabelecer o percentual de famílias domiciliadas no espaço rural. É factível, todavia, asseverar que os recursos são utilizados para a aquisição de bens e serviços de consumo imediatos, principalmente, gêneros alimentícios, produtos de higiene pessoal, comunicação (celular), material escola e transporte, influenciando na escala local (lugar) o comércio, serviços e nas escalas regional e nacional os setores da indústria e dos serviços. Ao se balizar nestas informações, que a priori parecem banais, é possível construir o seguinte mapa conceitual (Figura 18) dos circuitos que surgem a partir da inserção dos recursos federais na escala local (lugar). Os fluxos que se inserem no lugar – famílias, comunidades, municípios e regiões têm a possibilidade de dinamizar a economia. Visto desta forma, não é muito louvável o que difere o PBF das teorias clássicas econômicas que consideram os impulsos externos como dinamizadores da economia de uma região. O fluxo externo – verticalidade – age de forma a homogeneizar o espaço, isto é, os processos de verticalização, via recurso público, são os mesmos em todo o território nacional. Talvez seja um ponto positivo do PBF uma vez que tende a atenuar as desigualdades socioespaciais entre as regiões brasileiras. Contudo, ao se expandir as análises dos processos, ações, conteúdos, funções, reflexões, estruturas e formas horizontais – múltiplas racionalidades – é plausível que cada lugar tende a assimilar e reconstruir as influências externas do PBF. Para tanto, deve-se analisar à luz da economia espacial, em uma perspectiva geográfica, a interconexão de escalas.

Figura 18: Os diversos circuitos econômico-espaciais na composição do PBF



O circuito das políticas públicas na escala nacional (federal) se origina a partir da estrutura burocrática do Estado, da leitura parcelar de uma realidade mais geral, da pressão de

movimentos sociais, da concepção de projetos políticos e mesmo da visão de mundo dualista da realidade brasileira (moderno e atrasado). É patente que cada governo imprime a sua característica de planejamento e gestão à “máquina pública” o que gera ambiguidades: as políticas de Estado e as políticas de governo. A primeira tende a ser o processo de planejamento e gestão que deveria abranger todos os processos administrativos de forma a inter-relacionar as diversas partes do território (diversas escalas). A segunda se implementa de acordo com o “jogo” político contingencial no país, principalmente, nas escalas regionais, locais e submete-se, no Brasil, a elementos personalistas e cartoriais nas diversas escalas de governo: municipal, estadual e federal. É sabido que nas escalas locais (lugares) as decisões político-partidárias no âmbito de interesses particulares e influências perniciosas chegam a se sobrepor e, até mesmo, sufocar o próprio Estado. Assim, as contingências passam a ditar o ritmo das políticas de Estado o que afeta especialmente o executivo e o legislativo, mas abrange em certa medida o judiciário.

O circuito da política pública federal ligada ao PBF perpassa as diversas escalas e se estabelece em cada lugar. Trata-se de uma verticalização, mesmo que as demandas sejam das “bases”, isto é, das comunidades. Tal verticalização se sobrepõe à vida cotidiana, que talvez não poderia ser de outra forma. Contudo, o que interessa são as inter-relações dos fluxos a partir da verticalização. Logo, os efeitos do PBF é em si sistêmico, rebate em diversas realidades a partir de uma concepção (tecno)burocrática de Estado. A verticalização se impõem por outros aspectos que fogem da percepção mais imediata do cidadão. A transferência de renda se dá via setor bancário e seus correspondentes, mesmo que o recurso transite por bancos oficiais, especialmente, a Caixa Econômica Federal. Gera-se, no entender do autor, a cultura da bancarização ou, dito de outra forma, a inserção de parcela da população à “cidadania financeira.” Os fluxos desta verticalização contribuem para as estatísticas bancárias, e de seus correspondentes, o que conduz ao acesso a outros serviços do sistema financeiro que se associam aos circuitos econômicos do sistema PBF.

Os circuitos econômicos se desdobram em diversos outros na cadeia econômica produtiva. Assim, a utilização dos recursos do PBF em uma família, os gastos imediatos são com a aquisição de bens e serviços. Os gêneros alimentícios figuram em primeiro lugar, o que pode parecer óbvio, mas o que interessa não é a distinção de alimentos em uma perspectiva espacial, isto é, os alimentos adquiridos suprem a falta da oferta, dos mesmos alimentos, na

escala local. A questão que se coloca é que, boa parte dos alimentos consumidos são industrializados e produzidos fora da região de domicílio da família o que conduz as considerações para a instância tributária. A transferência de renda, do próprio recurso, para o Estado: municipal, estadual, federal, mesmo ao considerar a desoneração tributária da cesta básica, reduz o próprio efeito benéfico do recurso em si. Segundo cálculos do IPEA, em julho de 2010, para cada R\$ 1,00 transferido pelo governo, a título de investimento social (benefícios previdenciários e PBF), há um aumento na renda das famílias de R\$ 1,86 devido aos efeitos multiplicadores desencadeados. Contudo, dos mesmos R\$ 1,00 investidos pelo governo R\$ 0,56 retornam ao Estado na forma de impostos e arrecadações.

Ao se considerar as regras de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) a partir da localização das indústrias produtoras de alimentos – mormente na região Sudeste, especialmente no estado de São Paulo – a transferência de renda, via tributação, para as áreas produtoras acaba por acentuar os desníveis regionais. Assim, o circuito da verticalização econômica produz mais de um vértice de rebatimento e de transferência de recursos para outras regiões. O efeito da escala se recrudescer na perspectiva espacial uma vez que a tentativa de dirimir as desigualdades sociais reforça as disparidades espaciais. É claro que não se deve pensar na lógica de um desenvolvimento local auto-suficiente mesmo porque a dinâmica dos fluxos, em toda a história da humanidade, tende a produzir a circulação de bens e serviços. Entretanto, o problema não está na circulação em si, mas no arranjo espacial da economia brasileira. Ao se admitir que o processo de produção de alimentos, mesmo industrializado, é de baixa intensidade tecnológica a cadeia produtiva em si agrega o conhecimento e a tecnologia nos processos. Logo, a compra do produto em si é a compra de um agregado de elementos, inclusive impostos, que leva à transferência e concentração da renda. Curiosamente o benefício do PBF é ao longo do processo concentrador da renda e inibidor da superação das desigualdades socioespaciais.

Assim, a relação de tempo e espaço é fundamental para o entendimento da política pública do PBF, quando se estabelece a interação dos circuitos: políticas públicas, famílias, economia. Ao admitir que os recursos transitam pelos circuitos e que há um tempo de circulação e de efeitos em um contexto é fundamental analisar, à luz de uma economia socioespacial, a possibilidade de expansão dos efeitos dos benefícios ao longo do tempo-espaço na escala do lugar. Ao admitir o efeito PBF no comércio local o consumo se dá para

bens e serviços imediatos. Este tempo de consumo é relativo e depende do consumo de cada família e da repercussão ao longo da cadeia produtiva. O grande desafio, todavia, é considerar o tempo de circulação dos recursos, na escala local, produzindo outros fluxos para além do consumo de bens e serviços. Como estabelecer um circuito de inovações, geradas a partir do PBF, que repercutam na escala do lugar para além do consumo de bens e serviços?

O que se quer dizer com o tempo de circulação dos recursos é no sentido de estabelecer outros objetivos acoplados aos benefícios do PBF, além da matrícula e da frequência escolar das crianças e adolescentes, que respaldem a família no contexto. Pensar inovação ao admitir a circulação e a geração de “novos” fluxos ou circuitos. Todavia, não se trata somente de autonomia dos lugares frente a outras escalas, mas da possibilidade de desenvolvimento que não dependa de ações governamentais e mesmo de períodos de “bonança” econômica, haja vista os ciclos de crescimento da economia brasileira, principalmente, no século passado. O conjunto de elementos que podem explicar uma realidade vai além do que se percebe ou das estatísticas ou índices. Trata-se, sem embargo, de uma análise qualitativa da realidade, isto é, da dialética do cotidiano.

A atividade científica é uma das manifestações mais elucidativas da racionalidade e da realidade. A modernidade se pauta na perspectiva do racional como fonte básica do conhecimento. A burocracia do Estado vale-se de parâmetros da ciência e se impõe por processos, muitas vezes tayloristas por um lado e weberianos por outro. A racionalidade burocrática tenta controlar o tempo do território, para Taylor controlar o tempo é, também, ter acesso ao espaço (as dinâmicas sociais cotidianas). Weber nos alerta para os “tipos ideais” da burocracia do Estado onde a administração tende a suplantare racionalmente instituições em prol da eficiência.

Equivocadamente atribui-se à imaginação e as criatividade cotidianas elementos de informalidade e improvisação. Contudo, as múltiplas racionalidades do lugar tendem a suplantare a tecnoburocracia estatal. Com relação ao tempo de circulação dos recursos do PBF é fundamental, na perspectiva do autor, viabilizar dinâmicas que integrem o tempo-espaço. As políticas públicas tendem a ter um tempo e, por vezes, não incorporam o tempo das ações ao espaço à dinâmica de cada lugar. É fundamental advertir sobre os efeitos duradouros da Previdência Social no espaço rural brasileiro onde a continuidade do benefício dinamiza as relações sociais e geracionais, de gênero, culturais e socioespaciais. A renda em si, não quer

dizer muita coisa mesmo em um país capitalista, mas deve permitir o rompimento do arcabouço mecanicista das políticas públicas mesmo aquelas de cunho social.

À academia cabe produzir conhecimento, interpretar o universo em diversas dimensões, permitir que mundo do rural brasileiro se mostre em sua complexidade. Para entender os circuitos articulados pelo Programa Bolsa Famílias e, assim, propor uma dinâmica criativa e inovadora requer a utilização de critérios teóricos e metodológicos, mas qual o melhor desenho? Qual a melhor interpretação, para não cair na tentação da prescrição?

O ambiente técnico-científico criado pelo escopo de ações entre Estado-Sociedade-Mercado impôs limites à linguagem, à expressão e à comunicação do conhecimento e por vezes obliterou a criatividade do cotidiano. A criatividade do jogo depende das suas regras, mas seguramente da liberdade do pensamento. Em muitos casos a liberdade é tolhida em prol dos objetivos, da política e dos interesses diversos.

De um modo geral, os próprios programas de políticas públicas constituem os primeiros obstáculos apresentados à liberdade criativa. Do mesmo modo, os objetivos em prol do desenvolvimento de um país, associados à competição (mesmo na política) levada ao extremo, terminam por reduzir o universo do ambiente de criatividade, pela dificuldade que impõem ao diálogo que em muitos casos é fruto de movimentos sociais e ONG's (Organizações Não Governamentais) desfocados de um determinado contexto. Como fazer o desmantelamento de políticas públicas indutivas?

Mais uma vez, neste trabalho, surge o pensar sobre as Fronteiras, que não são necessariamente limites, como possibilidade de inter-relação e inscrição de múltiplas ações no território. A Fronteira das políticas públicas com os Circuitos da *práxis*, dos contextos, nos induzem a trabalhar com elementos e conceitos mutantes. Os Circuitos da *práxis* operam com a inter-relação de mundos e de perspectivas para além das prescrições. A *práxis* cotidiana é um produto da reflexão, da dificuldade de constatação da sua natureza também reflexiva frente à realidade impregnada da racionalidade instrumental econômica. Todavia, não há um entendimento definitivo dos movimentos das políticas públicas e, também, não imunes ao compasso da política local mesquinha. Portanto, esta seção traz definitivamente a importância para o presente trabalho da escala, do espaço e da fronteira. A fronteira como condição da separação e do contato.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho procurou demonstrar que a temática territorial – rural deve ser analisada no âmbito espacial ao articular os diversos elementos sócio-espaciais e sócio-ambientais.

Na contemporaneidade, se por um lado, vivencia-se, ainda, a emergência do rural brasileiro e a valorização da dimensão do território, como talvez não tenha ocorrido em termos de políticas públicas e análise acadêmicas, por outro, averigua-se, em grande proporção da literatura especializada e nos programas públicos, a banalização das questões que, malgrado sua natureza estrutural, espacial, histórica e dinâmica foram deslocadas para o lugar-comum de uma sobrevalorização dos elementos locais. O território, por si, vem sendo transformado em ator social.

Adverte-se que não tem sentido a formulação de teorias abstratas sobre o rural e o desenvolvimento na medida em que muitas análises são parcelares e fragmentadas. O espaço rural, em sua totalidade, indica a perspectiva da inter-relação de fatores e processos escalares. Neste sentido, empreendeu-se um esforço, ao estudar-se o espaço rural de Oliveira, MG, de uma análise sócio-espacial dialética incorrendo na complementaridade com os elementos e processos urbanos, as políticas públicas municipais e federais, a visão de mundo dos agricultores e dos atores sociais envolvidos com a temática do espaço rural.

Apontou-se, ao longo do trabalho, como a tessitura do espaço rural de Oliveira se estabelece na perspectiva empírica, das entrevistas, e de análise documental. Logo, nenhuma análise espacial é natural. As escalas são construções históricas, econômicas, culturais, políticas, sociais, ambientais e, desta feita, devem ser vislumbradas na formulação de políticas nos diversos níveis de governo. É fundamental para a dinâmica do mundo rural, na contemporaneidade brasileira, repactuar relações, reconstruir espaços públicos e canais institucionalizados de demandas de interesses dos atores sociais e estabelecer contratos sociais territoriais (na condição de uma construção social). No caso de Oliveira, MG, mas também em outras escalas, uma nova direção das políticas de desenvolvimento, em sua dimensão espacial e em sua cidadania democrática e politizadora na práxis, deve restabelecer o potencial da diversidade social, cultural, ambiental, econômica, política, regional, produtivista e de visão de mundo.

O desencadear da análise procurou localizar o debate espacial – territorial do mundo rural de Oliveira, MG no âmbito da política, da visão de mundo, dos diálogos e das inter-relações espaciais. Procurou-se demonstrar como o debate territorial no município por vezes negligencia a dimensão espacial e a diversidade que a fundamenta. Constatou-se que a ruralidade em Oliveira, MG está em transformação, como em todo o país, até aí nada de novo, mas o que aponta-se é que a obriedade pode tomar corpo em retóricas políticas e manter imaginários dualistas. Ora, a dimensão do rural, nas diversas escalas, deve ser enfrentada no âmbito espacial que deixa aflorar o seu potencial, para além do setor econômico. As políticas públicas deveriam tirar da inércia um conjunto de forças calcadas, ainda, na dicotomia do moderno e do atrasado. Visto por este ângulo a problematização do rural e combater o peso da lógica estrutural que se alimenta desta dualidade.

Não se deve crer, todavia, que a escala do lugar é a mais “inocente” e mesmo “inofensiva”, em que se estrutura a força comunitária capaz de desencadear o desenvolvimento. Trata-se de elementos espaciais que, se por um lado, tendem a aflorar o conflito e a contradição, mas tendem também ao jogo de políticas públicas de interesses descontextualizados. Da crítica a visão fragmentada e localizada, ao desconsiderar as escalas, da dimensão espacial municipal do rural aflora uma agenda de perspectivas de pesquisas.

Desta feita, a seara deste trabalho foi a de estabelecer alguns parâmetros teóricos e fazê-los dialogar com a empiria e as fontes secundárias de informações. Considera-se que a interdisciplinaridade dever ser fundante para o estudo da dimensão territorial. É fundamental ampliar o ângulo de visão das políticas públicas.

Promover o “desenvolvimento” do espaço rural significa trazer a *práxis* para o debate como fator de reconhecimento da diversidade e de especificidades. Neste sentido propôs-se, ao longo do trabalho, que entender a dimensão espacial do rural é abraçar a inter-relação das variáveis, para além da descrição dos fenômenos. Considera-se que o espaço rural, na articulação com outras escalas inclusive a urbana, é o *locus* privilegiado para entender os processos, as formas, os conteúdos, as estruturas e funções da sociedade brasileira.

Logo, entender a dimensão municipal e regional é avaliar a capacidade dos atores sociais de tomarem decisões neste determinado recorte espacial. A dimensão espacial, desta forma, envolve o estudo do grau das tomadas de decisão, a análise dos processos em escala, a pesquisa da capacidade de planejamento e gestão das instituições públicas, o poder, a coerção

do contexto, as contradições e a subordinação de espaços.

Abrange, em suma, analisar o espaço-tempo que desenharam, e ainda desenharam, a constituição do mundo rural. Muito há que se construir-desconstruir em termos de mobilização, politização, participação a partir de uma articulação espacial da vida cotidiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOT, J.; GUIJT, I. **Changing views on change**: participatory approaches to monitoring and evaluation. International Institute for Environment and Development, London, UK. SARL discussion paper no. 2, 1998.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec, 1992.

ALLEN, A. Experiências internacionais de articulação entre o planejamento ambiental e a interface rural-urbana. In: _____. STEINBERG, Marília (org). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.

ALMEIDA, J. R. de (*et. al.*). **Política e planejamento ambiental**. 3 ed. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2004.

AMORIM FILHO, O. B. (1983): A produção do espaço e a análise geográfica. **Revista Geografia e Ensino**, Belo Horizonte, Ano 1, n.3, p.18-26

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edição revista e atualizada. Lisboa: Edições 70, 2009.

BAUDRILLARD, J. **Simulacros e simulações**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

BENÉVOLO, L. **As origens da urbanística moderna**. Lisboa: Presença - Martins Fontes, 1981.

BOSERUP, E. **Evolução agrícola e pressão demográfica**. São Paulo: Hucitec, 1987.

BOSSÉ, M. L. As questões de identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas. In: _____. **Paisagens, textos e identidades**. Roberto Lobato Corrêa, Zeny Rosendahl (orgs.). Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal), 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIN, A. **A Questão Local**. Trad. De Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro, DP&A, 2001

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do rio bonito**. 3ed – São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.

CASTRO, I. E. de. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CASTRO, I. E. de. O problema da escala. In._____: CASTRO, Iná Elias de; CORREA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa (org). **Geograia**: conceitos e temas. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires:

CHOAY, F. **O urbanismo**: utopias e realidades – uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CHRISTOFOLETTI, A. As características da Nova Geografia. In: **Geografia**, n. 1(1), abr. 1976. pp. 3-33.

CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de sistemas ambientais**. São Paulo: Edgard Blucher, 1999.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3 ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2007.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**: 1965/1985. São Paulo: UNICAMP/ICONE, 1985.

DOUGLAS, M. **Como as instituições pensam**; tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998

DREW, D. **Processos interativos homem-meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1986.

FERREIRA, A. D. D. **Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade**. Estudos Sociedade e Agricultura. 2002/n. 15 – pág. 87-145

FONTE, M. **Tradiciones y nuevos modelos de ruralidad**. Estudos – Sociedade e Agricultura. Outubro 2000/n. 15 p. 147-157

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GIDDENS, A. **La constitution de la société**: elements de la théorie de la structuration.Paris: Presses Universitaires de France, 1987.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**, IE-Unicamp. Coleção, n. 1, 1999, 153p. (<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>).

GREEN, G., M.; SCHWEIK, C. M.; RANDOLPH, J. C. Integrando disciplinas no espaço e no tempo: conceitos e abordagens úteis para estudos de mudanças na cobertura da terra. In.____: **Ecosistemas florestais: interação homem-meio ambiente**; tradução de Diógenes S. Alves, Mateus Batistella. São Paulo: Editora Senac, 2009.

GUIMARÃES ROSA, J. **Grande sertão veredas**. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 2001.

HALL, S. **A identidade cultural na Pós-modernidade**; tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2002

HEREDIA, B. M. A. de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

INSTITUO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico, 2010**. <www.ibge.gov.br>, acesso em 10/05/2011

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário, 2006**. <www.ibge.gov.br>, acesso em 27/05/2010

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Oliveira Minas Gerais Monografia – Série nº 373 ano, 1985. <www.ibge.gov.br>, acesso em 24/05/2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Notícias** <www.ipea.gov.br>, acesso em 07/06/2011.

JARA, C. J. Sustentabilidade: uma encruzilhada civilizatória. In:____. NETO, A. B. (Org.) **Sustentabilidade e cidadania: o papel da extensão rural**. Porto Alegre: Emater, 1999. 208 p.

JEAN, B. **Lês territories ruraux dans la modernité avancée**. Estudos – Sociedade e Agricultura, abril 2002/n. 18 p. 5-27.

JOHSTON, R. J. **Geografia e geógrafos: a geografia humana anglo-americana desde 1945**, (1ª ed. em inglês em 1979), trad. Oswaldo Bueno Amorim Filho. São Paulo : DIFEL, 1986 b.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008

KAGEYAMA, A. *et. al.* (Coord.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. da Costa; GASQUES, J.G.; VILLA VERDE, C. **Agricultura e políticas públicas** (p.113 – 223). Brasília: Ipea, 1990.

LAKATOS, E. M.. **Fundamentos de metodologia científica**. Marina de Andrade Marconi. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

LAMARCHE, H. (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. 4a ed. Anthopos: Paris, 2000.

- LOBATO, Monteiro. **Urupês**. 37 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- MARTINS, J.de S. **Os Camponeses e a política no Brasil**. 4a. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MATTEI, L. Novas dimensões sócioeconômicas do espaço rural brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 37, no 1, jan-mar. 2006
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Oliveira – PBF-MDS.<www.ibge.gov.br>, acesso em 28/07/2011.
- MONTEIRO, C. A. **Geossistema**: a história de uma procura. São Paulo. Contexto, 2001.
- MONTE-MÓR, R. L. Outras fronteiras: novas espacialidades na urbanização brasileira. In: _____. L. B. Castriota (Ed.), **Urbanização Brasileira**: Redescobertas (pp. 260-271). Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2003.
- NEVES, D. **Agricultura familiar**: questões metodológicas. Revista Reforma Agrária, Campinas, n. 25, p. 21-37, maio/dez. 1995.
- Nueva Visión, 1974.
- OSTROM, E. Governing the commons. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- PIETRAFESA DE GODOI, E. **O trabalho da memória**: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.
- PIETRAFESA, E. de G. **O sistema do lugar**: história, território e memória no sertão”. In: _____. Além dos territórios. Rio de Janeiro: Mercado de Letras, 1993.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA, MG. **Plano diretor municipal**, 2006.
- RESENDE, M. (*et. al.*). **Pedologia**: base para distinção de ambientes. 5 ed. rev. Labras: Editora UFLA, 2007.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- SANTOS, Milton. Economia espacial: críticas e alternativas. 2 ed. São Pauo: EdUSP, 2003.
- SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. O espaço e seus elementos: questões de método. **Revista Geografia e Ensino**, Belo Horizonte, 1, n. 1, p. 19-30, mar. 1982.
- SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In:_____. **Desenvolvimento rural**: tendências e debates contemporâneos. José Marcos Froehlich, Viven Diesel (orgs.). Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Conferências nas comunidades rurais de Oliveira, MG.** 2009

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização.** São Paulo: Brasiliense, 1973

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

TOPALOV, C. Juistian. **La urbanización capitalista.** México: Ed. Edicol, 1979

TRICART, J. **Ecodinâmica.** Rio de Janeiro IBGE/SUPREN., 1977.

TUAN, Y.f. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias.** O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

VEIGA, J. F. F. da. **Território e desenvolvimento local.** Oeiras: Celta Editora, 2005.

VITTE, Antonio Carlos; GUERRA, Antonio José Teixeira (org). **Reflexões sobre a geografia física no Brasil.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: _____. **O rural como espaço singular e ator coletivo.** Estudos-Sociedade e Agricultura. Outubro/2000/n. 15 – pág. 87-145.